

ISSN 2316-4034
VOLUME 4-Nº1-2015



Di@logus



Universidade de Cruz Alta-RS
www.unicruz.edu.br

Sumário - V.4, N.1 (2015)

Edição Especial

EDIÇÃO ESPECIAL COM TRABALHOS APRESENTADOS NO EVENTO 2ª MOSTRA CIENTÍFICA DO IV FÓRUM DE SUSTENTABILIDADE COREDE ALTO JACUÍ.

ARTIGOS

INCLUSÃO SOCIAL NOS PROCESSOS ORÇAMENTÁRIOS DO GOVERNO ESTADUAL

Daniele Broch, Elizabeth Fontoura Dorneles

PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Dânae Rasia da Silva, Rosângela C. Gomes Nascimento

A NECESSIDADE DO ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL

Katiucia Carpes Viana Cirio, Kelly Fighera Ruas

AS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA OS PRODUTOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA 10ª ECOSOL E 21ª FEICOOP

Jéferson Réus da Silva Schulz, Bruna Tadielo Zajonz, Andrea Cristina Dörr, Tônia Magali Moraes Bum

DESCARTE DE MEDICAMENTOS: ANÁLISE DESTA PRÁTICA POR MORADORES DA CIDADE DE CRUZ ALTA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Fabiana Gomes Nascimento Soares, Fernanda Gomes Nascimento, Maristela Cabral Piedade, Aline Ilara Vieira

O HISTÓRICO DA ARQUITETURA MILITAR NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA E SUAS INFLUÊNCIAS NA COMPOSIÇÃO DA PAISAGEM URBANA

Mateus Veronese Corrêa da Silva, Claudio Renato de Camargo Mello, Denise de Souza Saad

A CONTABILIDADE CONCERNENTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL-ÉTICO NO QUE TANGE AO MEIO AMBIENTE

Fabício Quaresma Bucco, Felipe Oliveira Bairros, Bruna Faccin Camargo, Vanessa Steigleder Neubauer

A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO PROFISSÃO CATADOR PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CRUZ ALTA, TUPANCIRETÃ, JULIO DE CASTILHOS E SALTO DO JACUÍ

Tamara Rocha, Lídia Maria Picasso Figueira, Luciana Deicke Gomes, Isadora Cadore Virgolin, Enedina Teixeira da Silva

SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA EM RESPEITO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Ana Luisa Moser keitel, Antonio Escandiel de Souza, Carla Rosane da Silva Tavares Alves, Fagner Cuozzo Pias

UM PANORAMA HISTÓRICO ACERCA DA INCLUSÃO RACIAL NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

Andréia Moser Keitel, Fagner Cuozzo Pias, Ana Luisa Moser Keitel, Josiane Cheila Schmid, Kelly Fighera Ruas



INCLUSÃO SOCIAL NOS PROCESSOS ORÇAMENTÁRIOS DO GOVERNO ESTADUAL

BROCH, Danieli¹; DORNELES, Elizabeth Fontoura²

RESUMO

O Processo de Participação Popular e Cidadã é uma ação do Governo Estadual que visa dar mais autonomia política aos cidadãos gaúchos. Entrevistamos os participantes desse processo nas catorze cidades do COREDE Alto Jacuí, analisamos o que disseram, os números resultantes das entrevistas e agora discorremos sobre os significados das respostas dos envolvidos no Processo de Participação Popular e Cidadã. Trabalhamos com as técnicas da Análise de Discurso, da disciplina de Letras. Os gráficos resultantes da pesquisa apontaram um temor geral em se falar sobre política, agregado a um desconhecimento sobre o assunto e uma forte tendência a partidarismos na nossa região.

PALAVRAS-CHAVE: Política. Cidadania. Sociedade.

ABSTRACT

The Process of Popular and Citizen Participation is an initiative of the State Government which aims to give more political autonomy gauchos citizens. We interviewed the participants of this process in fourteen cities of COREDE High Jacuí, analyze what they said, the numbers resulting from interviews and now describes some of the meanings of the responses of those involved in the Process of Popular and Citizen Participation. We work with the techniques of discourse analysis, letters of discipline. The resulting research charts indicated a general fear in talk about politics, added to a lack of knowledge about the subject and a strong tendency to factionalism in our region.

KEYWORDS: Policy. Citizenship. Society.

INTRODUÇÃO

A sociedade está na natureza humana. “O homem não consegue viver sozinho, mesmo que ele tenha todos os bens materiais necessários para até o fim da sua vida, a

¹ Acadêmica do 5º Semestre do curso de Jornalismo da Unicruz, bolsista/pesquisadora CNPQ.
danieli033413@unicruz.edu.br

² Doutora em Letras na área de concentração Teorias do Texto e do Discurso pelo PPG em Letras da URGs. Professora do PPG Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Unicruz.
edorneles@unicruz.edu.br



necessidade de cuidados com a sua saúde, além de necessidades afetivas, psicológicas e espirituais, que só podem ser atendidas com ajuda e participação de outros seres humanos”. É isto que coloca Dalmo de Abreu Dallari em seu livro *O que é Participação Política*, que podemos trazer para os dias atuais. “O ser humano não é apenas um animal que vive, é também um animal que convive”. Segundo Dallari (1983, p. 13), todos os seres humanos nascem iguais e as diferenças sociais são impostas depois pela sociedade. “Todos os seres humanos valem exatamente a mesma coisa.” Considerando que somos todos iguais, logo podemos concluir que não há justiça em uma sociedade onde nem todos deem a sua opinião sobre a vida social da ninguém pensa da mesma forma. Mesmo que dois indivíduos nasçam e cresçam em um contexto idêntico, suas formas de pensar e agir são distintas. Para que exista uma sociedade igualitária, é imprescindível que a opinião de cada membro seja ouvida, pois somente desta forma o Estado terá condições de tomar decisões que favoreçam o interesse da coletividade.

Num sistema democrático, as decisões são tomadas respeitando a vontade da maioria. Se a maioria se omite no ato de expressar a sua opinião, o processo democrático deixa de existir. É nesse momento que os “maus políticos” se aproveitam da omissão dos cidadãos de bem, que deixando de votar nos bons políticos, favorecem os “maus políticos” que encontram adversários mais fracos nas eleições. “Se muitos ficarem em atitude passiva, deixando as decisões para outros, um pequeno grupo, mais atuante ou mais audacioso, acabará dominando, sem resistência e limitações.” Isso já mostra a importância de entendermos os PPCs³ que se realizam no Rio Grande do Sul, coordenados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Eles são espaço para todos levarem suas demandas e buscarem quem também tem os mesmos anseios para assim juntos fazerem a luta, a pressão para verem atendidas suas necessidades.

“O silêncio e a passividade são interpretados como sinais de concordância com as decisões do grupo dominante. Foi desse modo, apoiando-se na ideia de ‘quem cala consente’, que o (ex-)presidente norte-americano Richard Nixon afirmou que a ‘maioria silenciosa’ estava a favor dos bombardeios e da matança de populações civis na guerra



do Vietnã, verificando-se depois que tal concordância não existia.” Neste ano, 2013, os Estados Unidos estudavam novamente uma intervenção militar, desta vez na Síria, que estava em plena Guerra Civil. Desta vez os norte-americanos não se calaram e foram às ruas, fazendo com que o presidente Barack Obama repensasse suas estratégias e intervisse no conflito de forma pacífica.

Podemos visualizar que a participação política se dá de várias formas, mas a forma específica que o nosso projeto visa pesquisar é o Processo de Participação Popular, onde na primeira etapa o governo faz um pré-orçamento e divulga quanto poderá disponibilizar para investir nas demandas que serão escolhidas pela população. A partir de assembleias (descrever as etapas do processo, o que acontece em cada assembleia) são escolhidas várias demandas que poderão ser votadas. Na ultima etapa da PPC, cada eleitor pode votar em quatro demandas regionais e duas estaduais. A partir do resultado do processo, a verba disponibilizada pelo Governo Estadual pode ser aplicada nos setores que os eleitores julgam mais relevantes e que mais necessitam de investimentos.

METODOLOGIA

O objetivo no nosso projeto é descobrir quem é esse sujeito, visto como um retrato coletivo a partir das falas de pessoas da sociedade civil, que participa do Processo de Participação Popular. Além disso, queremos discutir por que ele participa, o que o motiva, traçar seu perfil, descobrir se há algo em comum entre os votantes, saber o que se espera das votações e se as suas expectativas são atendidas no decorrer do processo. Também procuraremos saber se esse sujeito percebe o retorno da sua escolha, se as demandas eleitas recebem realmente o investimento prometido, melhorando a situação da sua comunidade.

Nos deslocamos aos catorze municípios do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) Alto Jacuí para entrevistas com os participantes, e ainda nas assembleias antecedentes à votação das demandas aplicamos entrevistas escritas os presentes. Foram contabilizadas cento e oitenta entrevistas orais e duzentas e

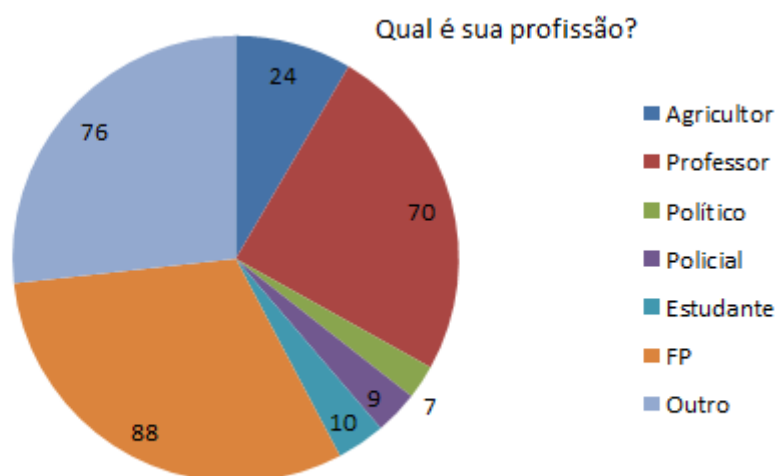


oitenta e seis entrevistas escritas. Elas foram consideradas separadamente e aqui apresentaremos gráficos com os resultados das entrevistas escritas, mas as análises das entrevistas orais serão pontualmente destacadas.

DESENVOLVIMENTO

Conforme análise dos dados coletados pelas entrevistas seguem os gráficos com os resultados:

Gráfico 1.



3

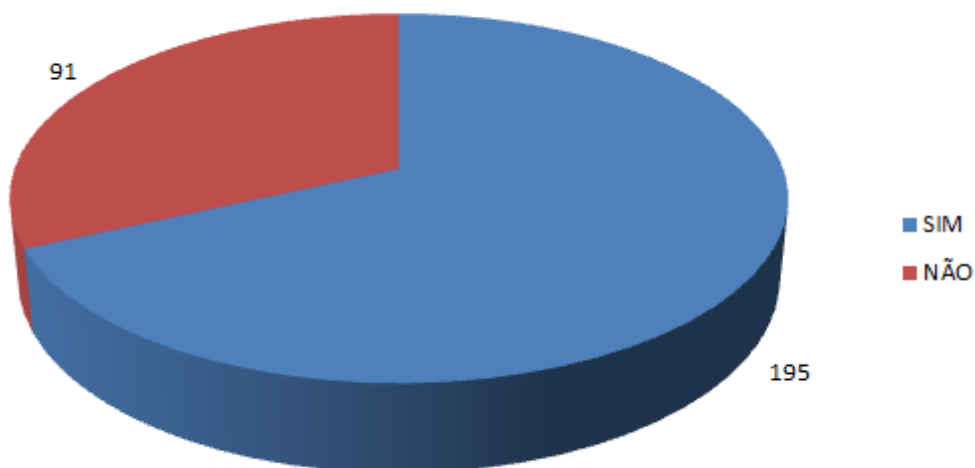
A primeira pergunta se referiu a profissão dos entrevistados para distinguirmos em que área está a maior parte dos participantes. A maior parte, 31%, trabalha como Funcionário Público, seguido por 27% de pessoas que trabalham em diversas áreas, 25% de professores, 8% de agricultores, 4% estudantes, 3% policiais e 2% políticos. O fato da maior participação vir de pessoas que ocupam cargos em repartições públicas se deve, de acordo com as análises das entrevistas, por este setor estar mais informado sobre o processo, os dias em que as votações acontecem e como acontece cada etapa da participação. No gráfico número seis veremos que a maioria dos participantes participa por ser incentivado pelo seu ambiente de trabalho.

³ Todos gráficos foram elaborados pelas autoras do artigo.



Gráfico 2.

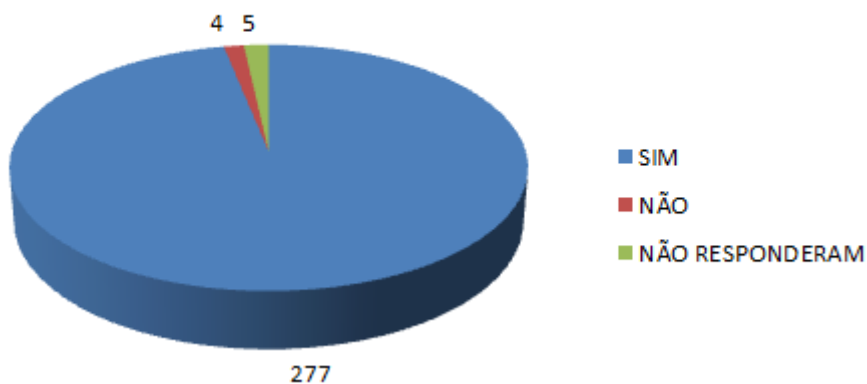
Tem algum familiar que trabalha em setor público?



Este gráfico mostra o número de pessoas que têm parentes trabalhando no setor público, 68% dos entrevistados. A análise considera que o parentesco com alguém que trabalha no setor público pode influenciar a participação no Processo de Participação Popular e Cidadã.

Gráfico 3.

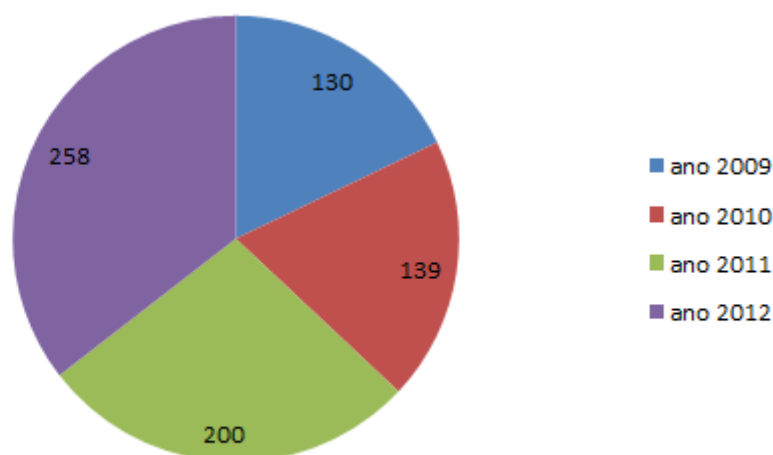
Participa do Orçamento Participativo (PPC) por vontade própria?





Este gráfico mostra que 97% das pessoas que participam desse processo o fazem por vontade própria. O 1% que alegou não participar por vontade própria alegou que só vota na Participação Popular e Cidadã por pressão do ambiente de trabalho, enquanto 2% dos entrevistados preferiram não responder essa pergunta.

Gráfico 4.

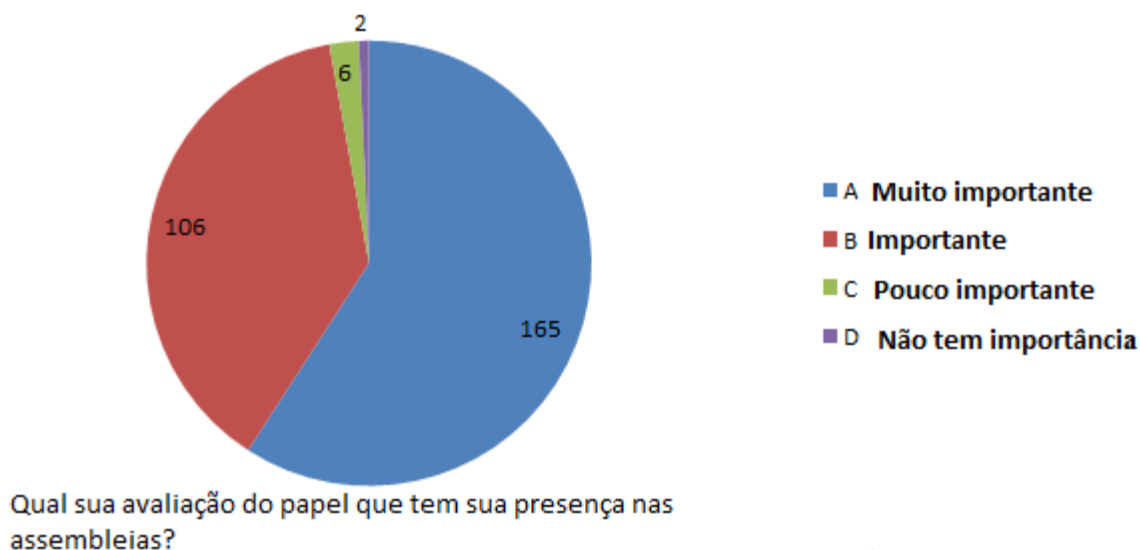


Nos últimos cinco processos de quais participou?

O gráfico anterior demonstra que a cada ano a votação do Orçamento Participativo tem um crescimento de interessados. Não conseguimos contabilizar quantas pessoas participaram de apenas um ano, de dois, três, ou de todos os anos de votação que foram alvos da pesquisa.

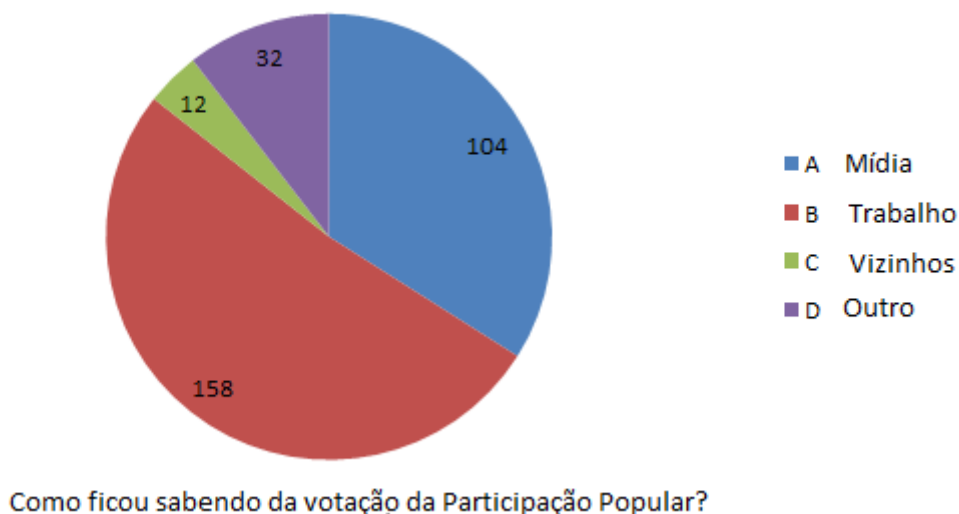


Gráfico 5.



Neste gráfico podemos analisar que a grande maioria das pessoas, 97%, considera sua participação no Processo de Participação Popular e Cidadã importante ou muito importante. Isso demonstra o interesse crescente da população em participar das decisões orçamentárias do estado.

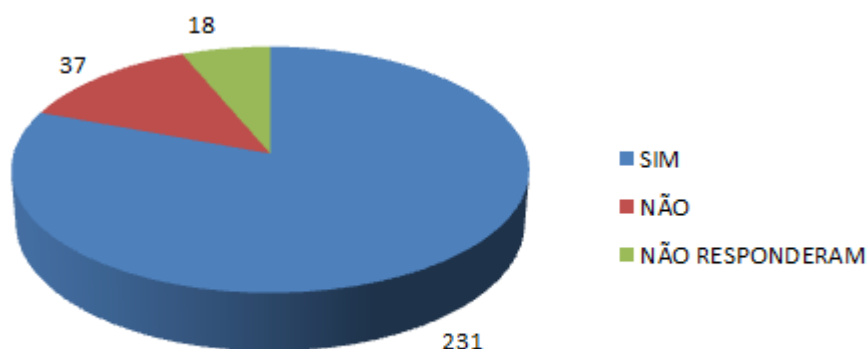
Gráfico 6.





Nesta pergunta procuramos saber como a população tomava conhecimento sobre os dias de assembleias e votação do Processo de Participação Popular e Cidadã. 52% dos entrevistados afirmaram que ficavam sabendo do processo pelo ambiente de trabalho, a maioria deles no setor público, como demonstra o gráfico número 1. 34% foi informado pela mídia, o que demonstra que o investimento em publicidade dá resultado.

Gráfico 7.

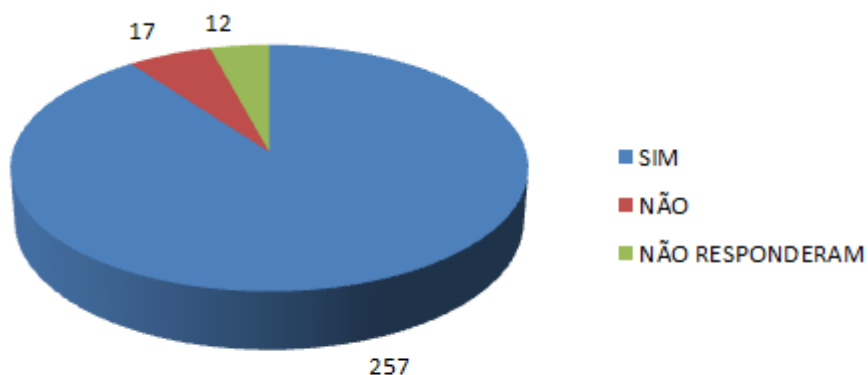


A instituição em que trabalha, comunidade que vive, grupo que participa, etc, organiza votação para alguma demanda?

Com esta questão buscamos saber se a sociedade está se organizando para obter maiores resultados com as votações. 81% dos entrevistados afirmou já fazer parte de grupos que organizam votações em prol de alguma demanda. Segundo as análises, a maior parte das organizações buscam votos para demandas que contemplam a saúde, educação, agricultura e segurança pública.



Gráfico 8.

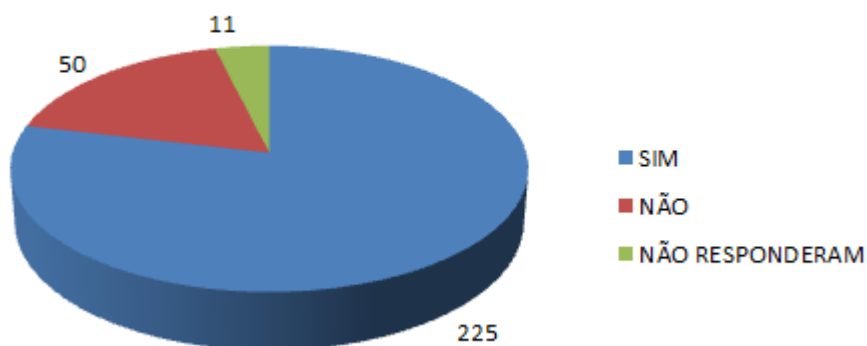


Você consegue ver algum resultado a partir da sua participação na distribuição dos recursos votados?

Este gráfico demonstra a satisfação dos votantes, se eles estão vendo retornos a partir do seu voto no Processo de Participação Popular e Cidadã. 90% dos participantes afirma ver resultados na sociedade, 6% não vê resultado e 4% dos entrevistados preferiram não responder essa pergunta.

Gráfico 9.

Depois da votação você acompanha a vinda e destinação dos recursos?



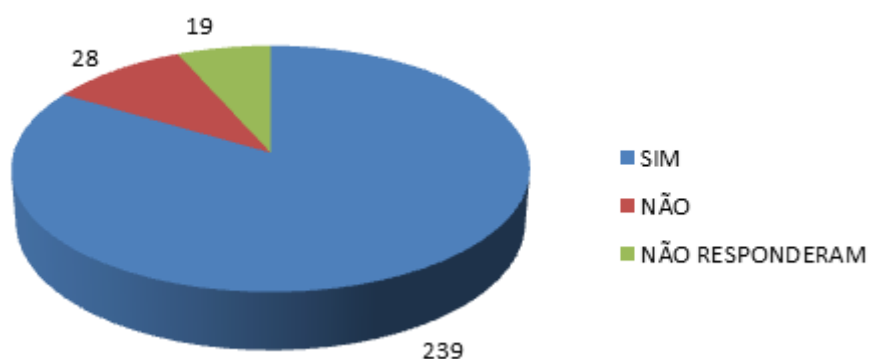
Com esse questionamento procuramos saber se os entrevistados acompanhavam a vinda dos recursos escolhidos por meio do Processo de Participação



Popular e Cidadã para a sua cidade, tanto pelos meios de comunicação ou acompanhando os tramites através do poder público. 79% dos entrevistados disseram que conseguem acompanhar a destinação dos recursos, enquanto 17% alegaram não conseguir ou não terem conhecimento de como acompanhar esse processo e 4% preferiram não responder.

Gráfico 10.

Você acompanha o trabalho dos políticos para os quais você votou?

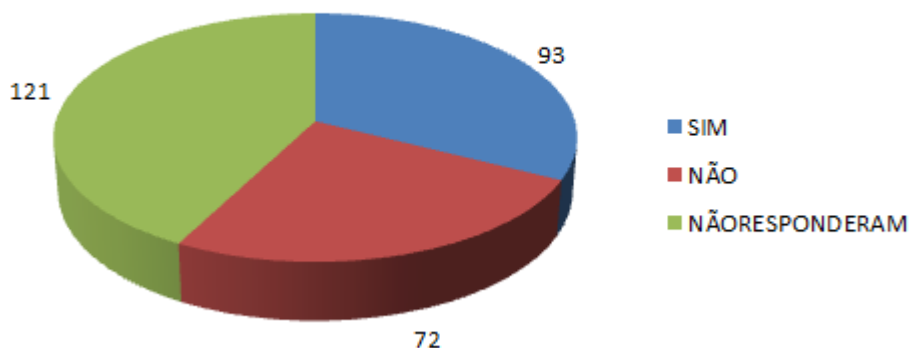


Procurando tomar conhecimento sobre as noções políticas dos entrevistados, perguntamos se eles costumavam acompanhar o trabalho dos políticos para os quais tinham votado. 67% dos entrevistados acompanham o trabalho de seus representantes, 8% não lembram em que votaram, não acompanham, ou não tiveram seus representantes eleitos e 25% das pessoas preferiram não responder esta pergunta.



Gráfico 11.

Você vê relação entre a sua participação e a eleição política do seu município?



Com esta pergunta pretendíamos saber se os partidos políticos de cada município se aproveitavam de alguma forma dos recursos do Processo de Participação Popular e Cidadã para fazer campanha, mas 42% das pessoas não quiseram responder essa pergunta, enquanto 33% dos entrevistados disseram ver essa relação em alguns casos e 25% não veem esse tipo de apropriação acontecer.

Fizemos também a seguinte pergunta aos nossos entrevistados: “O que é política pra você?”. Das 286 pessoas entrevistadas, 64 não responderam essa pergunta, e grande parte daqueles que responderam relacionaram a palavra à Partidos Políticos, Eleições e Corrupção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho de pesquisa foi feito na tentativa de entender como está ocorrendo o Processo de Participação Popular e Cidadã nas cidades do Alto Jacuí. Em análise geral aos gráficos e as entrevistas, constatamos que a sociedade civil vem percebendo os resultados desses processos. As áreas contempladas com verbas apresentam grande satisfação e vontade em continuar se organizando para buscar os recursos.



Um grande elogio que os entrevistados fizeram ao Processo é a importância de oferecer uma oportunidade à sociedade civil de participar mais ativamente nas decisões políticas do estado. A organização dos grupos mais interessados como as áreas da saúde, educação, segurança pública e agricultura para a arrecadação de verbas também demonstra que a população já entendeu a importância e os benefícios da Participação Popular.

São duas as críticas fundamentais que as democracias históricas enfrentam no mundo contemporâneo. Em primeiro lugar, a população eleitora acredita que as instituições democráticas não são tão representativas quanto deveriam ser. Em segundo lugar, também não são tão eficientes como se esperava que fossem (SANTOS, 2002, p.17).

Como Wanderley Guilherme dos Santos coloca acima, a “população eleitora” descredita na capacidade de representação dos políticos. Mesmo votando em determinado candidato, os eleitores reclamam da perda de ideologia quando o político assume seu cargo, por isso valorizam quando podem participar de alguma decisão do Estado.

Algo que nos intriga foi constatar, ao longo das entrevistas, o temor da maioria das pessoas em tocar no assunto Política. Das 286 entrevistas escritas, 64 pessoas não responderam a pergunta “O que é política pra você?” e das que responderam grande parte citou corrupção e afirmou “não gostar de política”, o que revela uma preocupante descrença geral. Isso apenas mostra o quanto a reforma política se faz necessária para recuperar a credibilidade do sistema político, tão abalado pelos escândalos de má administração e corrupção nas esferas municipais, estaduais e federal.

A percepção política pode vir a ser tema de uma próxima pesquisa, para que se esclareça o porquê deste fato e para que se encontre uma resolução para essa errônea percepção. “(...) podemos chamar de política: 1) a organização social que procura atender à necessidade natural de convivência dos seres humanos; 2) toda ação humana que produza algum efeito sobre a organização, o funcionamento e os objetivos de uma sociedade” (DALLARI, 1985). A definição de Dallari resume bem o significado



amplo da palavra política. O Processo de Participação Popular e Cidadã é um ato político da sociedade que traz a essência da política: um ato que visa o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

SANTOS, Wanderley Guilherme dos Santos; in FRIDMAN, Luis Carlos. **Política e Cultura século XXI**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é Participação Política**. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o Poder em crise**. Brasília – Distrito Federal: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MARCHAIS, Georges. **O desafio democrático**. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro LDA, 1974.

MOREIRA, Adriano. **Ciência Política**. Livraria Almedina Coimbra, 1989.



PROMOVENDO A SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

SILVA, Dânae Rasia da¹; NASCIMENTO, Rosângela C. Gomes²

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões teóricas acerca das políticas de sustentabilidade na perspectiva de inclusão escolar de estudantes com deficiência visual, assim como a inerente formação de professores que se dá em um processo de ressignificação dos seus saberes frente ao processo inclusivo. A inclusão escolar, que compreende a Educação Especial dentro da escola regular, proporciona uma reflexão dos docentes sobre sua prática, desencadeando um processo de busca de conhecimentos, habilidades e competências que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem. Constitui-se em um desafio à medida que conhecimentos técnicos incorporam-se às discussões acerca da reformulação da prática pedagógica. As reflexões deste texto, que integra o eixo social do V Fórum de Sustentabilidade, indicam que a prática da sustentabilidade não se restringe a um setor da sociedade e não pode, ainda, ser analisada apenas sob o viés ecológico, visto que deve contemplar, para a superação dos desequilíbrios, questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Inclusão de deficientes visuais. Formação de professores.

ABSTRACT

This paper presents theoretical reflections about the sustainability policies from the perspective of school inclusion of students with visual impairments, as well as the inherent teacher training that occurs in a redefinition process of their knowledge across the inclusive process. The school inclusion, comprising the Special Education within the regular school provides teachers' reflection about their practice, triggering a process of seeking knowledge, skills and expertise to assist in the teaching-learning process. It is a challenge because technical knowledge are incorporated into the discussions on the reformulation of pedagogical practice. The reflections of this text, which includes the social axis of V Sustainability Forum, indicate that the practice of sustainability is not restricted to a sector of society and can't be analyzed only from an ecological bias,

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado Acadêmico, da Universidade de Cruz Alta. Professora de Língua Portuguesa nas redes estadual e municipal de ensino. E-mail: danaerasia@hotmail.com.

² Docente da Universidade de Cruz Alta. Mestre em Educação pela UNIJUÍ. Doutoranda em Educação pela PUCRS. Professora de Produção textual. E-mail: rnascimento@unicruz.edu.br.



which has to include, for overcoming the imbalances, social, economic, cultural and environmental questions.

KEYWORDS: Sustainability. Inclusion of visually impaired. Teacher training.

INTRODUÇÃO

No atual contexto de desenvolvimento da sociedade, onde é frequente a discussão acerca da sustentabilidade considerando o equilíbrio social, os professores vivenciam transformações no ambiente escolar, deparando-se com dúvidas e a inquietude sobre sua prática pedagógica. Assim, debates acerca de inclusão escolar de alunos com deficiência buscam definir a intencionalidade da educação em suas vidas.

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, durante Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, com o documento *Nosso futuro comum*, conhecido como *Relatório Brundtland*, que concebeu a sustentabilidade como a maneira como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, entretanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades.

Mais que gerar riqueza e bem-estar, o conceito almeja coesão social e conservação do meio ambiente. Faria (2011, p. 22) explica:

[...] pode-se conceituar a sustentabilidade, a partir de uma teoria crítica, como sendo a prática coletiva e democrática de produção das condições materiais de existência que no processo de transformação preserva a fonte de recursos da natureza ou as repõe nas mesmas condições. Transformação essa guiada não pelo critério da lucratividade e nem assentada numa lógica de exploração, mas executada em um ambiente de autogestão social visando ao atendimento das reais necessidades da condição humana, garantindo que esse processo não agride o ambiente em que se desenvolve e tampouco, as pessoas que nele vivem.

O autor ressalta que as políticas e práticas sustentáveis devem considerar as pessoas como alvo principal da garantia de uma vida econômica, política e emocionalmente saudáveis. Assim, a produção de conhecimento nesse âmbito, ao mesmo tempo que emerge, encontra a dificuldade de efetivar teorias e metodologias que valorizem a educação na perspectiva da inclusão. Porém, a formação docente,



ainda hoje, contém traços tradicionais que visam à racionalização, baseados em uma lógica que se reproduz sem reflexão, baseando-se em currículo fragmentado por disciplinas isoladas e com acúmulo de informações. Nesse sentido, afirma Zitkoski (2003, p. 85),

Há muitas propostas que se mantêm como base de um projeto político pedagógico de cursos voltados à formação docente apenas na perspectiva de formar profissionais para o mercado de trabalho (educação para servir aos sistemas funcionais: economia, política, mídia). [...] Nesse como de conceber a educação, a reprodução da lógica do mercado [...] apenas cultiva o mundo do trabalho em detrimento do mundo da vida.

O ato de incluir torna-se complexo pela diversidade de deficiências e condições físicas, emocionais, intelectuais, sensoriais e socioculturais dos estudantes. Acerca da inclusão escolar, o artigo 208 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) prevê o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, assegurando ajustes e adequações nos projetos pedagógicos das escolas.

O planejamento educacional deve nortear-se pelos avanços no debate acerca do atendimento a esses educandos. Vale ressaltar que quanto menos discutida a sustentabilidade entre os professores, mais dificuldade terão no desenvolvimento de projetos, tendo em vista a distância do seu percurso formativo de estudos que entrelaçam inclusão e bem-estar social. A evolução dessa discussão vem marcada pela criação de planos, declarações, decretos e leis, porém, os procedimentos e instrumentos adotados pelas escolas não são satisfatoriamente definidos. A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996) dispõe no artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013):

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;



IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo [...];

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

A inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais é debatida e resulta em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e a Declaração de Salamanca, Espanha (UNESCO, 1994), além de grandes movimentos internacionais como a Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien, 1990. Esses movimentos visam ao direito à educação com oportunidades justas, e programas educativos em escolas regulares que atendam à diversidade das necessidades de forma a combater a discriminação.

O mundo moderno, com seu desenvolvimento tecnológico, político e social, requer cidadãos conscientes e reflexivos que inicialmente se aprimorem pessoal e profissionalmente na escola, lugar onde a heterogeneidade de alunos deve servir de estímulo para uma prática mais humana. O professor nesse contexto representa uma figura norteadora no processo ensino-aprendizagem. A relação dialógica entre educando e educador permite “o respeito à cultura do aluno, à valorização do conhecimento que o educando traz, enfim, um trabalho a partir da visão de mundo do educando é sem dúvida um dos eixos fundamentais sobre os quais deve se apoiar a prática pedagógica de professores e professoras” (FREIRE, 1991, p. 82).

A comunidade escolar deve trabalhar em conjunto, discutindo a educação de pessoas com necessidades educativas especiais, promovendo a formação de professores para uma prática coerente. Para alguns autores, as reflexões sobre inclusão significam focar o ato de incluir pertencentes da classe minoritária ao meio social. Para Morejón (2001), incluir significa permitir a participação social de todos os indivíduos sem distinção, tanto na educação regular como no meio social. Segundo Kunc (1992 apud SASSAKI, 1999) a Educação Inclusiva permite que os estudantes aprendam que “pertencer” é um direito e não um privilégio em nossos sistemas escolares. Mantoan (1997, p. 145) afirma que “a inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam



dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, alunos, pais..., para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.” Batista e Enumo (2004, p. 102) diferenciam os atos de integrar e incluir:

[...] a integração privilegia o aluno portador de necessidades educativas especiais, dividindo com ele a responsabilidade da inserção, enquanto a inclusão tenta avançar, exigindo também da sociedade, em geral, condições para essa inserção. Em outros termos, a integração é um tanto mais "individualizada" e a inclusão um tanto mais "coletiva".

Assim, a inclusão escolar não se constitui em um fato, mas em um processo que rompe paradigmas, e que necessita ser analisado e avaliado por professores, diretores, alunos, pais e comunidade para que não seja simplesmente a implementação de recomendações técnicas. Sassaki (1999, p. 42) descreve:

A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos, espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto também do próprio portador de necessidades especiais.

Em observância à vasta legislação e comprometimento com a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, equipes de escolas, conscientes de seu papel educacional e social têm demonstrado preocupação ao receber o aluno “diferente”. A melhoria da qualidade do atendimento educacional é uma necessidade imperativa para que se garanta a construção da cidadania desses alunos. A concepção de Educação Inclusiva está interligada a um repensar práticas educativas visando à efetivação do exercício da docência no acolhimento da diversidade. Segundo Moreno (2009), os sistemas educacionais focam a educação no aprendiz, favorecendo parte desses alunos levando em consideração o seu potencial.

Freire (1991) reflete sobre uma atitude coerente do corpo docente na formação dos sujeitos. Os conteúdos, as formas de mediação, a relação da teoria com a prática, redimensionam o caráter político e complexo da educação. As inquietações, assim surgidas, permitem que o educando perceba que o mundo pode ser reinventado.



Professores que estimulam o potencial de seus alunos recorrem a estratégias que permitem a construção do conhecimento. Tendo consciência da variedade de habilidades individuais de seus alunos, percebem que a sala de aula permite uma valiosa troca de experiências. O convívio no espaço escolar de estudantes que detêm diferentes conhecimentos, com a ajuda do professor ou mesmo de outro estudante,

torna possível o desenvolvimento de todos que compartilham saberes e constroem novas habilidades. Esse conceito, denominado Zona de Desenvolvimento Proximal, foi elaborado por Vygotsky (1984, p. 112) e significa “distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes”. Esse conceito, que ressalta a interação e a valorização das diferenças, possibilita a implementação de experiências que favoreçam a autonomia de pessoas com deficiência visual. Estudos de Nuernberg (2008, p. 309) apontam:

[...] Vigotski elaborou uma crítica veemente às formas de segregação social e educacional impostas às pessoas com deficiência. Para ele, a restrição do ensino à dimensão concreta dos conceitos é uma estratégia equivocada de organização das práticas educacionais da educação especial. Com base em uma noção estática e reificadora da condição psíquica destas pessoas, a proposição de formas de ensino centradas nos limites intelectuais e sensoriais resulta na restrição das suas oportunidades de desenvolvimento. Cria-se, assim, um círculo vicioso no qual, ao não se acreditar na capacidade de aprender das pessoas com deficiência, não lhe são ofertadas condições para superarem suas dificuldades. Em consequência, elas ficam condenadas aos limites intelectuais inerentes à deficiência, tomados assim como fatos consumados e independentes das condições educacionais de que dispõem.

Um trabalho coletivo envolvendo todas as áreas do conhecimento é fundamental para um trabalho crítico, solidário, humano e transformador. Portanto, é imprescindível pensar uma escola que parta da realidade, conhecendo o contexto onde está inserida e a variedade de alunos que recebe, de forma que o processo pedagógico não seja simplificado a ponto de desconsiderar uma perspectiva de efetiva inclusão.



REVISÃO DA LITERATURA

Os rumos e as necessidades atuais da pedagogia suscitam a capacitação do corpo docente, que se depara com desafios intelectuais e práticos referentes à inclusão escolar de pessoas com deficiência. O Estatuto da Igualdade Racial e Direitos da Pessoa com Deficiência (2010, p. 34) colabora com essas discussões, trazendo uma definição importante:

Considera-se pessoa com deficiência aquele indivíduo que, em razão de anomalias ou lesões comprovadas de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas, tenha suas faculdades físicas, mentais ou sensoriais comprometidas, total ou parcialmente, impedindo o seu desenvolvimento integral, tornando-o incapacitado ou carente de atendimento e educação especializados para ter vida independente e trabalho condigno.

Para que o trabalho nas escolas contribua na vida dos educandos em sua totalidade, o esclarecimento de outros conceitos torna-se importante. A Educação Inclusiva abrange os PNEEs (Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais), termo esclarecido por Rosa et al. (2008, p. 43): “[...] Alunos portadores de necessidades educativas especiais são aqueles que apresentam demandas no domínio das aprendizagens curriculares escolares e que são de alguma forma diferentes das dos demais alunos. Isso traz a necessidade de “adaptações curriculares” e de recursos pedagógicos específicos”.

Atualmente, as instituições de ensino recebem alunos com deficiências de ordem física; de ordem sensorial (deficientes visuais e deficientes auditivos); de ordem mental (pessoas com síndrome de Down, autismo); alunos com distúrbios de aprendizagem (dislexia, disgrafia, baixo grau de cognição); alunos superdotados, com altas habilidades, com TDA (transtorno de déficit de atenção) ou TDAH (transtorno de déficit de atenção com hiperatividade) e ainda deficiências múltiplas (como paralisia cerebral).

Conhecer esses alunos requer uma análise profunda do professor, pois cada pessoa apresenta necessidades específicas. A prática inclusiva deve ir além do que definem os conceitos e a legislação, deve refletir sobre a própria prática cotidiana



beneficiando o aluno e todo o processo educacional. A inclusão, como todo desafio no ensino, encontra barreiras como a falta de formação de professores, estrutura física, dimensão das turmas e altos custos para adaptação.

Em 2008, a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi incorporada à legislação brasileira, e no que concerne à educação, dispõe:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência à educação. Para efetivar esse direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos:

- a) O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade e autoestima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana;
- b) O máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência, assim como de suas habilidades físicas e intelectuais;
- c) A participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre (BRASIL, 2012, p. 48-49).

Na perspectiva inclusiva almejada, usar termos técnicos corretos torna-se importante quando se pretende refletir de forma construtiva a partir de valores e conceitos da contemporaneidade, evitando-se preconceitos e estereótipos. Para este artigo, torna-se importante esclarecer que os termos corretos referentes à baixa visão são pessoas com deficiência visual ou cegos. O Decreto nº 5.296 de 2004, denominado Lei de Acessibilidade, define quatro graus de deficiência visual:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 ; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004).

O esforço que docentes, gestores escolares, famílias e profissionais da saúde dedicam à inclusão dos PNEES na escola regular, é uma resposta positiva à situação de segregação destas pessoas. Até o início do século 21, o sistema educacional no Brasil oferecia aos estudantes a escola regular ou a escola especial. Hoje, os alunos são matriculados, preferencialmente, nas escolas regulares, favorecendo a diversidade,



pois considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento da vida escolar.

Conforme dados técnicos divulgados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2012, houve um aumento de 11,2% no número de matrículas na Educação Especial em classes comuns do ensino regular, de 2011 para 2012, ano que totalizou 620.777 matrículas.

A Educação Inclusiva, que compreende a Educação Especial dentro da escola regular, significa enxergar as dificuldades e necessidades especiais dos estudantes como diversidade, ampliando assim a visão de mundo de todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. O direito de todos à equidade garante oportunidades iguais de forma a construir uma concepção ampla da educação, incorporando níveis de educação escolar com processos educativos que ocorrem nas dinâmicas da prática social, além dos limites físicos da escola.

Frente à divergência entre o que é previsto em lei e o que ocorre nas escolas, surgem questões referentes à inclusão de pessoas com deficiência visual, o que leva alguns professores à procura de formação especializada. Leitura de bibliografia especializada, análise das competências e habilidades do aluno com deficiência visual, organização de espaço e material próprios para esse aluno, asseguram uma orientação que não só o integra, mas permite a inclusão.

Adota-se o entendimento de Capra (1999, p. 1) para fundamentar sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e educação para a sustentabilidade:

[...] o que é sustentado numa comunidade sustentável não é o crescimento econômico, o desenvolvimento, a quota de mercado ou a vantagem competitiva, mas a totalidade da teia da vida da qual a nossa sobrevivência a longo prazo está dependente. Noutras palavras, uma comunidade sustentada é concebida de uma forma onde o comércio, a economia, as estruturas físicas e as tecnologias não interferem com a capacidade inata da natureza para sustentar as formas de vida.

A UNESCO, ao decretar a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), objetivou o estímulo a mudanças atitudinais e comportamentais com relação ao meio ambiente e a utilização de recursos naturais.



Para a Década, a educação possui papel central na elaboração de uma sociedade mais sustentável e igualitária, norteando estudantes e professores como agentes protagonistas num processo de transformação não baseado somente na conservação ambiental.

Uma escola inclusiva remete à reflexão de conceitos como diversidade e diferença. Figueiredo (2002) explica que diferenças são manifestações humanas resultantes de raça e cultura além das respostas dos indivíduos à educação nas salas de aula, enquanto a diversidade é formada pelo conjunto de singularidades, mas também pelas semelhanças. As diferenças contribuem para o crescimento, pois enriquecem o convívio, enquanto as desigualdades geram inferioridade.

Professores com formação para atuar no Atendimento Educacional Especializado, segundo a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, devem dispor de um espaço equipado nas escolas comuns das redes de ensino, além de auxiliar o aluno com deficiência e seus colegas na utilização dos recursos. Também podem atuar na avaliação do aluno, na gestão de seu processo de aprendizagem, acompanhar o aluno na sala de recursos multifuncionais e no diálogo com os demais professores. Esse atendimento objetiva o desenvolvimento dos alunos, superando limites motores, sensoriais e intelectuais. Dessa forma, o sujeito sai de uma posição passiva e apropria-se ativamente do seu saber.

Mais que o acesso e permanência na escola, o planejamento de toda a escola deveria garantir a aprendizagem, articulando ensino comum com a educação especial, a fim de que todos os envolvidos construam o conhecimento.

Os saberes de um educador passam por formação inicial, formação continuada, e são construídos através do cotidiano da prática educativa, compreendendo desenvolvimento pessoal e profissional. Ultrapassando as barreiras de categoria teórica ou área de pesquisa, a formação de professores é uma atividade complexa de grande relevância social, e envolve a prática pedagógica determinando qualidade do ensino, gestão democrática e autonomia escolar.

Santiago e Batista Neto (2011, p. 7) acerca dessa discussão, afirmam:



De par com as políticas de formação de professores, as concepções sobre a questão conhecem novos desenhos teórico-metodológicos, fundados em concepções que primaram, nas últimas décadas, por afirmar críticas ao paradigma da racionalidade técnica, de um lado, e por propiciar a emergência de novas bases teóricas para a formação do professor, por outro.

Essa dualidade é motivo de reflexões com vistas à intervenção de forma contextualizada nos ambientes escolares. Em suas pesquisas voltadas à História da Educação no Brasil, Brzezinski (1996) critica o fato de a pedagogia ter sido tratada como um campo prático onde o professor apenas dominava métodos e técnicas de prática docente, mas não busca teoria por meio da pesquisa, separando o indissociável: teoria e prática.

O saber é construído na interação entre conhecimento e informação, entre os sujeitos e o ambiente, além de constituído heterogêneo em função de suas fontes e prática profissional. O professor que analisa sua vida enquanto aluno e profissional, propõe-se a um aperfeiçoamento de seu desenvolvimento global. Portanto, essa breve reflexão acerca da formação de professores encontra nas palavras de Freire (1979) uma perspectiva condutora, à medida que o educador ressalta que não existe caminho para a transformação, mas a transformação é o caminho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa centrou-se em análise bibliográfica. Aborda breves conceitos de desenvolvimento sustentável, inclusão escolar de deficientes visuais e formação de professores. Explora-se parte da legislação da educação no Brasil (2004), teorias pedagógicas de educadores expoentes como Paulo Freire (1979), formação de professores com Santiago e Batista Neto (2011), e Faria (2011) e Capra (1999) discutindo sustentabilidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Valer-se da diversidade como fonte de enriquecimento provoca em todos os estudantes um crescimento global. A inserção de alunos cegos ou com deficiência visual em escolas regulares propicia transformações positivas nos âmbitos educacional e social, visto que procura combater atitudes discriminatórias, contemplando características e necessidades especiais e transformando sistemas educativos.

A legislação no Brasil fomenta a Educação Inclusiva, à medida que se constitui em uma questão social emergente. Assim, torna-se necessário adaptar a cada realidade, sistemas de ensino que oportunizem capacitação de recursos humanos – professores, direção, profissionais da saúde – a fim de que a inclusão e a sustentabilidade sejam estimuladas. Apesar do consenso quanto à necessidade de uma formação continuada, fundamentada no desenvolvimento social, educar para a sustentabilidade é tarefa árdua à medida que não há sequer um consenso quanto à definição de sustentabilidade. Enquanto o ensino se basear somente em transmissão de conhecimento e não no desenvolvimento de competências que visem à argumentação, os estudantes não assumirão um papel protagonista frente a questões sustentáveis.

Barreiras físicas e educacionais serão vencidas através da formação continuada do corpo docente, que através da pesquisa desloca concepções vigentes, recicla seus conceitos e legitima os alunos como aprendizes capazes.

O alcance de uma educação de qualidade para todos indistintamente deve prevalecer sobre todas as estratégias e iniciativas governamentais e não-governamentais, pois a educação constitui um dos principais mecanismos para retirar as pessoas da situação de miséria e vulnerabilidade em todos os aspectos. Ela constitui uma das variáveis mais importantes para o bem-estar e progresso de uma sociedade, e principalmente para o crescimento de forma sustentável ao longo do tempo.



REFERÊNCIAS

BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia R. Fiorim. **Inclusão escolar e deficiência mental**: análise da interação social entre companheiros. Estudos de psicologia, Rio Grande do Norte, v. 9, n.1, jan./abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22386.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL. Decreto-lei nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis n 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2014.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. **Estatuto da igualdade racial e direitos da pessoa com deficiência**. Rio Grande do Sul: Comissão de cidadania e direitos humanos, 2010.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 16 mar. 2015.

BRASIL. **Censo da educação básica**: 2012 – resumo técnico. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

Capra, Fritof. **Ecoliteracy: the challenge for education in the next century**. Disponível em: <<http://cccns.org.au/rattlerresources/ecoliteracy.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2015.



FARIA, José Henrique de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. In: NEVES, Lafaiete Santos (Org.). **Sustentabilidade: anais de textos selecionados do V Seminário sobre Sustentabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves & SOUZA, Vanilton C. **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOREJÓN, Kizzy. **A inclusão escolar em Santa Maria/RS na voz de alunos com deficiência mental, de seus pais e de seus professores**. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Mennon, 1997.

MORENO, Patrícia Cândido. **As dificuldades da escola perante a inclusão escolar**. Vitória: UFES, 2009.

NUERNBERG, Adriano H. **Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a13v13n2>>. Acesso em 02 abr. 2014.

ROSA, Suely P. da Silva; DELOU, Cristina M. Carvalho; OLIVEIRA, Eloíza da Silva Gomes de. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

SANTIAGO, Maria Eliete; BATISTA NETO, José. Formação de professores em Paulo Freire: uma filosofia como jeito de ser-estar e fazer pedagógicos. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7, n.3, dez. 2011. Edição especial de aniversário de Paulo Freire. Disponível em: < <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/7598>>. Acesso em: 04 abr. 2014.



SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente**. São Paulo: Martins Fonte, 1984.

ZITKOSKI, Jaime José. Mundo da vida x mundo do trabalho: repensando a formação docente. In: ALMEIDA, Heleuza C. T.; POZZEBON, Maria C. L.; MELLO, Reynaldo I. C. (Org.). **Desafios da educação neste século:** pesquisa e formação de professores. Cruz Alta – RS: UNICRUZ, 2003.



A NECESSIDADE DO ENSINO JURÍDICO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO BRASIL

CIRIO, Katiucia Carpes Viana¹; RUAS, Kelly Fighera²;

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a evidente necessidade da inclusão do ensino jurídico nas grades curriculares da educação básica brasileira. A educação, sendo regulamentada como um direito pela Constituição Federal, traz nos seus objetivos o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, sendo o ensino jurídico de suma importância para o alcance desses objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Educação. Cidadão.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the clear need for inclusion of juridical education in the curriculum of primary education in Brazil. The education being regulated as a right by the Constitution brings in its objectives the full development of the person, his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for work being the juridical education of paramount importance to achieving these objectives.

KEYWORDS: Law. Education. Citizen.

INTRODUÇÃO

A educação é o meio pelo qual a sociedade prepara os indivíduos para garantir a sua continuidade e o seu pleno desenvolvimento social e tecnológico. Trata-se de um processo dinâmico que busca, constantemente, as melhores estratégias para responder e contornar os novos desafios que a globalização impõe, a fim de torná-los cidadãos.

¹ Aluna de graduação do 8º semestre do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: katicarpesviana@hotmail.com

² Aluna de graduação do 8º semestre do curso de Direito da Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ. E-mail: kfruas@gmail.com



Outrossim, o ensino jurídico, que nada mais é do que o conhecimento em si da área de ciências jurídicas, é imprescindível para construção de uma sociedade democrática. Em outro sentido, é de conhecimento geral que a educação brasileira básica é falha em muitos aspectos, dados do IDEB de 2013 mostram taxas de reprovação e abandono no ensino médio beirando aos 30%.

A lei de diretrizes e bases da educação nacional traz uma concepção acerca do que deve ser trabalhado em sala de aula, explicitando que os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, ou seja, todas as escolas devem trabalhar a mesma grade programática, e dentro dessa carga horária da grade devem estar às noções de ensino jurídico. Segundo a mesma lei, o sistema de ensino e os estabelecimentos escolares devem ter senso crítico, levando sempre em consideração as necessidades e tradições locais e regionais.

A LDBEN também recomenda que dentro dos temas ministrados em sala de aula não é aconselhável trabalhar apenas os conteúdos básicos, mas também os conhecimentos da realidade social e política. Como exemplo dessa aplicação podemos citar as recomendações das disciplinas jurídicas, como ECA, Direitos Humanos e também a Constituição Federal.

Porém, essas indicações não são visualizadas nos planos de aula das escolas brasileiras, tendo por consequência não só o desconhecimento do aluno sobre temas imprescindíveis para seu pleno desenvolvimento como ser humano como também um reflexo negativo em sua formação como cidadão, ou seja, na proporção em que a criança/adolescente não toma conhecimento de seus direitos e deveres enquanto ser humano de direitos, isso refletirá diretamente no exercício de sua cidadania.

Neste aspecto, o que propõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN é que as disciplinas jurídicas sejam trabalhadas visando instigar o aluno a conhecer os seus direitos e deveres como cidadão e também, o conhecimento pelo menos básico do funcionamento dos três poderes no Brasil. O que se verifica, hoje, é uma ampla divulgação do realizado pelo poder executivo e uma supressão das diligências dos poderes judiciário e legislativo.



METODOLOGIA

Análise bibliográfica de cunho exploratório e teórico a partir de artigos, monografias e livros acerca da necessidade do ensino jurídico no ensino básico brasileiro, tantos em escolas públicas estaduais e federais quanto em escolas privadas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A educação no Brasil é um tema amplamente discutido, a forma como se deve proceder e os princípios que devem cercear a educação estão descritos no artigo 6º da nossa magna carta.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Porém nem sempre a educação teve um espaço dedicado a ela na nossa norma supra. Como nos preceitua PILATTI (1996) a Constituição Imperial de 1824 apenas previa a gratuidade da instrução primaria aos cidadãos, porém esta ainda era a cargo das famílias e igrejas (BRASIL, 1824).

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte.

[...]

XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

Após esta, pequenos ganhos foram sendo alcançados com o passar dos anos e das Constituições. Em 1891 o estado passou a impor que o ensino fosse laico, separando Estado e igreja das obrigações educacionais (BRASIL, 1891).

Art.72. A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes do País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

§6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

Em 1934 pela primeira vez a educação teve um capítulo específico que tratou de sua regulamentação, este se chamava “Da educação e da Cultura” (BRASIL, 1934)



Apesar de esta Constituição ter vigorado por apenas três anos, apresentou um grande avanço quanto à área educacional, trazendo pontos que foram retomados na Constituição de 1988.

Com a instituição do Estado Novo em 1937 a educação se voltou principalmente ao ensino profissionalizante incentivando atividades físicas, cívicas, manuais e morais (BRASIL, 1937).

Art. 128. A arte, a ciência e o ensino são livres à iniciativa individual e a de associações ou pessoas coletivas públicas e particulares.
É dever do Estado contribuir, direta e indiretamente, para o estímulo e desenvolvimento de umas e de outro, favorecendo ou fundando instituições artísticas, científicas e de ensino.

A Constituição de 1946 atribuiu ao Estado a responsabilidade pela educação, porém deixando uma quota para a participação da iniciativa privada (BRASIL, 1946). Foi durante esse período também que foi estabelecida a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação que permitiu a descentralização da educação da esfera nacional para a estadual.

Art. 171. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.
Parágrafo Único – Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional.

Após o golpe de Estado em 1967 uma nova Constituição foi promulgada. Apesar de esta não trazer grandes avanços, pela primeira vez tratou a educação como um princípio da unidade nacional e uma forma de unidade ideológica (BRASIL, 1967).

Art. 168. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, assegurada à igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana [...]

Cada uma dessas Constituições trouxe um avanço, como a divisão dos poderes quanto às escolaridades, incumbindo à união legislar sobre o ensino superior e também o ensino de disciplinas obrigatórias. Entretanto, somente com a Constituição Federal de



1988 é que tivemos o sistema educacional sendo tratado como indispensável e igualitário, ganhando o status de direito fundamental.

Ainda a luz da própria Constituição esta também traz a lume a obrigatoriedade da tríplice função de garantir a realização plena do ser humano como indivíduo e ser social de direitos e deveres, a fim de inseri-lo como parte de um Estado Democrático e qualificá-lo para as atividades profissionais (BRASIL, 1988).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Mais adiante no ano de 1996, após mais de 10 anos de tramitação na Câmara e no Senado, foi criada a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que foi um marco importante para a educação brasileira, representando uma grande mudança na estrutura educacional, sendo também a primeira lei nacional a fornecer um conceito de educação, definindo e regulamentando o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição Federal. Em seu artigo 2º, a LDBEN, faz uma clara alusão à necessidade do preparo do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Vendo por este prisma, o que o artigo anteriormente citado quer dizer é que se espera que o aluno na conclusão do ensino médio esteja pronto para agir e adaptar-se no convívio social e político, tendo uma ampla base de conhecimento da cidadania. Porém, infelizmente, esta não é a realidade que nos cerceia.

Em pesquisa de campo realizada em Araxá – MG verificou-se que a maioria dos alunos concluintes do ensino médio de escolas públicas – federais e estaduais – e também de escolas privadas, não sabiam sequer sobre o funcionamento do poder judiciário, ou a função de um promotor de justiça (apenas 45,8% sabem qual a função do promotor e apenas 8,2% sabem quantos recursos um processo pode ter).



Para que ocorra uma efetiva inserção do aluno como cidadão faz-se necessário que haja previamente a sua preparação, ou seja, que durante as fases iniciais do ensino haja o ensino jurídico.

No ano de 2014, houve uma inovação acerca do ensino dos direitos humanos e da prevenção da violência contra as crianças e os adolescentes. A lei 13.010 incluiu o § 9º no art. 26 da LDBEN, explicitando, com isso, que deve haver conteúdos trabalhados em sala de aula referentes ao problema social supracitado.

Além disso, em 2012, o § 7º já havia sido incluído, inserindo, na Lei acima referida, os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental aos conteúdos obrigatórios.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

(...)

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios.

(...)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado.

A essência da LDBEN está no fato de querer formar um cidadão consciente, porém esta só é um direito amplamente exercido quando acompanhado de um conhecimento do indivíduo acerca do Estado em que vive, da informação das normas que o rodeia e também de quais direitos e deveres lhe são cabíveis.

Como argumenta FREIRE (2011) é necessário que haja conhecimento que possibilite uma melhor formação para o cidadão.

A função da escola, entre vários outros fatores, é para aquisição de conhecimentos que surtam efeitos no dia-a-dia da sociedade. Porém, pouco se aplica no cotidiano do cidadão o conteúdo programático que é passado nas escolas, incidindo principalmente na escolha de sua atividade profissional, que direciona o curso universitário, isso quando tem oportunidade de fazê-lo. Neste



caso, se gostar de Biologia, provavelmente vai seguir a área de Saúde, se gostar de Física, tenderá a escolher a área de Exatas e se tiver mais afinidade em História e Geografia, terá preferência em Humanas (FREIRE, 2011, p. 4).

A grande problemática neste sentido, é que os conteúdos ministrados no ensino médio focam a preparação do aluno para os exames de vestibulares, deixando de lado a real necessidade, qual seja, a de que o aluno descubra a si mesmo como cidadão, tendo alguns conhecimentos jurídicos básicos como, Constituição, Direitos Humanos, Eca, e a partir daí forme a sua personalidade podendo escolher a área de atuação que lhe trará realização profissional.

O aluno preparado somente para a questão “vestibular” se torna um indivíduo indeciso, despreparado, sem capacidade de questionar sobre política, direitos ou deveres, e como resultado disso adquire uma juventude apática e não cidadã. A expectativa é que quando o aluno saia dos bancos da educação básica se forme um cidadão capaz de criticar, de ser argumentativo e que saiba exercer seus direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição, para que possa ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho com confiança.

Na Assembleia Legislativa, o deputado Romário propôs a alteração da LDBEN para incluir a disciplina de Direito Constitucional na grade curricular do ensino básico. Projetos como este já haviam sido propostos por um deputado do Mato Grosso em 2003 e nenhum dos dois obteve maioria necessária para aprovação.

No Estado de Rondônia e no Acre, houve uma iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil e de Associações representativas da sociedade para a inclusão de noções básicas de direito nas escolas. O projeto é garantido pelo deputado Luiz Gonzaga que defende que se “cada cidadão for advogado dos próprios direitos, certamente teríamos uma sociedade bem melhor e mais harmonizada”. No entanto, infelizmente, o único estado até os dias atuais que já incluiu em seu currículo escolar noções de direito é o Estado de São Paulo que aprovou em 2007 o projeto de lei 374 de autoria do deputado Alex Manente versando sobre o assunto:

Dispõe sobre a obrigatoriedade no ensino médio da rede pública estadual, a matéria de Introdução ao Estudo do Direito.



Artigo 1º – Fica obrigatória a inclusão no currículo escolar da rede pública estadual a disciplina de Introdução ao Estudo do Direito.

Art. 2º – A disciplina deverá ser aplicada no 2º (segundo) ano do Ensino Médio, sendo obrigatória e eliminatória.

Art. 3º – O conteúdo programático da disciplina será estipulado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, seguindo a seguinte diretriz:

Noções básicas de Justiça e Cidadania;

Noções básicas de Teoria Geral do Estado;

Noções básicas de Hermenêutica da Lei;

Noções básicas de Direitos do Consumidor;

Art. 4º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei.

Art. 5º – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias existentes, suplementadas se necessárias.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vale lembrar que em épocas passadas o Direito era tratado nas escolas como a disciplina de Educação Moral e Cívica ou Organização Social e Política do Brasil, as quais eram consideradas disciplinas obrigatórias nas grades curriculares, tanto das escolas públicas quanto nas escolas privadas, conforme se verifica no decreto 869 de 12 de setembro de 1969 revogado pela lei 8.663 de 1993.

Art. 1º É instituída, em caráter obrigatório, como disciplina e, também, como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País.

Art. 2º A Educação Moral e Cívica, apoiando-se nas tradições nacionais, tem como finalidade:

a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;

b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;

c) o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana;

d) a culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;

e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;

f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País;

g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;

h) o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade.

Claro que não se pode comparar a organização política brasileira daqueles tempos com a atual, principalmente tendo em vista os objetivos especificados pelo



Decreto de Lei vigente na época, mas o cerne da questão é o conhecimento que traz esse tipo de disciplina.

Nas palavras de CASTILHO (2007):

Conhecer as atribuições das principais autoridades, a forma pela qual se deve proceder para cobrar destas o que é de direito, saber em que consiste ser consumidor e o que isso implica, ter em mente os poderes inerentes à propriedade que possui, e, sobretudo, ter bem claro quais são os direitos fundamentais e o que fazer para protegê-los – tudo isso demonstra claramente que não há substancial vida em sociedade sem conhecer o Direito. Ensiná-lo para além dos círculos do Ensino Superior, portanto, é uma forma de assegurar que nossa sociedade de amanhã será melhor do que a de hoje.

Por outro lado, é praticamente utópico acreditar que professores, das mais variadas disciplinas, com planos de aula imensos que não conseguem ser exauridos, conseguiriam inserir disciplinas como o exercício da cidadania ou noções básicas de direito sem prejudicar o restante do andamento da matriz curricular. A solução mais viável para o momento “hoje” seria a implementação de projetos paralelos e parceiros às escolas que trouxessem um pouco deste conhecimento jurídico necessário sem prejudicar o andamento dos demais conteúdos programáticos.

Alguns bons exemplos do citado acima são o do projeto Conhecer Direito da Defensoria Pública do Distrito Federal que desde 2010 dá aulas gratuitas visando o ensino do ramo do direito com quem tem experiência na área, assim como o projeto da Ordem dos Advogados do Brasil intitulado “OAB vai à escola”, que em vários Estados, já atendeu milhares de alunos levando sabedoria e conhecimento acerca de Direito do Consumidor, Estatuto da Criança e do Adolescente, Bullying, Pedofilia, Álcool, drogas e relacionamentos familiares, Direito do Trabalhador Menor, Estatuto do Idoso, Direção Perigosa, Violência Doméstica, entre outros. Esta mudança poderia ocorrer por meio de palestras, minicursos presenciais, ou até mesmo cursos à distância.

Após a análise desses fatos e observando o quanto o ensino jurídico na educação básica proporcionou conhecimento aos alunos, nos lugares em que foram aplicados projetos de extensão ou mesmo no estado em que a disciplina jurídica já faz parte do meio acadêmico de ensino básico, faz-se necessário mencionar que o Ensino Jurídico, em seus longos anos no Brasil, tem evoluído, mas a passos lentos. E é



partindo deste pressuposto que é importante lembrar quão necessária é uma atitude inovadora e transformações para que ocorram mudanças significativas no futuro de nossas sociedades, mudanças essas que só poderão começar pela raiz, ou seja, pela educação dos ainda menores, que amanhã serão empresários, políticos, advogados, dentre muitos outros futuros cidadãos.

Para formar um indivíduo que seja capaz de viver em sociedade, que saiba lutar por seus direitos, que tenha conhecimento dos seus deveres e que acima de tudo saiba se posicionar no país em que vive é preciso que não mais apenas os educadores atenham-se a matérias das áreas exatas, mas que se voltem também para a área humana, ensinando o aluno a pensar e a ter senso crítico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez considerados os argumentos propostos no presente trabalho, resta clara e objetiva a necessidade da reestruturação curricular do ensino básico brasileiro. A demanda de disciplinas de cunho jurídico ultrapassam as fronteiras da iminência, chegando a serem consideradas razões, em virtude de suas ausências, do atual momento de ignorância social vivido pelas sociedades do país.

Um indivíduo capaz de resguardar/reclamar seus direitos é também um indivíduo capaz de desenvolver uma vida segura e plena. Ou seja, será capaz de compreender seu papel em meio ao grupo em que vive, assim como de contribuir para que todos os seus pares hajam de igual forma, formando uma coletividade autossuficiente, capaz de conviver em harmonia com os seus direitos e deveres.

Infelizmente, a educação nacional não evoluiu de forma organizada e além das barreiras intelectuais (mau preparo e qualificação de professores e assistentes educacionais) ainda esbarra nas que dizem respeito ao poder do Estado em sua execução (disponibilidade orçamentária, falta de infraestrutura e de condições básicas, etc), trazendo, portanto, maiores dificuldades para a devida implantação de uma grade curricular mais completa (segundo o que nos traz a legislação).

É tarefa do Estado, como já sabido, zelar pela correta execução e plena garantia dos direitos dos cidadãos, portanto, não menos importante que os outros



direitos, porém tão essencial quanto outros, os textos que dizem respeito à educação devem ser encarados com total prioridade. Fazendo com que chegue até a sala de aula não apenas o necessário para a orientação profissional do aluno, mas também a capacidade de pensar como o ser humano que é em sua sociedade, e não apenas o que ele pensa em ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Asael. **Romário quer aulas de direito constitucional para jovens nas escolas.** Disponível em <http://asaell.jusbrasil.com.br/noticias/116481776/romario-quer-aulas-de-direito-constitucional-para-jovens-nas-escolas> Acesso em 11 Mar. 2015.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil de 1824.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm Acesso em 15 Mar. 2015.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em 12 Mar. 2015.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 12 Mar. 2015.

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm Acesso em 12 Mar. 2015.

BRASIL, **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso em 13 Mar. 2015.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm Acesso em 12 Mar. 2015.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 10 Mar. 2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em 10 Mar. 2015.

BRASIL. **Lei que Dispõe a Inclusão da Educação Moral e Cívica como Disciplina obrigatória, nas Escolas de Todos os Graus e Modalidades, dos Sistemas de Ensino do País e da Outras Providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0869.htm Acesso em 15 Mar. 2015.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos nas escolas: construção de pessoas e de uma sociedade democrática.** Revista Partes. Disponível em <http://www.partes.com.br/educacao/direitonasescolas.asp> Acesso em 10 Mar. 2015.

FREIRE, Aline Lima. **A inserção de matérias jurídicas nas escolas de ensino básico.** Disponível em <http://www.abcdodireito.com.br/2011/05/insercaomateriasjuridicasescolasensinob.html> Acesso em 09 Mar 2015.

EXPRESSO MT. **OAB leva informação a cerca de cinco mil alunos de escolas públicas de Lucas do Rio Verde.** Disponível em <http://www.expressomt.com.br/matogrosso/oab-leva-informacao-a-cerca-de-cinco-mil-alunos-de-escolas-publicas-de-125924.html> Acesso em 13 Mar. 2015.

JUS BRASIL. **Projeto Conhecer Direito: Alunos do Ensino Médio são formados para concurso público e vestibular.** Disponível em <http://dp-df.jusbrasil.com.br/noticias/2443919/projeto-conhecer-direito-alunos-do-ensino-medio-sao-formados-para-concurso-publico-e-vestibular> Acesso em 11 Mar. 2015.

MORAES, Elaine Robaino Marques de. **A Importância da Introdução de Disciplinas Jurídicas no Ensino Médio.** Revista Magistro n. 8. Disponível em <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2119> Acesso em 13 Mar. 2015.

PEREIRA, Elvis. **Assembleia de São Paulo inclui direito no ensino médio estadual.** Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,assembleia-de-sp-inclui-direito-no-ensino-medio-estadual,50605> Acesso em 11 Mar. 2015.



PILATTI, A. Comentários ao Texto de Maria Francisca Pinheiro. In: FÁVERO, O. (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

VENTURI, Jacir. **O Ensino Médio continua ruim, mas pode melhorar**. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/31495/opinio-o-ensino-medio-continua-ruim-mas-pode-melhorar/> Acesso em 07 Mar. 2015.



AS FEIRAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO PARA OS PRODUTOS SOLIDÁRIOS: UMA ANÁLISE DA 10ª ECOSOL E 21ª FEICOOP

SCHULZ, Jéferson Réus da Silva¹; ZAJONZ, Bruna Tadielo²; DÖRR, Andrea Cristina³;
BUM, Tônia Magali Moraes⁴

RESUMO

O objetivo do presente estudo consiste em fazer uma análise da 10ª Feira Latino Americana de Economia Solidária (ECOSOL) e da 21ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) como uma única grande Feira que se constitui num canal de distribuição próprio para os produtos solidários. A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de 140 formulários junto ao público presente na Feira nos dias 18, 19 e 20 de julho de 2014. Os resultados sugerem que há adesão por parte do público das Feiras de Economia Solidária como pontos de venda para os produtos solidários. Conclui-se, desse modo, que estas Feiras representam um ponto estratégico de distribuição para comercialização dos produtos solidários e facilitam o acesso dos consumidores a esses produtos.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Solidária. Canais de Distribuição. Feiras.

ABSTRACT

The aim of this study is to make an analysis of the 10th Fair Latin American Solidarity Economy (ECOSOL) and the 21st International Fair of Cooperatives (FEICOOP) as a large single Fair which constitutes an own distribution channel for fair trade products solidarity. The survey was conducted by applying 140 forms with the audience at the Fair on 18, 19 and 20 July 2014. The results suggest that there is acceptance by the public of Fairs Solidarity Economy as outlets for fair trade products. It follows, therefore, that these Fairs represent a strategic distribution point for marketing of fair trade products solidarity and facilitate consumer access to these products.

KEYWORDS: Solidarity Economy. Distribution Channels. Fairs.

¹ Acadêmico de Economia na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: jefersonschulz@gmail.com.

² Acadêmica de Economia na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: brunabtz@gmail.com.

³ Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: andreadoerr@yahoo.com.br.

⁴ Professora Doutora da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: toniabrum@hotmail.com.



INTRODUÇÃO

A cultura econômica capitalista baseia-se na lógica do individualismo e comporta agentes econômicos dotados de liberdade econômica, o que faz com que esses agentes assumam características de indivíduos egoístas e racionais na busca pela satisfação própria (SINGER, 2007). Dessa forma, essa lógica mostra-se cruel na medida em que estabelece um jogo no qual os melhores vencem os piores e os piores padecem sob as ordens dos melhores, de um modo que o resultado da dinâmica desse jogo implica na desigualdade, dado que uns acabam por obedecer às ordens de outros, sendo que aqueles que dão as ordens ocupam uma melhor posição do que aqueles que as recebem.

A economia solidária surge como uma alternativa para a prática da lógica capitalista de mercado, tendo como base valores como solidariedade, coletividade, igualdade, cooperação, autogestão e democracia, que se constituem em pontos fundamentais no intuito da valorização de grupos marginalizados e fragilizados pela competição acirrada que prevalece no capitalismo. Conforme Brito (2014), a economia solidária tem se apresentado também como uma forma inovadora de geração de trabalho e renda com potencial em benefício da promoção da inclusão social.

Os ideais propostos pela economia solidária agem em favor daqueles que, pela ideia de meritocracia intrínseca ao capitalismo, merecem menos, ou seja, aqueles que no jogo do mercado são os que saem como “perdedores”, sujeitos a receber ordens dos que saem como vencedores. De encontro a isso surgem os empreendimentos econômicos solidários, que objetivam a prática de um modo de produção inclusivo com vistas a promover o desenvolvimento local de forma sustentável.

Os empreendimentos solidários são, de acordo com Gaviraghi e Guimarães (2009), uma forma de gerar trabalho e renda, tendo como base os princípios da autogestão e da solidariedade. Conforme os mesmos autores, estes empreendimentos englobam trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho formal. Neste sentido, representam também uma forma de redução dos aspectos negativos oriundos da informalidade que assola as camadas da sociedade vítimas da cultura capitalista.



Uma característica essencial dos empreendimentos solidários é que não possuem um proprietário, pois todos que trabalham no empreendimento são também os donos do mesmo, respeitando o princípio da autogestão no sentido de cultivar uma administração coletiva, participativa e democrática. Estes empreendimentos também apresentam a peculiar característica de não trabalharem tendo em vista auferir altos lucros financeiros, indo, dessa forma, de encontro ao padrão tradicional cultivado pelas empresas capitalistas.

No entanto, a sustentação desses empreendimentos requer maiores cuidados, dado o modo consolidado do atual padrão produtivo em que a sociedade está organizada. Em meio a dificuldades, seja em virtude da carência de políticas públicas direcionadas a esta categoria, seja em detrimento da necessidade de maior atenção por parte do Estado e também da sociedade, esta forma alternativa de produção enfrenta percalços para sua sobrevivência.

Uma das formas encontradas para criar e garantir mercados para os empreendimentos de economia solidária e também para fortalecer e disseminar os valores intrínsecos a esta corrente têm sido as Feiras de Economia Solidária, que permitem aos empreendedores comercializar seus produtos e também divulgar seu trabalho. Desse modo, estas Feiras servem como vitrine para difundir o trabalho desenvolvido no âmbito da economia solidária e configuram-se também como um mercado específico para estimular o comércio dos produtos solidários.

Em 2014 realizaram-se em Santa Maria-RS a 10ª Feira Latino Americana de Economia Solidária (ECOSOL) e a 21ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP), com o propósito de incentivar o comércio e o consumo de produtos dos empreendimentos que fazem parte da economia solidária. Esses eventos possibilitam favorecer a economia local e a vitalidade social na medida em que buscam o fortalecimento dos processos participativos, organizativos, autogestionários e transformadores, consolidando o modelo de desenvolvimento solidário sustentável e territorial.



Considera-se importante traçar estratégias de marketing no intuito de viabilizar a distribuição dos produtos produzidos pelos empreendimentos de economia solidária que ainda carecem de força para sobreviver em meio a uma cultura tão fortemente orientada para a geração de grandes lucros do capital. Desse modo, tem-se que é preciso incentivar e fortalecer os empreendimentos solidários e os princípios propostos pela economia solidária, com vistas a promover o desenvolvimento local sustentável em compromisso com o meio ambiente e com as gerações futuras colocando o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, o que é vital na atual conjuntura e requer uma mudança de comportamento que implica no resgate de valores que parecem ter sido esquecidos pela sociedade.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a 10ª Feira Latino Americana de Economia Solidária (ECOSOL) e a 21ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP), que aconteceram em Santa Maria-RS durante os dias 18, 19 e 20 de julho de 2014, sob a ótica do composto praça do mix de marketing, com o propósito de discutir a importância das Feiras de Economia Solidária configurando-se como canais de distribuição específicos para os produtos solidários.

REFERENCIAL TEÓRICO

Canais de distribuição: o composto mercadológico praça

Tendo como meta criar valor para o cliente visando a construção de relacionamentos lucrativos fortes com ele, as empresas traçam estratégias de marketing que buscam criar este valor e, simultaneamente, as permitam alcançar seus objetivos cuja finalidade é a obtenção de lucro (KOTLER; ARMSTRONG, 2007). A essa estratégia que almeja a captura de valor dos consumidores segue-se o desenvolvimento de um mix de marketing, integrado e composto por fatores que são de controle da própria organização.

O mix de marketing, também chamado de composto de marketing, “[...] é o conjunto de ferramentas de marketing táticas e controláveis que a empresa combina para produzir a resposta que deseja no mercado-alvo” (KOTLER; ARMSTRONG, 2007,



p. 42). São quatro as variáveis que compõe este mix, a saber: produto, preço, praça e promoção.

Conforme Silva e Silva (2010), o conhecimento das variáveis que compõe o mix de marketing permite que a organização alcance seus objetivos organizacionais a partir do gerenciamento adequado do seu fluxo de informações. Ainda segundo as autoras, desse modo torna-se possível que a sociedade como um todo e o público-alvo beneficiem-se com a utilização dos produtos e serviços distribuídos pela empresa.

O mix de marketing compreende, dessa forma, um conjunto de ferramentas sob o controle da própria organização que permite a ela alcançar seus objetivos lucrativos e melhorar seu desempenho no mercado. As quatro variáveis que compõe o composto mercadológico estão umbilicalmente relacionadas umas às outras e o sucesso das estratégias de marketing requer atenção a todas elas.

O que se busca por meio da gestão do composto mercadológico é alcançar o sucesso dos produtos no mercado. Para tanto, é importante garantir que os produtos estejam disponíveis nos locais onde o público-alvo frequenta ou pretende encontrá-los, para que enfim possam ser comercializados. O P a que se está fazendo menção é o P do composto praça, também chamado de ponto de venda, canal de distribuição ou canal de marketing. Praça, dessa forma, refere-se à forma como disponibilizar os produtos ou serviços nos mercados para o consumo, preocupando-se em observar o quanto conveniente é um determinado ponto para os clientes, isto é, a conveniência de comprar, que implica em facilitar o acesso dos clientes aos produtos.

Segundo Almeida (1999, p. 52), “o canal de distribuição deve ser orientado para o consumidor e, para isso, deve ter a propriedade de se readaptar em função das variações de demanda, sejam elas de ordem cronológica, geográfica, ou qualquer outra”. A autora alude que os canais de distribuição representam um sistema complexo de relacionamento entre fabricante, intermediários e consumidores finais do produto.

Conforme Neves (1999), em virtude de suas características de longo prazo, seja no planejamento ou na implementação, os canais de distribuição possibilitam construir vantagens competitivas sustentáveis, tendo como base pessoas e



relacionamentos e exigindo que as organizações estejam estruturadas de forma consistente. Para o mesmo autor, é apenas por intermédio da distribuição que produtos e serviços, sejam eles públicos ou privados, tornam-se disponíveis para o consumo final, uma vez que necessitam ser transportados para os locais de acesso dos consumidores.

Os canais de distribuição exercem papel fundamental no estímulo à demanda e não se limitam à responsabilidade de satisfazê-la através de produtos e serviços no local, em quantidade, qualidade e preço correto, pois são canais que constituem uma rede orquestrada que cria valor para o consumidor final, valendo-se, para tanto, principalmente da geração das utilidades de forma, tempo, posse e lugar (NEVES, 1999).

O composto mercadológico praça refere-se a melhor forma pela qual os clientes possam acessar os produtos ofertados por determinada empresa [neste caso, os empreendimentos solidários]. Acerca disso, quando se propõe a analisar os canais de distribuição no contexto das Feiras de Economia Solidária, tem-se que estas assumem a função de ponto de venda para os produtos solidários, possibilitando, ao mesmo tempo, que os intermediários das trocas [atacadistas e varejistas, normalmente] sejam dispensados, de modo que a venda é realizada pelos próprios produtores, o que termina por agregar valor aos produtos e ampliar os vínculos de relacionamento entre clientes e empreendedores.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada durante a 10^a ECOSOL e 21^a FEICOOP e caracterizando-se como um levantamento de campo. Conforme Gil (2008, p. 55), um levantamento de campo “consiste na interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer”. Neste tipo de pesquisa solicita-se a um grupo significativo de pessoas informações acerca do problema estudado, para que, posteriormente, através de uma análise quantitativa, seja possível obter as conclusões correspondentes aos dados coletados (GIL, 2008).



Em virtude de a Feira ter caráter internacional e pelas edições anteriores terem reunido um expressivo número de visitantes, optou-se por proceder mediante o emprego de um processo de amostragem probabilística, em função de seu rigor estatístico e possibilidade de encontrar uma amostra que permita fazer inferências realmente representativas acerca da população em estudo, que em 2014 atingiu a marca de 240.000 pessoas [público presente nesta edição da Feira].

Desse modo, para obtenção do tamanho da amostra considerou-se para fins de cálculo uma população finita de 240.000 elementos, que representa o público visitante da Feira nos 3 dias em que ela aconteceu no ano de 2014 [18, 19 e 20 de julho]. Para realizar o cálculo da variância [$s^2 = 0,302$], empregou-se a variável renda individual mensal, obtida por meio de um estudo piloto e um erro amostral de 5,00%.

A fórmula utilizada para o cálculo da amostra foi a seguinte:

$$n = \frac{Z^2 \times s^2 \times N}{e^2 \times (N - 1) + Z^2 \times s^2}$$

Onde:

n = tamanho mínimo da amostra calculada;

Z = valor crítico da estatística z tabelado;

s^2 = variância obtida pela amostra piloto;

N = tamanho da população;

e = erro amostral, obtido através da amostra piloto.

Calculando-se:

$$n = \frac{1,96^2 \times 0,302^2 \times 240.000}{0,05^2 \times (240.000 - 1) + 1,96^2 \times 0,302^2} = 140,0665$$



O cálculo da amostra resultou em 140 formulários. O formulário elaborado para aplicação no público da Feira elenca um conjunto de 18 perguntas que se distribuíram entre abertas e fechadas e abordam tanto o perfil quanto as preferências dos clientes no sentido da promoção dos produtos solidários.

Conforme Gil (2010, p. 102-103) o formulário é “a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas”. Para Marconi e Lakatos (2009), o formulário tem como característica principal o contato face a face entre o pesquisador e o entrevistado, sendo um roteiro de perguntas preenchido pelo entrevistador durante a entrevista.

Os dados foram tabulados por meio do Programa Microsoft Office Excel 2007. A análise descritiva dos dados primários permitiu a construção de gráficos para facilitar a compreensão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O contato com amigos constitui uma das principais formas pela qual o público presente na Feira informou-se sobre a mesma, sendo apontado por 32,14% dos respondentes. No entanto, a alternativa outros [outros modos de divulgação da Feira além dos que constam no formulário] foi citada com maior frequência pelos visitantes, 33,57% dos entrevistados, que mencionam a Rede Solidária como um dos maiores meios de informação sobre os eventos de economia solidária.

Em virtude de a Feira ter sido divulgada de diversos modos e em vários veículos de informação, 15,72% dos visitantes responderam que a televisão foi a forma pela qual souberam da Feira. Também foram mencionadas a divulgação no rádio (7,14%), em jornais (5,00%), na internet (3,57%) e por folder (2,86%).

Dentre os fatores que motivaram o público a visitar a Feira, destacam-se a ideia de valorização e reconhecimento de grupos marginalizados (30,71%), sendo este um dos pontos basilares da economia solidária, e também a variedade de produtos comercializados pelos empreendimentos solidários (29,29%), o que proporciona aos visitantes da Feira, além de muitas opções de escolha, conhecer o trabalho



desenvolvido dentro da economia solidária e também a possibilidade de interagir com diversas culturas, por se tratar de uma Feira internacional que reúne empreendedores de várias partes do Brasil e de outros países ao redor do mundo.

Os dados indicam que 17,86% dos respondentes foram motivados a visitar a Feira para fazer contatos. Outros 10,71% dos entrevistados informaram que os produtos de artesanato, produzidos e comercializados pelos empreendedores, constitui o principal motivo para estarem presentes na Feira.

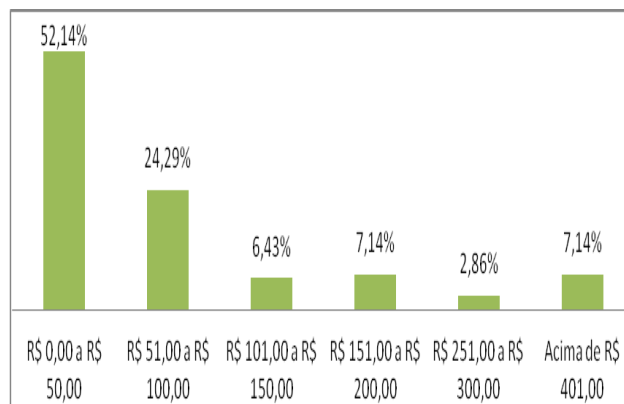
O público mencionou também, como motivos para visitar a Feira, os produtos orgânicos (9,29%), a possibilidade de rever amigos (1,43%) e o preço justo praticado pelos empreendimentos econômicos solidários (0,71%). Vale lembrar que um dos objetivos da economia solidária é promover o comércio solidário justo entre os participantes envolvidos nas trocas.

Conforme informaram 83,57% dos entrevistados, o público tem preferência por realizar pagamento à vista pelo consumo dos produtos comercializados durante a Feira. Para 7,14% dos visitantes a forma de pagamento ideal seria o pagamento no cartão à débito e para outros 7,14% o pagamento no cartão à crédito. Apenas 2,15% dos respondentes afirmaram preferir a forma parcelada para pagar pela aquisição dos produtos solidários.

Os dados da pesquisa indicam que a maior parte do público tem disposição a gastar entre R\$ 0,00 e R\$ 50,00 com a aquisição de produtos durante a Feira (52,14%). Outros 24,29% dos entrevistados informaram estar dispostos a gastar de R\$ 51,00 até R\$ 100,00 na compra dos produtos solidários (Figura 1).



Figura 1 – Disposição do público da Feira a gastar na aquisição de produtos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2014).

De acordo com a Figura 1, 6,43% dos respondentes preferem gastar entre R\$ 101,00 e R\$ 150,00 na compra de produtos durante a Feira, enquanto que 7,14% estão dispostos a gastar entre R\$ 151,00 e R\$ 200,00. Apenas 2,86% dos visitantes informaram estar dispostos a gastar um valor entre R\$ 251,00 e R\$ e 300,00. O público com maior disposição a gastar, 7,14% dos entrevistados, afirma que suas comprar podem ultrapassar a marca de R\$ 401,00.

Em virtude das Feiras de Economia Solidária representarem um ponto estratégico no sentido da distribuição dos produtos solidários, é importante que se tenha conhecimento, no âmbito do composto mercadológico praça, sobre em quais locais o público tem preferência para adquirir os produtos solidários que não somente nas Feiras de Economia Solidária. O conhecimento acerca destas informações permite traçar estratégias de distribuição, como o estabelecimento de pontos de venda atrativos e convenientes para o cliente, que podem beneficiar os empreendimentos solidários.

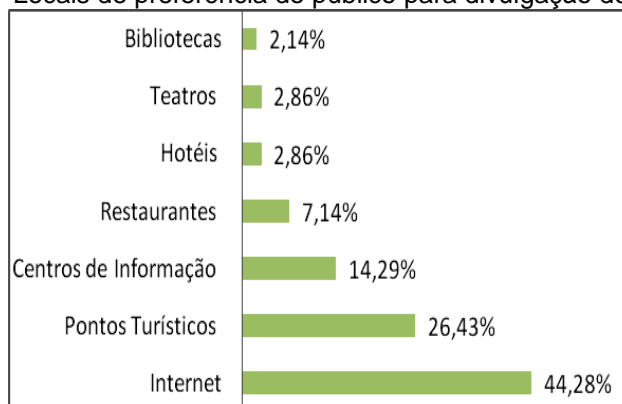
Quando questionados sobre em que local gostariam de poder adquirir os produtos da Feira, além da Feira, 57,86% dos respondentes afirmaram ter preferência por fazer a aquisição dos produtos em outras feiras. Os entrevistados também informaram achar interessante que os produtos sejam disponibilizados para venda em praças (10,00%), na internet (8,57%), em lojas de conveniência (4,28%), em pontos



turísticos (4,28%), no calçadão (7,86%), em shoppings (6,43%) e em restaurantes (0,72%).

O público apresenta maior receptividade pela internet como local de divulgação para os produtos solidários, sendo apontada por 44,28% dos respondentes. Outros 26,43% dos visitantes da Feira afirmaram que os pontos turísticos são os melhores locais para divulgar os produtos provenientes da economia solidária. Centros de informação (14,29%), restaurantes (7,14%), hotéis (2,86%), teatros (2,86%) e bibliotecas (2,14%), também foram apontados como locais para divulgação dos produtos solidários (Figura 2).

Figura 2 – Locais de preferência do público para divulgação dos produtos.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da pesquisa (2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os empreendimentos econômicos solidários carecem de maior apoio e de mercados reais para promover a comercialização de seus produtos. É nesse sentido que atuam as Feiras de Economia Solidária, tendo em vista a garantia de um mercado próprio que fortaleça os princípios em que se sustenta essa corrente e ao mesmo tempo gere renda para os empreendedores. Desse modo, as Feiras de Economia Solidária, quando se tem presente a ideia do composto praça da teoria do marketing, configuram-se como canais de distribuição específicos para os produtos dos empreendimentos solidários e representam um meio alternativo de comercialização que



é próprio para os produtos solidários, atuando como um ponto de venda que facilita o acesso do público a estes produtos.

A 10ª Feira Latino Americana de Economia Solidária (ECOSOL) e a 21ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP) possibilitaram que os vínculos entre produtor e consumidor fossem expandidos na medida em que dispensaram intermediários para realização das trocas. Esses canais de distribuição, ao assumirem a característica de um ponto de venda, contribuem para inserir aqueles que se encontram em posição fragilizada pela tradicional cultura capitalista, no mercado, permitindo, simultaneamente, distribuir os produtos do produtor diretamente ao consumidor e fortalecer os pilares da economia solidária. As Feiras, desse modo, apresentam grande potencial de venda para os produtos dos empreendimentos econômicos solidários, pois recebem um expressivo público em busca de produtos de agroindústria familiar, artesanato, alimentação, hortifrutigranjeiros e demais variedades comercializadas, sendo os participantes motivados também pela ideia de valorização e reconhecimento de grupos marginalizados.

A análise da 10ª ECOSOL e 21ª FEICOOP permite concluir há, por parte do público, adesão das Feiras como sendo os principais pontos de venda para os produtos solidários. Desse modo, essas Feiras, ao mesmo tempo em que disseminam os princípios da economia solidária e fortalecem os empreendimentos econômicos solidários, representam canais estratégicos de distribuição para os produtos solidários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. M. P. de. Sistemas de canais de distribuição: um estudo de caso na indústria alimentícia mineira. **Caderno de Pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 8, jan./mar. 1999.

BRITO, G. N. de. Marketing na economia solidária: uma pesquisa-ação aplicada nas feiras de Economia Popular Solidária de Canoas/RS. In: SCHOLZ, R. H. (Org.). **Economia solidária e incubação: uma construção coletiva de saberes**. São Leopoldo: Editora Oikos, 2014, p. 217-229.



GAVIRAGHI, F. J.; GUIMARÃES, G. T. D. **Empreendimentos de economia solidária: limites e possibilidades.** In: Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação PUC-RS, v. 4, 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PUC-RS, 2009. Disponível em: <http://www.pucrs.br/edipucrs/IVmostra/IV_MOSTRA_PDF/Servico_Social/71965-FABIO_JARDEL_GAVIRAGHI.pdf>. Acesso em 10 dez. 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2010.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Princípios de marketing.** 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NEVES, M. F. **Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos.** 1999. 297 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2009.

SILVA, A. K. M.; SILVA, F. F. **Marketing promocional como ferramenta gerencial para aumentar a produtividade e a qualidade em serviços educacionais.** Revista Gestão Industrial. v. 6, n. 3, p. 79-99, 2010.

SINGER, P. Economia solidária: democracia e conflitos entre iguais. **Otra Economía - Revista Latinoamericana de Economía Social y Solidária.** v. 1, n. 1, p. 14-16, 2007.



DESCARTE DE MEDICAMENTOS: ANÁLISE DESTA PRÁTICA POR MORADORES DA CIDADE DE CRUZ ALTA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

SOARES, Fabiana Gomes Nascimento¹; NASCIMENTO, Fernanda Gomes²;
PIEIDADE, Maristela Cabral³; VIEIRA, Aline Irala⁴;

RESUMO

A farmácia caseira é uma prática comum em diversas casas dos moradores da cidade de Cruz Alta, conhecer os medicamentos que a compõem, os locais de armazenamento e descarte são de suma importância para que se possa traçar um perfil. Realizou-se estudo transversal junto a funcionários, professores e estudantes da Escola de Educação Profissional Érico Veríssimo - SEG, num total de 70 pessoas, de ambos os sexos, diferentes graus de escolaridade e distintas faixas etárias, com a única condição de que possuíssem medicamentos em sua residência. A cozinha foi o principal local de armazenamento. Muitos haviam em suas casas medicamentos que não estavam em uso, normalmente guardando para posterior utilização. Um fato que chama muita atenção é que muitos medicamentos são guardados sem a bula. A validade dos medicamentos é conferida pela maioria duas vezes ao ano ou mais, porém grande parte dos entrevistados descarta os medicamentos vencidos ou avariados no lixo comum, pia ou vaso sanitário. Não foi encontrada legislação que regulamente o descarte de medicamentos em nível domiciliar. O conhecimento quanto ao tema abordado ainda é restrito, porém muitos dos entrevistados têm interesse em saber o local correto para descartar os medicamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Descarte de medicamentos. Estocagem de medicamentos. Resíduos domésticos. Fármacos. Ambiente.

¹Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; nascimento.fg@gmail.com

²Farmacêutica e professora da Escola de Educação Profissional Érico Veríssimo; medgnascimento@bol.com.br

³Graduanda de Licenciatura em Química, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; marium.cp@gmail.com

⁴Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; alineirala@gmail.com



ABSTRACT

The home pharmacy is a common practice in many homes of the residents of the city of Cruz Alta, know the drugs that make it up, places of storage and disposal is very important so that you can draw a profile. A cross-sectional study among employees, teachers and students of Vocational Education School Érico Veríssimo - SEG, a total of 70 people, of both sexes, different educational levels and different age groups, with the only condition of possessing drugs in his residence. The kitchen was the primary site of storage. Many had drugs in their homes that were not in use, usually saving for later use. A fact that draws much the intention is that many drugs are stored without the label. The validity of the drug is given by most twice a year or more, but most of the respondents discards expired medications or damaged in the trash, sink or toilet. There was no legislation governing the disposal of medicines at the household level. The knowledge on the subject addressed is still restricted but many respondents are interested in knowing the correct place to dispose of drugs.

KEYWORDS: Discharge of Medication. Storage Of Medicines. Household Waste. Drugs. Environment.

INTRODUÇÃO

Atualmente, o aumento da expectativa de vida da população fez com que o ampliasse do número de medicamentos por cada individuo drasticamente. A tecnologia cada vez mais avança, fazendo com que os processos para produção de medicamentos novos sejam mais dinâmicos, e com isso todo dia há um lançamento diferente, que promete uma melhora nesse ou naquele sintoma, com um crescente no consumo, cada vez mais automática e menos racional por parte da população.

O avanço da ciência na área da saúde trouxe benefícios incontestáveis à população. A descoberta e o desenvolvimento de fármacos em diferentes formas farmacêuticas possibilitaram grandes transformações e avanços nas atividades de assistência à saúde, sendo o medicamento uma tecnologia bastante difundida e utilizada. Contudo, na sociedade capitalista, o crescimento expressivo do mercado farmacêutico somado a um modelo de atenção à saúde extremamente focado no tratamento de doenças, tornou o uso de medicamentos progressivo e abusivo, expondo a população aos riscos relacionados ao uso irracional dos mesmos (ALENCAR *et al.*, 2014).



Os medicamentos alcançaram lugar de destaque dentro das práticas médicas contemporâneas, entretanto, o incentivo ao seu uso, o qual é realizado, muitas vezes de forma indevida, associado à facilidade de acesso, gera acúmulo desses produtos nas residências de uma população despreparada para utilizá-los e para descartá-los de forma adequada (FERNANDES; PETROVICK; 2004). A formação de estoques nas residências é uma prática perigosa, pois os medicamentos podem perder a validade. A dispensação na quantidade inadequada, inexistência de fracionamento, interrupção do tratamento por parte do paciente, mudança no esquema terapêutico, distribuição de amostras grátis, assim como o abandono do tratamento pelos efeitos indesejáveis causados por alguns medicamentos estão entre as principais causas da “*farmácia caseira*” (LENHARDT *et al.*, 2014).

A ocorrência desta prática faz com que exista um descarte inadequado de medicamentos, resultado da falta de discussão deste assunto nos meios de comunicação e da inexistência ou pouca informação sobre o assunto nas embalagens ou bulas dos mesmos. Dessa maneira, a população fica desinformada sobre os impactos à saúde e ao ambiente que esse descarte inadequado pode causar. O Brasil possui apenas iniciativas isoladas que incentivam o recolhimento de resíduos de medicamentos, não havendo um Programa Nacional de Recolhimento de Medicamentos Vencidos (FALQUETO; KLIGERMAN, 2013; SILVA; ABJAUDE; RASCADO, 2014).

Práticas inadequadas de descarte podem originar danos ambientais e à saúde pública, neste sentido, é relevante verificar tais procedimentos realizados por determinada população, pois possibilita a descrição de seus hábitos e a reflexão sobre medidas que possam torná-los mais adequados dentro da realidade em que se encontram. Neste trabalho, buscou-se verificar a prática da “*farmácia caseira*” e o descarte de medicamentos pela população da cidade de Cruz Alta, Estado do Rio Grande do Sul/ Brasil.



REVISÃO DE LITERATURA

Medicamentos são produtos que devem atender a uma série de exigências do Ministério da Saúde (MS), e tem como finalidade diagnosticar, prevenir, curar doenças ou aliviar sintomas. O incentivo da mídia e a facilidade de aquisição tornaram seu uso rotineiro, ocasionando acúmulo desses produtos nas residências (FERNANDES; PETROVICK, 2004). Como consequências, esta farmácia caseira pode gerar risco a saúde no caso de ingestão acidental ou não acidental e, além disso, resultar em práticas inadequadas de descarte pela população como jogar medicamentos vencidos no lixo comum, no vaso sanitário ou na pia (TESSEROLLI *et al*, 2013).

É importante que a “farmácia caseira”, possa garantir a qualidade dos medicamentos, através de um armazenamento adequado destes, pois no estudo de SERAFIM *et al*. (2007), demonstraram a instabilidade dos medicamentos dentro do prazo de validade, em estudo com produtos contendo dipirona na forma líquida, estes perderam cerca de 42,6 % no teor do fármaco analisado, quando comparados a controles comerciais, este estudo demonstra a possibilidade de perda da estabilidade do fármaco, que é antecipada por fatores como temperatura, presença de oxigênio, luz solar, radiação e umidade (WELLS, 2005).

Deve ser realizada uma revisão periódica dos medicamentos, pelo menos duas vezes por ano, medicamentos vencidos e aquelas soluções e suspensões que já foram abertas devem ser descartadas para evitar possíveis intoxicações ou trocas. O descarte deve evitar prejuízos ao ambiente e à saúde dos indivíduos (FERNANDES; PETROVICK, 2004), porém há ausência de regulamentação em nível domiciliar e o usuário se torna responsável por realizar o mesmo.

Conforme, levantamento estatístico disponibilizado pelo Conselho Federal de Farmácia (CFF) em dezembro de 2009, o Brasil contava com 550 indústrias farmacêuticas, 79.010 drogarias, 7.164 farmácias magistrais, 8.284 farmácias públicas e 5.490 farmácias hospitalares. No Brasil, as vendas totais de medicamentos em 2009, somaram R\$ 30,2 bilhões. Este mercado cresceu entre 8 e 11 % até o ano de 2013.



Nas últimas décadas, a sociedade moderna vem se destacando pelo consumo exacerbado, seja em virtude do crescimento populacional, dos avanços tecnológicos da ciência ou da expansão da indústria (RODRIGUES, 2009). Esse consumismo, faz com que a nossa civilização chegue, ao limiar do século XXI, marcada pelo desperdício, excesso de resíduos de medicamentos e pelas contradições de um desenvolvimento industrial e tecnológico sem precedentes na história da humanidade (FERREIRA, 1995). O desperdício de medicamentos tem várias causas, dentre as quais se destacam: a dispensação de medicamentos além da quantidade exata para o tratamento do paciente, a interrupção ou mudança de tratamento, a distribuição aleatória de amostras-grátis, e o gerenciamento inadequado de estoques de medicamentos por parte das empresas e dos estabelecimentos de saúde (EICKHOFF; HEINECK; SEIXAS, 2009).

O Ministério da Saúde (MS) e o Ministério do Meio Ambiente, órgãos responsáveis pela normatização do descarte de medicamentos, no Brasil, devem fornecer instrumentos para que os autores envolvidos em atividades que geram resíduos dessa natureza possam dar-lhes a disposição final adequada. Pois, o descarte incorreto de medicamentos pode gerar impactos ambientais extremamente relevantes, afetando diversos ecossistemas.

O órgão responsável pela regulamentação dos meios de descarte desses medicamentos é a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que através da resolução RDC 306/04, exige que estabelecimentos de serviços saúde disponham de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), porém, ainda não foram editadas normas que abranjam o consumidor final com relação ao descarte de medicamentos. Sendo assim, o correto seria entregar os medicamentos vencidos em farmácias, postos de saúde ou hospitais que os recebam, para que sejam processados por empresas especializadas juntamente com o lixo hospitalar.

É preciso ressaltar que, no Brasil, o descarte de medicamentos em desuso, vencidos ou sobras é feito por grande parte da população em lixo comum ou em rede pública de esgoto. Atitudes como essas, geram agressões ao meio ambiente,



contaminação da água, do solo e de animais, além do risco à saúde de pessoas que possam reutilizá-los por acidente ou mesmo, intencionalmente, devido a fatores sociais ou circunstanciais diversos (CHAVES, 2014).

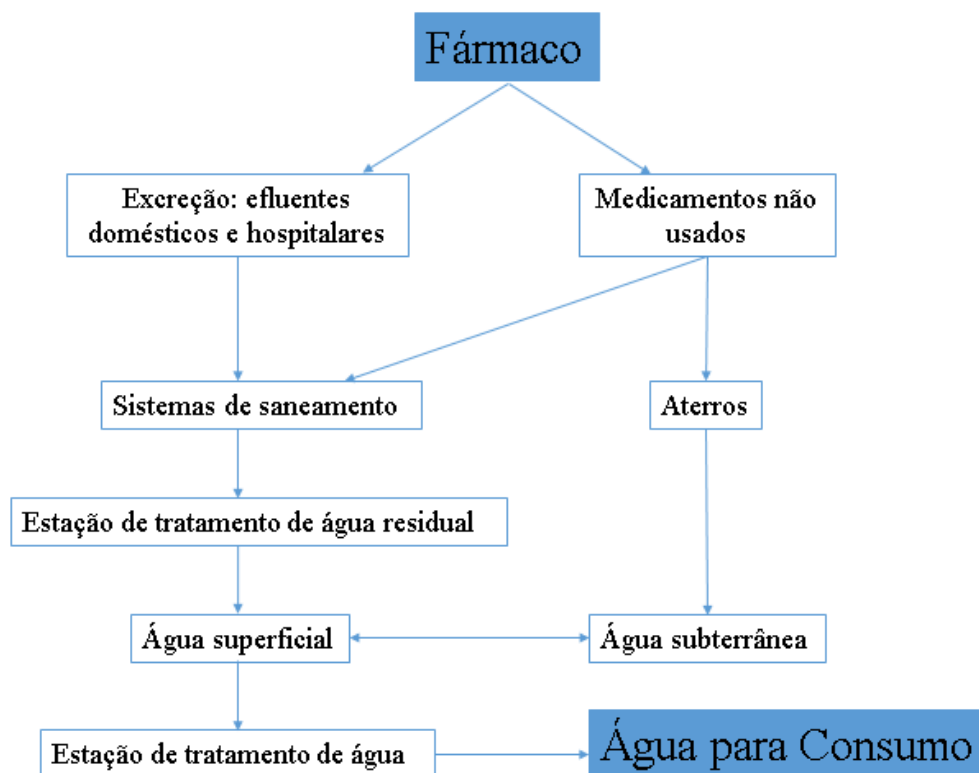
Os compostos farmacêuticos, tais como analgésicos, antibióticos, e medicamentos para patologias cancerígenas, entre outros, têm de ser eficazes, de modo a garantirem e a manterem as suas propriedades químicas para serem eficientes quanto ao propósito terapêutico a que se destinam (ALMEIDA; WEBER, 2005). Estes depois de ingeridos são submetidos a processos metabólicos no organismo. No entanto, em torno de 50 % a 90 % de um fármaco é excretado pelo ser humano de forma inalterada ou sob a forma de metabolitos (JELIC *et al.*, 2012). Por conseguinte, estes compostos eliminados por instalações sanitárias, caem nas Estações de Tratamento de Águas Residuais, e posteriormente no meio hídrico. Vários estudos demonstraram que várias dessas substâncias parecem ser persistentes no meio ambiente e não são completamente removidas nas Estações de Tratamento de Águas Residuais, como apresentado na Figura 1, que descreve os possíveis trajetos dos fármacos no meio ambiente podendo, eventualmente, acumular-se no solo e no meio aquático (FARRÉ *et al.*, 2008).

Os compostos farmacêuticos, como os antibióticos e os estrogênios conjugados, merecem uma atenção especial, uma vez que são produtos usados massivamente na sociedade moderna. Alguns microrganismos, como é o caso das bactérias, desenvolveram resistência aos antibióticos podendo tornar, num futuro próximo os antibióticos atualmente usados, ineficazes no tratamento de determinadas doenças. O uso desta classe somente com receita médica inibiu um pouco seu uso, porém é comum encontrar farmácias que burlam esse sistema e vendem os medicamentos sem receita. Torna-se de especial importância apelar ao uso racional destes antimicrobianos, uma vez que infeções causadas por bactérias resistentes são de tratamento mais difícil e associam-se a uma maior morbimortalidade (BOUND *et al.*, 2006).



A destinação final dos medicamentos é tema relevante na saúde pública, devido às diferentes propriedades farmacológicas dos medicamentos, que, inevitavelmente, se tornarão resíduos e não poderão mais ser utilizados. Soma-se, a isso o fato dos resíduos de medicamentos pertencerem à Classe I (perigosos), segundo a norma NBR 10004 da ABNT, apresentando riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública. Dessa forma, eles demandam segregação, tratamento, transporte e disposição final adequada (FALQUETO; KLIGERMAN; ASSUMPÇÃO, 2006).

Figura 1: Possíveis destinos dos fármacos no meio ambiente.



Fonte: SANTOS (2014)

Desde 2004, o Brasil dispõe de Resoluções que regulamentam o destino dos resíduos sólidos, como a RDC 306/ 2004 e a 358/ 2005, respectivamente, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA que classificam os resíduos de serviços da saúde por grupos. O objetivo



dessa classificação é gerenciar os Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde, dentro e fora das unidades geradoras, por ocasião do descarte e quando devem ser tratados e/ou destinados a aterros licenciados. Todavia, os processos de tratamento e de disposição final dos resíduos não são claramente definidos e verifica-se ainda uma ausência de orientação técnico-científica consolidada na legislação brasileira (FALQUETO; KLIGERMAN; ASSUMPÇÃO, 2006). Portanto, é importante que os autores envolvidos, direta ou indiretamente, na geração de resíduos de medicamentos se empenhem para implantação e implementação, efetiva da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a fim de proteger a saúde da população e, principalmente, de manter o meio ambiente equilibrado para gerações futuras.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em dois momentos, inicialmente realizou-se uma revisão bibliográfica em fontes primárias e secundárias, a fim de levantar os riscos do descarte inadequado de medicamentos e realizar uma análise do cenário, fundamentada na legislação, do gerenciamento desses resíduos.

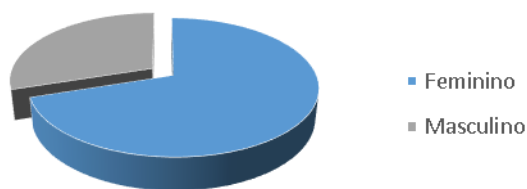
Após, foi aplicado um questionário, a escolha da amostra de acordo com os objetivos do estudo, foram entrevistados indivíduos de ambos os sexos, com faixa etária variada, e que continham em suas casas medicamentos para as mais diversas finalidades terapêuticas. Consideramos, que a amostra escolhida caracteriza adequadamente a população, visto que os informantes possuíam medicamentos e potencialmente eram responsáveis pelo descarte de medicamentos com prazo de validade vencido. Foram entrevistados funcionários, professores e alunos da Escola de Educação Profissional Érico Veríssimo- SEG, num total de 70 pessoas, de ambos os sexos, diferentes graus de escolaridade e distintas faixas etárias, com a única condição de que possuísem medicamentos em sua residência.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

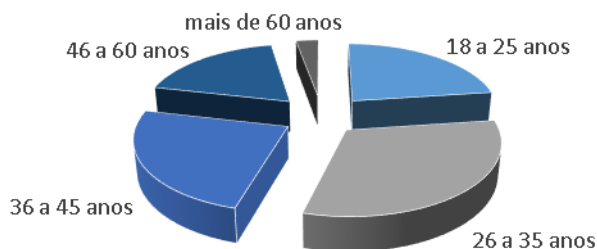
Os gráficos 1 e 2, referem-se, ao sexo e idade dos respondentes que aceitaram participar da pesquisa, 21 eram do sexo masculino e 49 do sexo feminino representando 30% e 70% da amostra, respectivamente, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1: Distribuição dos informantes por sexo



No gráfico 2, podemos observar que nenhuma faixa etária foi mais predominante entre os entrevistados, sendo o maior entre 26 e 35 anos de idade representando 31,43 % da amostra, seguido de 24,29 % entre 36 e 45 anos, 22,86 % entre 18 e 25 anos, 18,56 % entre 46 e 60 anos, e finalmente 2,86 % para a faixa etária acima de 60 anos.

Gráfico 2: Distribuição por faixas etárias

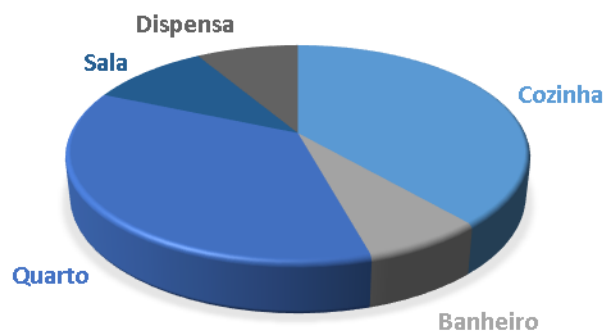




Com relação, ao grau de instrução dos entrevistados, a maioria apresentava ensino médio completo 75,71 %, seguido por superior completo e superior incompleto, 12,86 % e 11,43 %, respectivamente. Todos os entrevistados, possuíam medicamentos em sua residência, este era o único requisito para participação na pesquisa, então foram perguntados se verificavam a validade dos mesmos. Do total de entrevistados, 91,43 % afirmam que verificam pelo menos duas vezes ao ano a validade dos medicamentos, contra 8,57 % que confirma não fazer esta verificação.

No gráfico 3, podemos analisar onde os questionados armazenam seus medicamentos. O local onde mais comumente são armazenados os medicamentos é na Cozinha 38,57 %, com diferença mínima dos que armazenam no quarto 35,72 %, os outros três locais citados são sala, dispensa e banheiro, com 10 %, 8,57 % e 7,14 %, respectivamente.

Gráfico 3: Distribuição do Local de armazenamentos dos medicamentos



O local mais destinado ao armazenamento foi à cozinha, que se dá ao fato de ser de fácil visualização do medicamento, a fim de não esquecer sua administração. Ao analisarmos a literatura, encontra-se o trabalho de Tourinho *et al.* (2008), que sugere variações quanto ao cômodo mais utilizado no armazenamento de medicamentos, pois afirma que este tem influência cultural e regional, tendo em vista que em São Paulo, os autores verificaram que esse cômodo foi o quarto, já no Rio Grande do Sul foi a cozinha (SCHENKEL *et al.*, 2005; BUENO; WEBER; OLIVEIRA, 2009). Cabe salientar que a



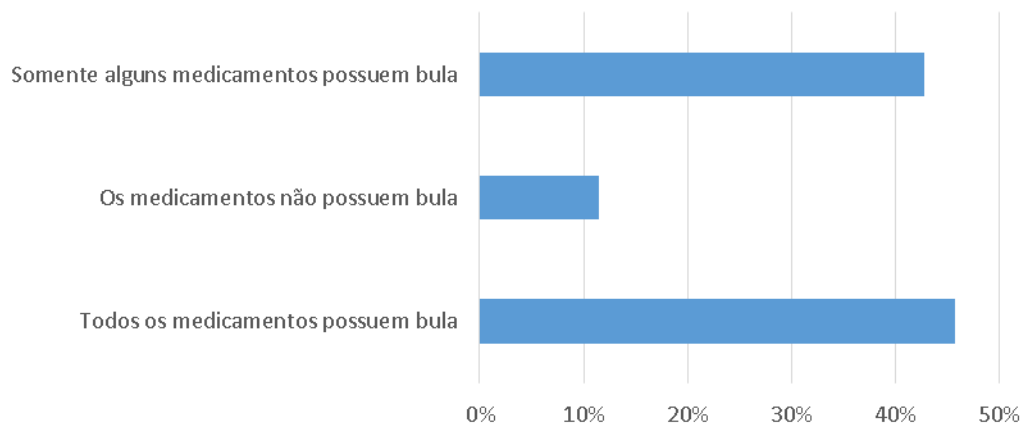
falta de cuidados com a “farmácia caseira” pode alterar a eficiência e a segurança no uso dos medicamentos, sendo que o local destinado ao armazenamento deve ser ao abrigo da luz e do calor, em ambiente seco, evitando assim a possível degradação do produto. Deve-se, portanto, evitar o banheiro e partes da casa quentes, úmidas e de alta exposição ao sol (FERNANDES; PETROVICK, 2004), como é o caso da cozinha, onde são preparados os alimentos, favorecendo o aumento da temperatura e umidade.

Dos entrevistados, 54,28 % apresentavam mais de dez tipos diferentes de medicamentos em casa, os outros 45,72 % afirmam ter menos de dez. Destes medicamentos, 64,28 % afirma, tê-los adquirido com prescrição médica, 18,57 % afirma que alguns medicamentos foram e outros não comprados com prescrição médica, e 17,15 % afirma tê-los adquirido sem prescrição médica. A prática da automedicação, inclui além do uso de medicamentos sem prescrição, o palpite de vizinhos, sugestões de um conhecido, a própria experiência, uso induzido por propaganda, reutilização de receitas, entre outros. Esta prática conduz a uma inevitável tendência de se utilizar um medicamento, quando há um mal-estar ou mesmo para “preveni-lo”, buscando uma solução imediata, e não considerando os prejuízos a saúde que a mesma acarreta, o como atraso no diagnóstico, terapêutica inadequada, reações alérgicas, adversas e intoxicações medicamentosas (NASCIMENTO, 2005).

Quando perguntados se os medicamentos que possuem em casa estavam em uso, 50 % afirmaram que não os estavam utilizando, 31,43 % afirmam que sim, e 18,57 % afirmou que está utilizando alguns no momento. Mas o que torna mais alarmante a situação é o fato de terem ou não bula no medicamento armazenado, como descrito no gráfico 4. Dos entrevistados, 45,71 % afirmaram que todos os medicamentos possuíam bula, 42,86 % que somente alguns medicamentos possuíam a bula e 11,43 % que os medicamentos armazenados não possuíam bula.



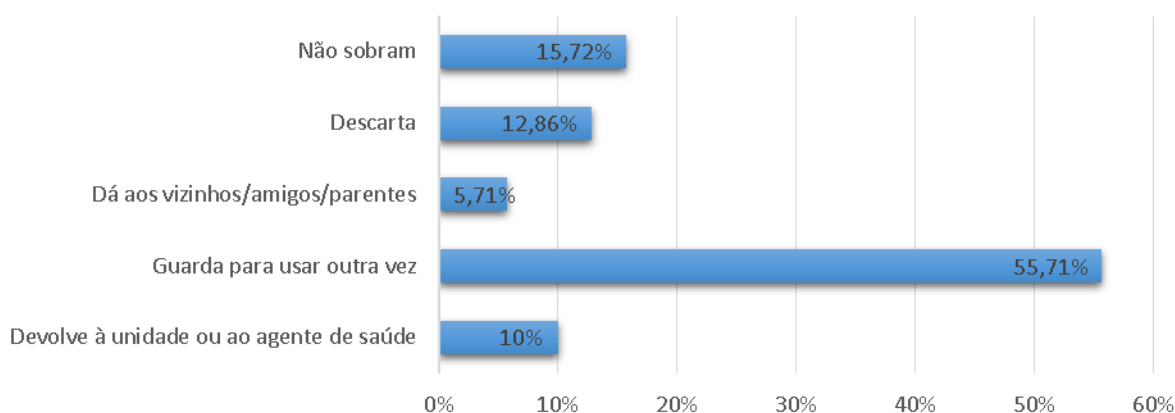
Gráfico 4: Sobre a presença ou não da bula junto aos medicamentos



Este dado mostra-se melhor do que o apresentado por Gasparin *et al.* (2011), onde 65,85 % dos entrevistados naquela pesquisa confirmaram não possuir a bula do medicamento junto ao mesmo, os autores afirmaram que o fato deve-se ao não costume de obter informações quanto ao medicamento que é consumido, a linguagem presente na bula ser de difícil entendimento pelas pessoas menos instruídas. Porém, esta falta de prática nos preocupa, pois 55,71 % dos entrevistados afirma guardar os medicamentos, quando estes sobram, pós-tratamento, conforme apresentado no gráfico 5.



Gráfico 5: Destino das sobras de medicamentos pós-tratamento



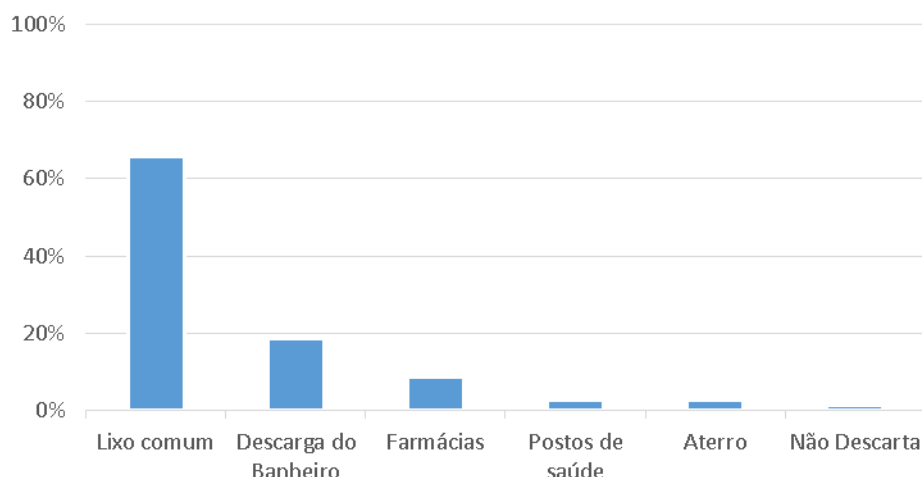
Ao compararmos ao estudo apresentado por Bueno *et al.* (2009), onde 36,6 % da população entrevistada guarda-os para utilizar outra vez, e 19 % das famílias realizavam a devolução à Unidade Básica de Saúde, podemos considerar um resultado pior, pois além de 55,71 % relatarem guardar, 5,71 % indica a parentes, amigos ou vizinhos os medicamentos, esta prática pode gerar o uso de medicamentos inadequadamente para patologias existente, quando sintomas são semelhantes. A melhor alternativa descrita por Bueno *et al.* (2009), para evitar sobras foi devolve-las, a Unidade Básica de Saúde os medicamentos, pois neste local são encaminhados a um destino adequado. Em 12,76 % dos entrevistados relataram, que após o término do tratamento as sobras são desprezadas no lixo domiciliar, o que pode permitir o acesso a crianças e provocar possíveis intoxicações medicamentosas.

Outra constatação da pesquisa foi que somente 60 % dos entrevistados não utilizam medicamentos que tenham passado um pouco da validade, ou suspensões e soluções abertas a um determinado tempo. Na pesquisa, apresentada por Serafim *et al.* (2007), há uma clara demonstração na queda da qualidade de medicamentos contendo dipirona, assim como a presença de fungos e/ ou bactérias em alguns dos medicamentos, que ainda estavam dentro de seus prazos de validade.



Com relação ao descarte dos medicamentos, 65,71 % dos entrevistados afirmaram que descartam medicamentos vencidos ou estragados no lixo comum, 18,57 % descreve que coloca no vaso sanitário e puxa a descarga para desprezar os medicamentos, somente 8,57 % levam os medicamentos vencidos ou estragados para postos coletores em farmácias ou drogarias, postos de saúde e aterros, se igualam com 2,86 % do total de descartes de medicamentos, e 1,43 % afirma não descartar medicamentos, conforme gráfico 6.

Gráfico 6: Local onde descarta medicamentos



Além disso, o estudo demonstra que 57,14 % da população entrevistada nunca recebeu nenhum tipo de orientações sobre onde deve descartar seus medicamentos. Assim como, outros trabalhos com o mesmo enfoque do descarte em lixo comum é significativamente maior do que as outras formas. Existe falta de informação quanto ao procedimento correto de descarte de medicamentos, e a não utilizados e/ ou vencida por grande parte da população. O descarte de medicamentos vencidos no lixo comum pode trazer comprometimento à saúde pública considerando a nossa realidade nacional, onde existem pessoas que sobrevivem de restos adquiridos nos lixões da cidade, sendo assim expostos aos riscos inerentes a esse tipo de produtos químicos, estes lixões estão proibidos por lei, sendo que agora o lixo das cidades deve ser aterrado, porém sabemos que esta prática não é comum em todas as cidades do país.



Existem três estudos, em cidades e estados diferentes que demonstram a predominância do descarte de medicamentos no lixo comum, Vaz, Freitas e Cirqueira (2011) questionaram no Distrito Federal, sobre qual seria a forma de descarte utilizada para esses medicamentos, onde a maioria dos informantes, afirmou utilizar o lixo comum como principal forma de descarte de medicamentos, representando 78 % dos entrevistados. Igualmente a pesquisa de Maia e Giordano (2012), na cidade de Santos, em São Paulo, onde 71 % afirmaram descartar seus resíduos farmacológicos no lixo doméstico. Assim como para Bueno, Weber e Oliveira (2009), o lixo comum aparece como principal forma de descarte de medicamentos vencidos, como demonstra a porcentagem de 56,87 % dos entrevistados da pesquisa de no município de Ijuí, no Rio Grande do Sul. No Brasil, ainda não existe legislação específica sobre o gerenciamento e descarte de medicamentos direcionados para o usuário final. Uma interessante solução para o problema seria a adoção dos programas de recolhimento de medicamentos em desuso utilizados por outros países como Estados Unidos, Canadá, Itália e França (EICKHOFF; HEINECK; SEIXAS, 2009).

Gráfico 7: Já pensou no efeito que tal descarte pode trazer ao ambiente?



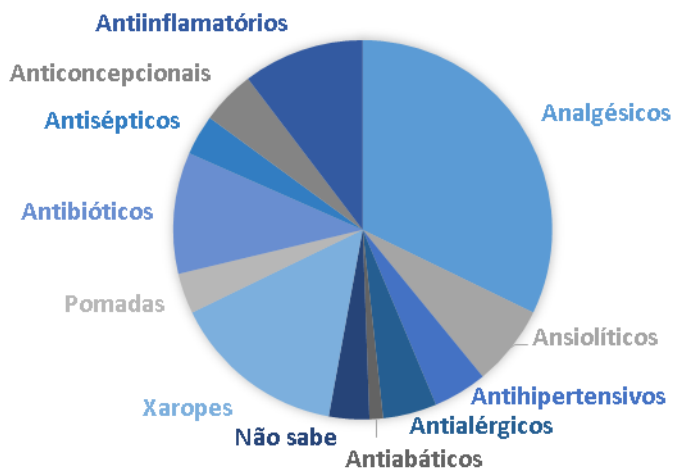


Conforme, análise do Gráfico 7, 50 % dos entrevistados acreditam que há um risco ao ambiente ao desprezar medicamentos no lixo comum ou via descarga sanitária, outros 36 % nunca pensaram a respeito, o que demonstra que as pessoas recebem muito informação sobre os medicamentos novos, não sobre seu destino final, temos 14 % dos entrevistados que afirmam se preocupar, e por isso somente descartar os medicamentos em local específico. No caso do descarte diretamente na descarga sanitária ou pia do banheiro, ocorre o aumento de fármacos no sistema de águas residuais (GLASSMEYER *et al.*, 2009), como tem sido demonstrado, através de vários estudos que verificaram a existência de fármacos em efluentes de águas residuais tratadas e efluentes de recepção de água (KOLPIN *et al.*, 2002), comprovando que os sistemas de tratamento de águas residuais não são capazes de eliminar resíduos de medicamentos.

Na última pergunta, os entrevistados foram questionados sobre o tipo de medicamentos que desprezam no lixo comum, pia ou vaso sanitário. O medicamento mais citado foram os analgésicos, seguido dos xaropes e dos antiinflamatórios, isto é facilmente explicável uma vez que estes medicamentos são considerados de venda livre, ou seja, não necessitam de receita médica para serem vendidos. Pela prática da automedicação, pelo excesso de propagandas e o fácil acesso da população, muitas pessoas acabam comprando e utilizando medicamentos sem a real necessidade, isso assusta, pois a população acredita não haver risco na utilização destes medicamentos, e não são instruídas, por exemplo, que os analgésicos atuam no Sistema Nervoso e com isso podem gerar efeitos adversos.



Gráfico 8: Medicamentos citados



O Brasil, já conta com legislação específica sobre o descarte de medicamentos, a Lei Federal 12.305 de 2010, porém, nem todos que se incluem nessa Lei, ou a conhecem, o que mostra que apenas sua elaboração não é suficiente para que os danos ao meio ambiente sejam minimizados. Isto enfatiza a importância do papel de profissionais de saúde, inseridos no contexto da medicação, em proporcionar instruções que minimizem os aspectos negativos decorrentes do descarte incorreto por parte da população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstrou que uma ação efetiva do profissional farmacêutico, com relação à orientação à população sobre o armazenamento correto dos medicamentos, para que não ocorra diminuição na atividade terapêutica nem a formação de produtos de degradação, e dos administradores governamentais, com a implantação de projetos municipais que estabeleçam normas e campanhas de conscientização, visando à orientação da população quanto ao descarte correto dos medicamentos, e dispondo um local para que o mesmo se realize. Segundo informações da ANVISA, cerca de 30 mil toneladas de remédios são descartadas a cada ano pelos consumidores.



Existe a necessidade de mais campanhas de divulgação sobre as formas de descarte correto em farmácias, pois a população necessita saber e quer saber o local

exato de fazer este descarte. Com relação à água, um tratamento mais eficaz do esgoto é necessário, pois estudos indicam que devido às características dos princípios ativos presentes nos medicamentos, estes não são filtrados da água após o processo de tratamento por meios convencionais, estudos demonstram presença de resquícios de fármacos nos mananciais e na água encanada do mundo inteiro.

O descarte em farmácias comerciais, já está disponível em alguns locais, porém é difícil, pois foi criado um sistema muito trabalhoso ao cidadão, que deve passar o código de barras, se o medicamento não possuir deve anotar uma serie de dados do medicamento, o que demanda muito tempo, e com isso o descarte acaba ocorrendo em locais inadequados. Legislação para o descarte de medicamentos, já existe, porém ela precisa ser facilitada e aplicada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, T.O.F.; MACHADO, C.S.R.; COSTA, S.C.C.; ALENCAR, B.R. Descarte de medicamentos: uma análise da prática no Programa Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 7, p. 2157-2166, 2014.

ALMEIDA, G. A.; WEBER, R. R. Fármacos na Represa Billings. **Health and Environment Journal**, n. 2, p. 7-13, 2005.

BOUND, J. P.; KITSOU, K.; VOULVOULIS, N. Household Disposal of Pharmaceuticals and Perception of Risk of the Environment. **Environmental Toxicology and Pharmacology**, v. 21, n. 3, p. 301-307, 2006.

BUENO, C.S.; WEBER, D.; OLIVEIRA, K.R. Farmácia caseira e descarte de medicamentos no bairro Luiz Fogliatto do município de Ijuí – RS. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 30, n. 2, p. 75-82, 2009.

CHAVES, A. M. M. **Descarte de medicamentos e seus impactos socioambientais**. 2014. 32f. Trabalho de conclusão (Graduação) – Faculdade de Farmácia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.



EICKHOFF, P.; HEINECK, I.; SEIXAS, L. J. Gerenciamento e destinação final de medicamentos: uma discussão sobre o problema. **Revista Brasileira de Farmácia**, v. 90, n. 1, p. 64-68, 2009.

FALQUETO, E.; KLIGERMAN, D.C.; ASSUMPÇÃO, R.F. Como realizar o correto descarte de resíduos de medicamentos? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 1, p. 3283-3293, 2006.

FALQUETO, E.; KLIGERMAN, D.C. Diretrizes para um Programa de Recolhimento de Medicamentos Vencidos no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.18, n.3, p.883-892, 2013.

FARRÉ, M.; PÉREZ, S.; KANTIANI, L.; BARCELÓ, D. Fate and Toxicity of Emerging Pollutants, their Metabolites and Transformation Products in the Aquatic Environment. **Trends in Analytical Chemistry**, v. 27, n. 11, p. 991-1007, 2008.

FERNANDES, L.C.; PETROVICK, P.R. Os medicamentos na farmácia caseira. In: Schenkel EP. **Cuidados com os medicamentos**. 4ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS; 2004. p. 39-42.

FERREIRA, J.A. Resíduos Sólidos e Lixo Hospitalar: Uma Discussão Ética. **Caderno de Saúde Pública**, v. 11, n. 2, p. 314-320, 1995.

GASPARINI, J.C.; GASPARINI, A.R.; FRIGIERI, M.C. Estudo do descarte de medicamentos e consciência ambiental no município de Catanduva-SP. **Ciência & Tecnologia: FATEC-JB**, v. 2, n. 1, p. 38-51, 2011.

GLASSMEYER, S.T.; HINCHEY, E.K.; BOEHME, S.E. DAUGHTON, C.G.; RUHOY, I.S.; CONERLY, O.; DANIELS, R.L.; LAUER, L. MCCARTHY, M.; NETTESHEUM, T.G.; THOMPSON, V. Disposal practices for unwanted residential medications in the United States. **Environment International**, v. 35, p. 566-572, 2009.

JELIC, A.; GROS, M.; PETROVIC, M.; GINEBRED, A; BARCELÓ, D. Occurrence and Elimination of Pharmaceuticals During Conventional Wastewater Treatment. **Handbook of Environmental Chemistry**, v. 19, p. 1-24, 2012.



KOLPIN, D. FURLONG, E.; MEYER, M.; THURMAN, E.M.; ZAUGG, S. Pharmaceuticals, Hormones, and Other Organic Wastewater Contaminants in U.S. Streams, 1999-2000: A National Reconnaissance. **Environmental Science & Technology**, v. 36, n. 6, p. 1202-1211, 2002.

LENHARDT, E.H.; SÓLIS, L.J.B.; CINTRA, E.V.C.S.; BOTELHO, E.H.L. O Descarte de Medicamentos no Bairro Grande Terceiro, Cuiabá-MT. **Científica Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 16, n. 1, p. 5-8, 2014.

MAIA, M.; GIORDANO, F. Estudo da situação atual de conscientização da população de Santos a respeito do descarte de medicamentos. **Revista Ceciliana**, v. 4, n. 1, p. 24-28, 2012.

NASCIMENTO, M.C. **Medicamentos: ameaça ou apoio à saúde?** Vantagens e perigos do uso de produtos da indústria farmacêutica mais consumidos do Brasil: vitaminas, analgésicos, antibióticos e psicotrópicos. Rio de Janeiro: Vieira e Lent; 2003. p. 200.

RODRIGUES, C.R.B. **Aspectos legais e ambientais do descarte**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia de Produção, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2009.

SANTOS, J.S.T. **Resíduos de Medicamentos: riscos associados e comportamento da população portuguesa**. 2014. 84f. Dissertação (Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2014.

SERAFIM, E.O.P.; VECCHIO, A.L.; GOMES, J.; MIRANDA, A.; MORENO, A.H.; LOFFREDO, L.M.C.; SALGADO, H.R.N.; CHUNG, M.C. Qualidade dos medicamentos contendo dipirona encontrados nas residências de Araraquara e sua relação com a atenção farmacêutica. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 43, n. 1, p. 127-137, 2007.

SCHENKEL, E.P.; FERNÁNDES, L.C.; MENGUE, S.S. Como são armazenados os medicamentos nos domicílios? **Acta farmaceutica bonaerense**, v. 24, n. 2, p. 266-270, 2009.

SILVA, N.R.; ABJAUDE, S.A.R.; RASCADO, R.R. Atitudes de usuários de medicamentos do Sistema Único de Saúde, estudantes de farmácia e farmacêuticos frente ao armazenamento e descarte de medicamentos. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 35, n. 2, p. 319-325, 2014.



TESSEROLLI, D.A.; NEUBERN, F.J.; MACÊDO, J.T.; NAIDE, S.S. Descarte de medicamentos: a visão da comunidade acadêmica e das farmácias. **Revista Ciências do Ambiente**, v. 9, n. 2, p. 96-101, 2013.

TOURINHO, F.S.V.; BUCARETCHI, F.; STEPHAN, C.; CORDEIRO, R. Farmácias domiciliares e sua relação com a automedicação em crianças e adolescentes. **Jornal de Pediatria**, v.84, n.5, p.412 - 422, 2008.

VAZ, K.V.; FREITAS, M.M.; CIRQUEIRA, J.Z. Investigação sobre a forma de descarte de medicamentos vencidos: **Cenarium Farmacêutico**, n. 4, p. 3-27, 2011.

WELLS, J. Pré-formulação farmacêutica. In: AULTON, M.E. **Delineamento de formas farmacêuticas**. 2ª edição. Porto Alegre: Artmed; 2005. p. 124-48.



O HISTÓRICO DA ARQUITETURA MILITAR NO MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA E SUAS INFLUÊNCIAS NA COMPOSIÇÃO DA PAISAGEM URBANA

SILVA, Mateus Veronese Corrêa da¹; MELLO, Cláudio Renato de Camargo²
SAAD, Denise de Souza³

RESUMO

Um bem patrimonial não se resume apenas aos elementos arquitetônicos expressos na sua construção, mas através da sua carga histórica e vivência diária. Os edifícios que abrigam o Grupo Humaitá, na cidade de Cruz Alta, têm por vocação ser um marco na composição da paisagem urbana local. Concebido na primeira década do Século XX, destaca-se através de uma arquitetura eclética singular, reportando através de suas fachadas, o estilo das fortalezas medievais portuguesas. A edificação construída em 1909 pela Comissão Construtora de Quarteis, expressa seu positivismo e traz em seus elementos tipológicos, um explícito caráter castrense. Desta forma é possível verificar que a sua existência marcou e influenciou a urbanização do município. Assim, este estudo objetiva a análise do desenvolvimento da Arquitetura Militar em Cruz Alta e suas influências na arquitetura local, visando proporcionar um estudo aprofundado a cerca das suas influências urbanísticas na paisagem. Após a análise da edificação e de seu histórico, conclui-se da importância da edificação no cenário cruzaltense e para tanto, é necessário além de ações de conservação, despertar uma consciência de preservação para a salvaguarda deste patrimônio.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural. Arquitetura Militar. Paisagem Urbana. Grupo Humaitá.

ABSTRACT

An asset is not just the architectural elements expressed in its construction, but through its historical burden and daily living. The buildings housing the Humaita Group in the city of Cruz Alta, are called upon to be a milestone in the composition of the local urban landscape. Designed in the first decade of the twentieth century, stands out through a

¹ Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.. E-mail: matsilva@unicruz.edu.br

² Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ), Mestre em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.. E-mail: cmello@unicruz.edu.br

³ Professora do Departamento de Estruturas e Construção Civil do Centro de Tecnologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Doutora em Engenharia Civil (UFRGS) e Coordenadora do Mestrado em Patrimônio Cultural, Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil. E-mail: dssaad1@gmail.com



unique eclectic architecture, reporting through their facades, the style of Portuguese medieval fortresses. The building built in 1909 by the Building Commission of Barracks, expressed his positivism and brings in their typological elements, an explicit military character. This way you can check that their existence marked and influenced the city's urbanization. Thus, this study aims to analyze the development of Military Architecture in Cruz Alta and their influence on local architecture in order to provide a thorough study about its urban influences on the landscape. After the analysis of the building and its history, it follows the importance of building on cruzaltense scenario and for that it is necessary in addition to conservation action, awakening a conservation awareness to safeguard this heritage.

KEYWORDS: Cultural Heritage. Military architecture. Townscape. Humaita group.

INTRODUÇÃO

A investigação privilegia o patrimônio histórico e cultural, definindo um tema presente no município de Cruz Alta, que se encontra localizada no setor noroeste do Rio Grande do Sul.

A arquitetura militar no sul do Brasil caracteriza-se como tema ainda pouco investigado, e o município de Cruz Alta demonstra conter um rico acervo, pela presença de quatro (04) unidades, que exerceram papel fundamental nas ações de defesa nacional em que participaram. Para este trabalho está sendo delimitado o estudo de duas destas unidades: O 29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsada – Grupo Humaitá e o Comando da Artilharia Divisionária da 3ª Divisão de Exército – AD/3.

Com a preocupação mundial cada vez maior na preservação dos patrimônios culturais edificados, é essencial que se tomem medidas de preservação para proteção destes bens, a fim de que a comunidade possa construir uma identidade com esses patrimônios, preservando-os desta forma.

A colonização de Cruz Alta, remonta ao final do século XVII, quando uma grande cruz de madeira foi erguida em 1698. Este local consolidou-se ainda no final do século XVIII como Pouso dos Tropeiros que levavam gado até a feira de Sorocaba, estabelecendo-se mais tarde, onde hoje se encontra o município. Sua fundação deu-se no dia 18 de agosto de 1821 em resposta a uma petição feita pelos moradores. A partir



disto o município ganhou uma grande importância regional e serviu de berço para o desenvolvimento de inúmeros municípios do estado.

Contextualizando historicamente, a arquitetura pode ser considerada expressão de progresso e instrumento para a modernização durante todos os períodos do nosso país. A partir do seu descobrimento o país começou a receber influência dos padrões estilísticos europeus, trazidos pelos estrangeiros que por estas terras passaram a habitar. Os portugueses trouxeram consigo séculos de conhecimento sobre a construção de fortificações, que sempre foram fundamentais para a ocupação e povoamento dos novos territórios. O desenvolvimento de técnicas construtivas não se limitavam apenas as suas fronteiras ibéricas, mas também pelas de suas colônias da costa africana, ilhas do Atlântico e Índia. Conforme Cruxen (2009), esta expansão possibilitou que os portugueses evoluíssem seus conhecimentos construtivos frente aos desafios encontrados no novo continente.

Em 1680 a Coroa portuguesa funda uma fortaleza, próxima de Buenos Aires com o nome de Colônia do Santíssimo Sacramento, enviando em 1734, o Brigadeiro José da Silva Paes para garantir a sobrevivência do local e fundar uma cidade na entrada de Rio Grande, considerada como uma localização estratégica para o domínio das terras interioranas.

Segundo Weimer (1987), as primeiras providências em termos de arquitetura na entrada do Rio Grande do Sul foram a construção de um presídio, que recebeu o nome de Jesus-Maria-José, em Rio Grande. Posteriormente, onde hoje se encontra o município de Rio Pardo, os militares encontraram uma posição estratégica ideal para a construção de uma fortaleza, na confluência de dois rios, o Jacuí e o Pardo.

O município de Cruz Alta, objeto deste estudo, desde muito cedo foi considerado pela República um local estratégico especialmente das regiões fronteiriças com os países do Prata. A primeira grande unidade militar a se estabelecer no município derivou-se do Corpo de Artilharia a Cavalo, criado em 1831, inicialmente localizada em São Gabriel.



Em março de 1909 com o nome de 3º Regimento de Artilharia de Campanha foi transferida para Cruz Alta, ocupando a sede onde permanece até hoje. Oliveira (2008) expõe que esta unidade foi umas das únicas unidades militares da história do exército brasileiro que surgiu em meio a ações de guerra. A unidade teve seu início durante a Guerra da Tríplice Aliança em Humaitá, território paraguaio, sob o comando de Duque de Caxias. Em novembro de 1972 recebeu a denominação de 29º Grupo de Artilharia de Campanha, e a alcunha de Grupo Humaitá, sua nomeação atual. O grupo também teve importante participação nos principais conflitos do início do século XX. Durante a Segunda Guerra Mundial, cerca de 150 dos seus integrantes embarcaram com a Força Expedicionária Brasileira.

Cruz Alta foi escolhida como sede da unidade devido a sua privilegiada situação geográfica, boa malha ferroviária e avançado desenvolvimento econômico e político no início do século XX. O seu edifício localiza-se em um amplo terreno a leste do município. Brenner (2003) nos expõe que o edifício caracteriza-se por um forte ecletismo tipológico, onde suas platibandas possuem ameias imitando os parapeitos de fortalezas medievais e nos cunhais há miniaturas de torreões ameados, elementos que atribuem à edificação um explícito caráter castrense.

A outra unidade militar em estudo, a Artilharia Divisionária da Terceira Brigada de Artilharia – AD/3 foi inaugurado em 22 de setembro 1922. Silva (2000) destaca que o edifício principal constituiu-se em um bloco único de geometria simétrica, destacando-se a entrada. Conforme Cavalari (2011) em suas adjacências mais tarde foi construída a Vila Militar, para servir de moradia para seus chefes militares e suas famílias, pelo General Fábio Azambuja.

Os cuidados dispensados a bens culturais na atualidade são originários das reivindicações que culminaram com a Carta de Veneza em 1964. Este documento influencia diretamente as políticas públicas de preservação do patrimônio no brasileiro. No Brasil a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, dispõe sobre a “Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação”. Esta lei embora não mencione expressamente o patrimônio cultural, oferece um conceito aberto de meio ambiente, e associou a qualidade ambiental com as condições estéticas



do ambiente. A própria Constituição Federal de 1988, recepciona as normas ambientais protetivas anteriormente referidas, e veio coroar a tutela do meio ambiente, reconhecendo a necessidade de proteção desse bem jurídico.

No âmbito municipal, a Lei Complementar nº 040 de 03 de setembro de 2007, que institui o Plano Diretor de Cruz Alta assegura as diretrizes de valorização do patrimônio histórico-cultural do município. Ainda que esta legislação contemple alguns instrumentos para a conservação do patrimônio, devem ainda ser promovidas ações de caráter estratégico e instrumental que possam desencadear programas práticos efetivos.

Para que as ações de preservação do patrimônio arquitetônico tenham resultados positivos, Lemos (2000) acredita que existe a necessidade de planejamento e revitalização de núcleos de interesse histórico ou artístico, que só podem ser efetivados após um trabalho exaustivo de levantamento e estudos interdisciplinares. Além disso, a vinculação de qualquer projeto deste tipo a um interesse social que privilegie os habitantes do local onde está o monumento ou o conjunto de monumentos em questão.

O município de Cruz Alta demonstra possuir um precioso acervo para ser conhecido e estudado. Desta forma, a arquitetura como partícipe das formas de expressão cultural, contribui na formação da identidade da sociedade que traduz e a qual pertence exercendo, portanto, além dos seus objetivos funcionais e estéticos, a tarefa de instrumento integrador regional. A identificação, a classificação e o cadastramento do patrimônio arquitetônico do município de Cruz Alta, busca suprir uma lacuna no conhecimento sobre o patrimônio da cidade e da região. A partir do estudo desses exemplares, espera-se contribuir para a criação de um inventário da arquitetura militar presente no município, buscando o elo existente entre a edificação e sua história, onde a preservação e a paisagem urbana sejam vista como um bem representante das raízes da identificação cultural desta população.



Com esta investigação objetivou-se buscar a análise do desenvolvimento da Arquitetura Militar no município de Cruz Alta/RS. Através disso, ampliar os conhecimentos referentes à arquitetura militar, bem como suas influências urbanas na formação do Estado, além de realizar levantamento físico das edificações selecionadas. Do mesmo modo, objetiva-se verificar suas técnicas construtivas e analisar os dados teóricos e técnicos levantados. Tudo isto culminando na realização de um inventário das edificações além de programar ações no âmbito da Educação Patrimonial.

METODOLOGIA

A pesquisa encontra-se em andamento e visa a caracterização do município de Cruz Alta, nos aspectos relacionados à contextualização histórica e produção da arquitetura militar. Nesta direção o período estudado contempla duas edificações construídas o início do século XX. Estes edifícios contem características marcantes da arquitetura eclética, e trazem em suas formas, expressas de maneira positivista, um explícito caráter castrense⁴.

A pesquisa a ser realizada é do tipo aplicada, de caráter exploratório e de abordagem qualitativa, uma vez que considera a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. A proposta metodológica inclui como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica, a elaboração de listagem dos edifícios selecionados – com seus respectivos endereço, uso e ano de construção e o levantamento fotográfico e físico das edificações selecionadas. Junto com a coleta de dados será feito o estudo da bibliografia arquitetônica e histórica relacionada à temática abordada pela pesquisa e análise dos dados teóricos e técnicos levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise e discussão dos resultados envolverão a interpretação e análise dos dados tabulados e organizados anteriormente, como contribuição para a criação de um inventário do patrimônio histórico-cultural da arquitetura militar em Cruz Alta, bem como

⁴ Relativo a classe militar



aponta Mello (2013), programar ações no âmbito da educação patrimonial que assegurem, a continuidade dos elementos vitais para a sociedade, que tenha como uma das metas a melhoria da qualidade de vida e acima de tudo que tenha a participação da população. A comunidade precisa e deve ser integrada na discussão da preservação para que a mesma construa uma identidade com o patrimônio cultural e consequentemente se torne aliada dos gestores na proteção e na vigia dos bens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa nas referências históricas sobre as edificações estudadas e da análise da própria edificação, até o momento conclui-se da sua importância no cenário rio-grandense. A edificação carrega em suas estruturas, a importância de ter servido a pátria em atos de defesa nacional e para tanto, é necessário além de ações de preservação, despertar uma consciência conservadora para a salvaguarda deste patrimônio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRENNER, José Antonio et al. **Arquitetura em Santa Maria: um roteiro**, Santa Maria - Cidade Cultura: Conselho Municipal de Cultura, Pallotti, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998. **Dispões sobre as sanções penais e administrativas derivadas de conduta e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**, Brasília, DF, 31 ago. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm>. Acesso em: out. 2013.

CAVALARI, R.V. **Dicionário de Cruz Alta: histórico e ilustrado**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2011.

CRUXEN, E. **A arquitetura militar portuguesa no período de expansão ultramarina e suas origens medievais**. AEDOS, Porto Alegre, v.3, n.9, p.113-128, 2011.



Lei Complementar n. 0040 de setembro de 2007. **Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA, do Município de Cruz Alta**, Cruz Alta 03 set 2007.

LE MOS, C.A.C. **O que é patrimônio histórico**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1981] (col. "Primeiros Passos", vol. 51). pp. 66-110.

MELLO, C. R. C. Levantamento e Identificação do Patrimônio Arquitetônico Urbano de Ijuí Construído Entre os Anos de 1890 e 1960. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural, PPGPPC – Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2013.

OLIVEIRA, C.M. et al. **Histórico do 29º GAC AP Grupo Humaitá: do Cavalo ao Blindado**. Cruz Alta: Pallotti, 2008.

SILVA, M.R.K. **Um século de arquitetura urbana em Cruz Alta – 1826 a 1930: Guia turístico arquitetônico**. Cruz Alta: Centro Gráfico Unicruz, 2000.

WEIMER, G., BERTUSSI, P.I. **Arquitetura no Rio Grande do Sul**. 2. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.



A CONTABILIDADE CONCERNENTE AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL-ÉTICO NO QUE TANGE AO MEIO AMBIENTE

BUCCO, Fabrício Quaresma¹; BAIRROS, Felipe Oliveira²;
CAMARGO, Bruna Faccin³; NEUBAUER, Vanessa Steigleder⁴

RESUMO

O presente estudo tem como tema principal a contabilidade concernente ao desenvolvimento industrial-ético, especialmente no que tange ao meio ambiente e ao desenvolvimento industrial sustentável. A contabilidade ambiental é um ramo da contabilidade que visa à organização de dados que registram e controlam a exploração das empresas e se atém a recursos naturais. A aplicabilidade da contabilidade ambiental não só traz benefícios ao meio ambiente, mas também à empresa, e deve sempre ser aplicada mediante a instrução de um bom contador. A contabilidade ambiental é de extrema importância, pois além de despertar o interesse para as questões ambientais proporciona a implementação da variável ambiental na gestão empresarial. Assim, a atenção ao meio ambiente deixa de constar apenas na legislação e passa a fazer parte de uma verdadeira consciência ecológica.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade ambiental. Meio ambiente. Desenvolvimento industrial.

ABSTRACT

This study's main theme, accounting concerning the industrial-ethical development, especially in regard to the environment and sustainable industrial development. Environmental accounting is a branch of accounting aimed at the organization of data that record and control the operation of companies and sticks to natural resources. The applicability of environmental accounting not only benefits the environment but also to the company, and should always be applied by the instruction of a good accountant. Environmental accounting is extremely important, because in addition to arouse the interest of environmental issues provides the implementation of the environmental variable in business management. Thus, attention to the environment fails to appear only in legislation and becomes part of an ecological consciousness.

KEYWORDS: Environmental accounting. Environment. Industrial development.

¹ Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis Unicruz. E-mail: fabriciobucco@hotmail.com

² Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis Unicruz E-mail: felipe.92@ibest.com.br

³ Contadora, Mestranda em Desenvolvimento da Unijuí. E-mail: brunafaccinfor@hotmail.com

⁴ Docente na Unicruz, Bolsista CAPES e Doutoranda em Filosofia – Unisinos. E-mail:borbova@gmail.com



INTRODUÇÃO

No cenário contemporâneo é fácil perceber que o interesse individual de alguns se sobrepõe às necessidades coletivas, especialmente no que tange às prioridades de alguns povos ou de diferentes grupos sociais. Chama a atenção a sobreposição dos interesses econômico-financeiros sobre as demais ordens de necessidades de determinado povo, ignorando quaisquer condições sociais ou eventuais prejuízos causados.

Independente do significado da globalização, esta possui um sentido de dependência entre os indivíduos, tendo em vista que a distância não corresponde mais a um fator limitante, bem como as consequências de ações locais para com o resto do mundo. Como os recursos, ferramentas técnicas e o *know-how* que os seres humanos adquiriram, suas ações podem alcançar enormes distâncias de espaço e tempo. Mesmo que as relações ocorram de forma local, os atores seriam mal aconselhados a deixar de levar em conta elementos mundiais, uma vez que estes podem ser decisivos para o sucesso ou fracasso de suas ações (BAUMAN, 2011).

Antes de adentrar propriamente no tema proposto, ressalta-se o conceito de percepção ambiental, que trata da ideia que cada indivíduo tem em relação ao ambiente em que vive, bem como com as consequentes ações, tanto individuais como coletivas. É de extrema relevância, portanto, a compreensão desse termo para que seja possível averiguar as relações existentes entre as pessoas e o meio em que vivem (BERNA, 2009).

É necessário, contudo, reconhecer que o contexto mudou: ao colocar o capital financeiro no centro das preocupações, o capital humano e o capital natural experimentaram sérias dificuldades. As empresas passaram a enfrentar, em todas as frentes (ambiental, social e política), novos imperativos que estão forçando-as a uma tomada de consciência sobre uma necessária mutação com a emergência de práticas mais responsáveis (LAVILLE, 2009).

Mesmo com as impressões e ambiguidades que ainda cercam os conceitos, todos os esforços recentes de desenvolvimento têm incorporado, de alguma forma, os



postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e longo prazo, dos avanços e melhorias da qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente (BUARQUE, 2008).

Diante do grande avanço da tecnologia e da crescente busca pela lucratividade, constata-se a expressiva procura pelo chamado desenvolvimento sustentável industrial, que visa produzir menor impacto, sem prejudicar o meio ambiente. Desta forma, busca-se o desenvolvimento tecnológico, com maior crescimento das empresas e das indústrias, com o consequente aumento das relações sociais e ambientais no que tange à tomada de atitudes, com base em dados fornecidos por contadores (VEIGA, 2010).

Conscientes do termo e da sua importância torna-se possível a realização de um estudo mais aprofundado no que se refere ao desenvolvimento industrial, aos possíveis prejuízos ao meio ambiente e aos meios disponibilizados pela contabilidade, no sentido de amenizar ou extinguir os possíveis danos que lhe são causados (BERNA, 2009).

Desta forma, este artigo se propõe refletir sobre a temática da contabilidade concernente ao desenvolvimento industrial-ético, especialmente no que tange ao meio ambiente e ao desenvolvimento industrial sustentável.

METODOLOGIA

Conforme Beuren (2004), uma investigação pode ser enquadrada segundo o ponto de vista de sua natureza, dos seus objetivos, quanto aos procedimentos técnicos, de seu plano de coleta de dados, da abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa, quantitativa, e sua análise e interpretação de dados.

Este artigo configura-se como uma pesquisa de cunho bibliográfico, conforme Fachin (2003, p.125):

Diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos na obra. Tem como finalidade fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e proporcionar a produção, coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa.

E segundo Gil (2010, p.29):



A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Beuren (2004, p.92) destaca ainda que “abordar um problema qualitativamente pode ser uma forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social”, classificando assim como uma pesquisa qualitativa, devido ao desenvolvimento de conceitos a partir de material encontrado nas fontes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Origem da ideia de desenvolvimento sustentável

No período pós-guerra reinava o modelo de crescimento econômico denominado *fordismo*, tanto em economias desenvolvidas quanto em economias em desenvolvimento. Tal modelo encontrava-se enraizado e alicerçado no tripé da fatura de recursos naturais, no aumento da produtividade do trabalho e na sensação de um Estado desenvolvimentista, a exemplo do Brasil (BUARQUE, 2008).

O Estado, por outro lado, não sabia como compatibilizar a produção material com a preservação da qualidade de vida, uma vez que dependia dos empregos e dos impostos gerados pelas fábricas. Boa parte da população civil era empregada nas fábricas e via na produção industrial uma forma de geração de emprego e renda (CERQUEIRA, 1995).

O século XIX trouxe consigo as preocupações ambientais, entretanto, somente no século XX, mais especificamente a partir dos anos 70, a sociedade começou a adotar uma postura proativa em relação ao assunto (FERREIRA, 2003). Antes disso, os países desenvolvidos apenas se preocupavam com problemas pontuais e ações corretivas (RUSSO; FOUTS, 1997).

O pensamento de desenvolver meios de produção que não prejudiquem o meio ambiente também não é muito antigo, ele iniciou em meados da década de 1960, a



partir de movimentos ambientalistas. A definição do termo *desenvolvimento sustentável*, contudo, somente surgiu nos anos de 1970, quando foi lançado um informativo por estudiosos americanos da *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), sob o comando do professor Dennis Meadows, referindo-se aos limites de crescimento industrial (VEIGA, 2010).

O informativo evidenciava o prejuízo que a humanidade poderia ter com o expressivo desenvolvimento industrial, o aumento da produção de alimentos, o crescimento populacional e a grande exploração de recursos. A continuar naquele ritmo frenético todos os limites do planeta seriam alcançados dentro de um século (VEIGA, 2010).

A partir da década de 1970 a ideia de desenvolvimento sustentável começou a ser discutida amplamente pela sociedade e por estudiosos, alcançando, inclusive, grandes governanças, sendo disseminada em diversas áreas, como na econômica, social, cultural, ambiental, política, etc. (BERNA, 2009).

O desenvolvimento sustentável permeia com exclusividade as áreas comerciais e econômicas, e é compreendido por Cerqueira (1995, p. 57) como:

[...] o desenvolvimento que mantém a mais alta taxa de crescimento econômico possível sem aumentar a inflação. Outro exemplo está contido na mensagem do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, reunido no Rio de Janeiro em 1991: [...] somente a economia de mercado permitirá aos países um desenvolvimento com bases sustentáveis, sem degradar a natureza.

Depreende-se, então, que para grande parte das pessoas o desenvolvimento sustentável possui unicamente um enfoque econômico, desconsiderando as áreas social, cultural, entre outras. Essa realidade, porém, aos poucos já assume outra perspectiva, confirmando a relação do homem com todas as demais áreas.

Assim, no decorrer do tempo, o termo *sustentabilidade* passou a representar a necessidade imperativa do uso consciente e responsável dos recursos naturais, o que, por vezes, foi complicado devido ao uso errôneo da aplicabilidade dos interesses individuais em supressão aos coletivos. Em outras palavras, os recursos eram utilizados



de modo a satisfazer necessidades individuais de pequenos grupos de pessoas, sempre com enfoque econômico (CERQUEIRA, 1995).

Nesse contexto, a contabilidade possui um ramo denominado *contabilidade ambiental*, que é um sistema de organização de dados que registra e controla a exploração das empresas e que se atém a recursos naturais (BRANCO, 2003). Em 1997, no discurso de encerramento do XV Congresso Mundial de Contadores, o então presidente da França, Jacques Chirac, afirmou:

[...] A profissão contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização de nossa economia. Isso porque vocês não se restringem a cuidar de contas. Vocês são conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, para que têm um importante papel a desempenhar, especialmente em assuntos sociais e tributários. Vocês orientam pequenas e médias empresas e sua administração, simplificando as alternativas, que ainda são demasiado complexas. Vocês desempenham, portanto, um papel no desenvolvimento das possibilidades de emprego, o que merece um especial registro de reconhecimento [...]. (ZANLUCA, 2014).

Em seu estudo, Zanluca (2014) ressalta ainda as vantagens da utilização da contabilidade ambiental:

[...] identificar e alocar custos ambientais, de maneira que as decisões de investimentos estejam baseadas em custos e benefícios adequadamente medidos, [...] aferir, economicamente, as reduções de gastos com água, energia e outros recursos, renováveis ou não, [...] gerar informações e demonstrativos sobre a eficácia e a viabilidade econômica das ações ambientais, [...] a publicação do balanço ambiental gera transparência da gestão e uma potencial melhoria de imagem da entidade produtora perante o público, [...] a contínua correção das ações ambientais, em decorrência da utilização de dados físicos-contábeis, contribui para a sociedade como um todo – pois haverá redução do nível de agressão à natureza na elaboração de produtos e serviços indispensáveis.

Percebe-se, então, que a aplicabilidade da contabilidade ambiental não só traz benefícios ao meio ambiente, mas também à empresa, sempre mediante instrução de um profissional da contabilidade.

Diante da análise perfunctória do tema supra relatado, percebe-se a fundamental importância da contabilidade ambiental no desenvolvimento das atividades empresariais, que vai desde a geração de empregos até os possíveis aumentos da lucratividade. A contabilidade ambiental, portanto, se fundamenta na orientação



conjuntural do profissional contábil, bem como no desafio de proporcionar o desenvolvimento econômico às empresas sem prejudicar o meio ambiente, o que se traduz num desenvolvimento sustentável.

Busca-se, assim, prezar a equidade do equilíbrio entre a necessidade de produção e o consequente aumento de renda com a degradação do meio ambiente e a extração dos recursos naturais. Há que se ter bom senso, pois o termo *sustentabilidade* difere de *eficiência*, que é aquilo que as empresas e as indústrias buscam a fim de obter maiores ganhos com menores gastos. É necessário pensar de forma sustentável para evitar a dilapidação e o esgotamento dos recursos naturais (MARTINS, 2001).

A Carta de Belgrado (1975) traz um importante informe na área da Educação Ambiental:

[...] necessitamos uma nota ética global, uma ética dos indivíduos e da sociedade que corresponda ao lugar do homem na biosfera; uma ética que reconheça e responda com sensibilidade as relações complexas, e em contínua evolução, entre o homem e a natureza e com seus similares. Para assegurar o modelo de crescimento proposto por esse novo ideal mundial, devem ocorrer mudanças significativas em todo o mundo, mudanças baseadas em uma repartição equitativa dos recursos do mundo e em sua satisfação, de modo mais justo, das necessidades de todos os povos.

O texto supracitado revela a necessidade da distribuição equitativa dos recursos, bem como um maior cuidado e sensibilidade no desenvolver da evolução, com maior respeito pela natureza e seus similares, cujos itens são considerados modelos para um novo ideal mundial.

Percebe-se, contudo, uma evidente compatibilidade das empresas hoje inseridas no mercado com o modo sustentável como atuam, visto que grande parte das empresas tem como enfoque único a obtenção de lucro, sem considerar quaisquer aspectos que não sejam a eficiência produtiva, o que difere em muito com o modo sustentável de produção (CERQUEIRA, 1995).

Para Veiga (2010), a sustentabilidade está baseada em sete princípios básicos: 1º) maior enfoque no modo sustentável contribui em muito para um maior controle populacional; 2º) adoção de medidas que busquem um aumento da qualidade ao revés da quantidade, com maior divisão dos recursos naturais ao capital, sempre



considerando o lucro real; 3º) os avanços tecnológicos devem buscar sempre um enfoque sustentável; 4º) os lucros e capitais auferidos devem ser distribuídos de modo igualitário, a fim de extinguir a pobreza e a fome; 5º) necessidade urgente de participação de governos, lideranças e organizações internacionais para solução de problemas urgentes de modo imperativo; 6º) necessidade da conscientização da população a respeito do desenvolvimento futuro; 7º) preponderância das relações internacionais entre países, estimulando uma boa competição e o estímulo à diversidade e à disseminação de culturas de diferentes povos.

A sustentabilidade é assim descrita por Branco (2003, p. 53):

No princípio, a relação era de coexistência. O homem dependia integralmente da natureza para sobreviver. E parece-nos que a natureza foi benevolente, pois ela está sobrevivendo há séculos. No entanto, essa relação de coexistência vem sendo substituída pela subserviência da natureza à natureza, hoje, é considerada cartesianamente como separada do homem. O homem serve-se dela, apresenta-a como beleza natural, utiliza-se dela, domina-a e a explora incondicionalmente, sem reservas, sem pudores, sem consciência no futuro.

O texto citado relata a coexistência do homem com a natureza, desde suas origens mais remotas até a atualidade, expondo a realidade de que hoje ela não é nada mais para o homem do que um meio para obtenção de lucro. Quanto ao atual estilo de vida adotado pela maioria dos indivíduos, Berna (2009, p. 16) relata em seus estudos que:

Um enorme armazém infinito de recursos, nem uma grande lixeira capaz de absorver indefinidamente nossos dejetos. O atual modelo de desenvolvimento mundial tem usado o Planeta além de sua capacidade de suporte, em consequência, o colapso dos sistemas vivos visível por toda parte, como, por exemplo, o aquecimento global, a perda maciça de floresta e biodiversidade, entre outros. Como um lado diferente da mesma moeda, milhões de seres humanos estão condenados a uma vida de sofrimento, fome e miséria.

Segundo Goldstein (2007, p. 54), o conceito de desenvolvimento sustentável começou a ser delineado no início deste novo século, não só para resolver os problemas ambientais, mas também para garantir o prosseguimento do desenvolvimento tecnológico e econômico.



Foi nesse contexto que iniciou a formação de uma nova consciência socioambiental, em que, segundo Ribeiro (2010), a comunidade passou a compreender a sua força política e econômica por meio de atos que contrariam certas práticas, não somente voltadas para seus entes governamentais, mas também a empresas que lucram em detrimento ao todo. A autora ainda afirma que o consumidor começa a se apropriar do seu lugar no instante em que passa a se conscientizar de que tem o direito de estabelecer qualidade, não se limitando a bens de capital ou à prestação de serviços, mas também ao atendimento na compra e pós-compra e à qualidade de vida.

A relação entre o meio ambiente e a contabilidade

Devido às expressivas solicitações dos usuários (*stakeholders*) quanto às informações das empresas no que tange à prestação de contas das suas atividades e transações organizacionais, tanto em aspectos produtivos quanto socioambientais e administrativos, foram divulgados dados da área contábil que colaboraram com a compreensão de suas atividades. Este fato levou ao aprofundamento dos estudos da Ciência Contábil, movimentando esforços com a finalidade de preencher as lacunas do mercado e das organizações com informações que pudessem expressar a realidade financeira e socioambiental das empresas (FERREIRA, 2003).

A Contabilidade pode ser compreendida como um sistema de informações que a partir de certas modificações tende a se tornar capaz de mensurar os assuntos ambientais, assumindo uma participação importante em relação às suas atribuições sociais (ROCCHI, 2010).

Para Maior (2014), a ideia de criar uma contabilidade ambiental nas empresas que pudesse medir gastos e recursos para a produção de bens de consumo, surgiu com a crise do petróleo, em 1974, quando o produto chegou a um altíssimo custo e estava em escassez. O autor afirma que, na época, as pessoas passaram a entender que não é porque uma matéria prima é um recurso natural que ela vai durar para sempre. A conscientização foi reforçada quando o Clube de Roma – um grupo formado por cientistas de todos os países, preocupados em estudar o futuro do mundo – divulgou um relatório chamado *Limites de Crescimento*. Este relatório mostrava que,



caso persistisse o descuido por parte das pessoas e das empresas para com a natureza, o mundo entraria em estado de emergência mais rápido do que se esperava.

Compete à contabilidade ambiental registrar e demonstrar as alterações que modificam o patrimônio das entidades, bem como o seu relacionamento com o meio ambiente (CARVALHO, 2012). Ribeiro (2010) caracteriza o foco da contabilidade ambiental da seguinte forma:

[...] identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade [...].

Por consequência, a Ciência Contábil passa a gerar informações relativas à gestão ambiental, notificando os *stakeholders* a respeito das ações e suas implicações para os resultados da empresa, que podem ser diretas ou não.

Além disso, o mundo globalizado e empresarial precisou se adequar à lei e às resoluções a fim de garantir a preservação do meio ambiente. A Contabilidade Ambiental passou a representar uma nova forma de a empresa colaborar com a sociedade, assumindo suas responsabilidades perante o ambiente e, também, economizando recursos naturais que lhe eram onerosos. Nessa perspectiva afirma Paiva (2003, p. 37):

O Ibracon recomenda que os gastos ambientais efetuados na forma de investimentos de longo prazo sejam classificados como ativos ambientais imobilizados e diferidos. O Ativo Imobilizado Ambiental diz respeito aos equipamentos adquiridos visando à eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano. Os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos constituem valores integrantes do Ativo Diferido, se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercício futuros.

Assim, as adequações das empresas para se adaptarem à nova legislação acarretaram em gastos não previstos. Martins (apud PAIVA, 2003, p. 26) define gastos como “sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer”, representado por entrega ou promessa de entrega de ativos.



Os gastos ambientais com investimentos de longo prazo são classificados como Ativos Ambientais Imobilizados e Diferidos. Os Imobilizados são aquisições de equipamentos com vida útil superior a um ano, com vistas a eliminar ou reduzir a poluição do meio ambiente. Os Diferidos são gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias, desde que envolvam benefícios futuros.

Os Ativos Ambientais são investimentos destinados à proteção, preservação e recuperação ambiental, os quais devem ser classificados em títulos contábeis específicos, em que são identificados o Ativo Circulante Ambiental, o Realizável Ambiental e o Permanente Ambiental.

A partir do momento em que a Contabilidade reconhece os Passivos Ambientais, a empresa sofre privações de benefícios, segundo apontam a legislação e as regulamentações ambientais. No entendimento de Paiva (2003), há três condições essenciais para o reconhecimento do Passivo, as quais se relacionam com as obrigações legais, justas ou construtivas. As *legais*, como o próprio nome diz, são relacionadas ao cumprimento da lei ou decisão jurídica aplicada à empresa; as *justas* são obrigações relacionadas à moral ou à ética da empresa; e as *construtivas* são atividades desenvolvidas na cidade, auxiliando na educação ambiental da comunidade, entre outras atividades.

Segundo Ribeiro e Lisboa (2000), o reconhecimento do Passivo Ambiental pela Contabilidade representa privações de benefícios futuros impostas por legislação e regulamentações ambientais, tais como taxas, contribuições, multas e penalidades decorrentes de danos provocados a terceiros.

Nesse sentido segue a contribuição de Paiva (2003, p. 29):

Além dos gastos efetuados no processo produtivo diretamente identificados como sendo ambientais, existem outros que, apesar de serem operacionais, de alguma forma contribuirão para uma evolução do relacionamento da empresa com seu ambiente natural e, indiretamente com a sociedade. Podem-se entender como tais os gastos referentes a pesquisas com novos produtos ou novas formas de produção, visando melhorar a qualidade dos produtos, reduzir o consumo de insumos naturais esgotáveis e não renováveis [...].



Lisboa e Martins (1997, p. 61) enfatizam a esse respeito que: “O contador deve manter um comportamento social adequado às exigências que lhe faz a sociedade. Não basta, assim, a preparação técnica, por melhor que ela seja. É preciso encontrar uma finalidade social superior nos serviços que executa”.

O profissional da Contabilidade, no atual cenário contemporâneo, é extremamente reconhecido e possui grande importância no interior das empresas. Sua opinião é de grande relevância para os administradores, pois tem ampla visão do todo que envolve a empresa, ao mesmo tempo em que planeja os gastos decorrentes de mudanças.

A responsabilidade social do profissional contábil na gestão ambiental

A ética, segundo Vazquez (2002, p. 78), “é a teoria ou a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”, e o que analisa as atitudes das pessoas, estabelecendo “[...] a compreensão do que venham a ser ou foram tais comportamentos”.

A esse respeito expressa Moreira (2002, p. 21):

Ética é o estudo das avaliações do ser humano em relação às suas condutas ou às dos outros. Essas avaliações são feitas sob a ótica do bem e do mal, de acordo com um critério que geralmente é ditado pela moral. Como conjunto de regras, a ética é o rol dos conhecimentos aplicáveis às ações humanas, que fazem delas atitudes compatíveis com a concepção do bem e da moral.

O relacionamento da organização com todas as partes interessadas necessita se desenvolver com base num comportamento ético, de maneira que resulte em reciprocidade no tratamento. Esse princípio se aplica a todos os aspectos de negociação e relacionamento com clientes e fornecedores. Ele também é aplicável no que diz respeito aos funcionários. O respeito inclui a individualidade e o sentimento coletivo, seja com a comunidade ou qualquer entidade ou indivíduo que mantenha contato com a organização (KARKOTLI, 2002).

Nesse contexto, na frente interna encontram-se os trabalhadores, gestores e proprietários. Na frente externa estão os clientes, fornecedores, prestadores de serviço,



autoridades governamentais, credores, concorrentes, mídia, comunidade local e entidades da sociedade civil (sindicatos, associações profissionais, movimentos sociais, clubes de serviços, igrejas) (SROUR, 2002).

A fim de colaborar com esta ideia, pode-se afirmar que a responsabilidade social é definida como a administração orientada pela ética e pela prestação de contas da empresa a todos que com ela interajam. Também, pela estipulação de objetivos organizacionais em conformidade ao desenvolvimento sustentável e social, no cuidado com os recursos culturais e ambientais para com as próximas gerações, em respeito à diversidade, com vistas a minimizar as desigualdades na sociedade (INSTITUTO ETHOS, 2007).

As responsabilidades sociais dos “homens de negócio” referem-se às obrigações ao optarem por caminhos, ao fazerem escolhas e demais ações que estejam alinhadas aos interesses sociais (BOWEN, 1957), em respeito aos âmbitos econômicos, legais, éticos e filantrópicos (CARROLL, 1979).

Assumem, portanto, total responsabilidade pelas consequências que suas ações poderão ocasionar, tanto para colaboradores, meio ambiente, clientes, e outros afetados direta ou indiretamente (DRUCKER, 2002). As ações do profissional deverão estar pautadas na ética e na transparência com todos os *stakeholders*, orientadas ao desenvolvimento consciente, em prol da sociedade (ASHLEY, 2005).

Os assuntos ambientais dizem respeito às empresas de todos os portes e das mais diversas atividades, tendo em vista que inúmeras atitudes podem ser ajustadas, a exemplo do consumo de energia, água ou até a utilização de produtos recicláveis (DIAS, 2009).

Segundo Ferreira (2003, p. 41), “o objetivo maior da gestão ambiental deve ser o de propiciar benefícios à empresa que superem, anulem ou diminuam os custos das degradações, causados pelas demais atividades da empresa e, principalmente, pela área produtiva”. Como afirma Braga (2007, p. 14), “incorporando assim à gestão estratégica da organização princípios e valores que visem ao alcance de um modelo de negócios focado no desenvolvimento sustentável”.



Conforme entendimento de Dias (2009, p. 101):

A adoção de um sistema de gestão ambiental implica uma mudança de mentalidade de toda a organização, desde os altos escalões até níveis inferiores da organização. Implica uma mudança de cultura organizacional com a incorporação da variável ambiental no dia a dia das pessoas que integram a empresa. Por outro lado, a mudança de cultura organizacional também envolve mudança e atitudes com respeito ao ambiente externo da organização.

Uma gestão ambiental eficiente viabiliza a identificação e o aprimoramento das atividades desempenhadas pela empresa. Este sistema favorece o cumprimento de exigências ambientais obrigatórias e as que são adotadas voluntariamente, ajudando assim a organização a realizar alterações na cultura empresarial, por meio de ações ambientais incorporadas às habituais ações já desempenhadas (TIBOR; FELDMAN, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assuntos ambientais estão evoluindo em nível de importância no seio da comunidade de negócios em termos de responsabilidade social, do consumidor, do desenvolvimento de produtos, passivos legais e considerações contábeis. A inclusão da proteção ambiental entre os objetivos da administração amplia substancialmente todo o conceito de administração. Cada vez mais os administradores precisam lidar com situações em que parte do patrimônio das empresas é simplesmente ceifada pelos processos que envolvem o ressarcimento de danos causados ao meio ambiente, independentemente desses danos serem remediados ou não (CERQUEIRA, 1995).

Um ponto que merece grande destaque como solução em longo prazo é a reforma dos processos e sistemas educativos, conforme relata a Carta de Belgrado (1975):

A reforma dos processos e sistemas educativos é essencial para a elaboração desta nova ética do desenvolvimento e da ordem econômica mundial. Os governos e formuladores de políticas podem ordenar mudanças e novos enfoques para o desenvolvimento, podem começar a melhorar as condições de convívio no mundo, mas tudo isso não deixa de ser solução de curto prazo, a



menos que a juventude mundial receba um novo tipo de educação. Isso vai requerer a instauração de novas e produtivas relações entre estudantes e professores, entre escolas e comunidades, e ainda entre o sistema educativo e a sociedade em geral.

O texto supracitado revela um ponto muito importante que pode e deve ser abordado como uma solução em longo prazo, sugerindo que os governos devem realizar uma reforma nos processos e sistemas educativos. Uma maneira eficaz de garantir um desenvolvimento sustentável é investir na mudança da mentalidade das pessoas do país, o que advém de um bom sistema educativo.

Nesse cenário é cada vez mais árdua a tarefa do administrador no tratamento de divulgação desses assuntos na Contabilidade. A complexidade da atividade de certas empresas pode ser fator que dificulta o tratamento dado ao registro e à divulgação, principalmente dos chamados passivos ambientais. Este assunto envolve julgamento e conhecimento específico, daí a necessidade de envolver não somente a alta administração e a classe contábil, mas também engenheiros, advogados, juristas, etc (VEIGA, 2010).

A participação da Contabilidade, portanto, é de extrema importância, pois desperta o interesse para as questões ambientais, bem como ajuda a classe empresarial a implementar a variável ambiental em sua gestão empresarial, e não apenas para constar na legislação mas por uma verdadeira conscientização ecológica (VEIGA, 2010).

O profissional contábil desempenha um papel fundamental na modernização e internacionalização da economia, uma vez que os profissionais contadores não se restringem a cuidar de contas. São conselheiros e, às vezes, confidentes das administrações de companhias, especialmente em assuntos sociais e tributários.

Para Branco (2003), os profissionais da Contabilidade orientam pequenas e médias empresas em sua administração, simplificando as alternativas que ainda são demasiado complexas, e desempenham um papel no desenvolvimento das possibilidades de emprego, o que merece um especial registro de reconhecimento.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASHLEY, A.P. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BAUMAN, Z. **A ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BEUREN, Ilse Maria. Como **Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004

BERNA, V.S.D. **Pensamento ecológico**: reflexões críticas sobre o meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social. São Paulo: Paulinas, 2009.

BOWEN, H.R. **Responsabilidades sociais do homem de negócios**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

BRAGA, C. **Contabilidade Ambiental**: ferramentas para a gestão da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANCO, S. **Educação ambiental**: metodologia e prática de ensino. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**: metodologia de planejamento. São Paulo: Garamond, 2008.

CARROLL, A.B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review**, v. 4, p. 497-505, 1979.

CARTA DE BELGRADO. 1975. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/pdfs/crtbelgrado.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

CARVALHO, G.M.B. **Contabilidade ambiental – Teoria e prática**. Curitiba: Juruá, 2012.

CERQUEIRA, A.S. **Desenvolvimento sustentável**: uma apropriação crítica do conceito e da concepção. São Luiz: SBPC, 1995.



DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

DRUCKER, P. **O melhor de Peter Drucker**: a administração. São Paulo: Nobel, 2002.

FACHIN, Odilia. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREIRA, A.C.S. **Contabilidade ambiental**: uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atlas, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como **Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOLDSTEIN, I. **Responsabilidade social**: das grandes corporações ao terceiro setor. São Paulo: Ática, 2007.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores ethos de responsabilidade social empresarial**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007. Disponível em: http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/arquivos/0-A-d8e2011_IndicadoresEthos_PORT.pdf. Acesso em: 20 jan. 2015.

KARKOTLI, G.R. **Importância da responsabilidade social nas organizações**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 2002.

LAVILLE, J.L. Definiciones e instituciones de la economía. In: J. CORAGGIO (org.), ¿Que es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo. Buenos Aires, CICCUS, p. 47-69, 2009.

LISBOA, Lázaro Plácido; MARTINS, Eliseu. **Ética geral e profissional em contabilidade**. Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuais e Financeiras. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MAIOR, G.S. **Contabilidade ambiental**. Disponível em: <http://www.suspiros.com.ecologia>. Acesso em: 18 dez. 2014.

MARTINS, S.R. **Agricultura, ambiente e sustentabilidade, seus limites para a América Latina**. Passo Fundo, RS: Ed. UFP, 2001.



MOREIRA, J.M. **A ética empresarial no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 2002.

PAIVA, P.R. **Contabilidade ambiental**: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. S.; LISBOA, L. P. **Passivo ambiental**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Goiânia, 2000.

_____. **Contabilidade ambiental**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

ROCCHI, C.A. Uma tentativa de contabilização dos custos ecológicos. **Revista Paulista de Contabilidade**. São Paulo, 2010, n. 467, p. 9-28.

RUSSO, M.V.; FOUTS, P.A. A resource-based perspective on corporate environmental performance and profitability. **Academy of Management Journal**, v. 40, n. 3, p. 534-559, 1997.

SROUR, R.H. **Ética empresarial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campos, 2002.

TIBOR, T.; FELDMAN, I. **ISO 14.000**: um guia para novas normas de gestão ambiental. São Paulo: Futura, 1996.

VAZQUEZ, A.S. **Ética**. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

VEIGA, J.E. **Desenvolvimento sustentável, caminhos para o século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

ZANLUCA, J.C. **Contabilista – Profissão do presente e do futuro**. 2014. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/profissaocontabil.htm>. Acesso em: 15 jan. 2015.



A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO PROFISSÃO CATADOR PARA A ORGANIZAÇÃO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE CRUZ ALTA, TUPANCIRETÃ, JÚLIO DE CASTILHOS E SALTO DO JACUÍ

ROCHA, Tamara¹; FIGUEIRA, Lídia Maria Picasso²; GOMES, Luciane Deicke³; VIRGOLIN, Isadora W. Cadore⁴; SILVA, Enedina Teixeira da⁵;

RESUMO

Este artigo é resultado da análise de dados levantados a partir da intervenção da equipe multidisciplinar no Projeto Profissão Catador nos municípios de Cruz Alta, Tupaciretã, Salto do Jacuí e Júlio de Castilhos, que faz parte dos Programas Institucionais de Pesquisa e Extensão da Universidade de Cruz Alta. A partir da intervenção, os resultados foram elaborados e refletidos de forma interdisciplinar nas áreas do Serviço Social Administração e Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Profissão Catador. Multidisciplinaridade. Diagnóstico.

ABSTRACT

This article is the result of the analysis of data collected from the multidisciplinary team intervention in Project Profession Catador in the municipalities of Cruz Alta, Tupaciretã, Salto do Jacuí and Julio de Castilhos, which is part of the Institutional Research and Extension Programs at the University of Cruz Alta. Following the intervention of, the results have been drafted and reflected in an interdisciplinary way in the areas of Social Service Administration and Communication.

KEYWORDS: Project Profissão Catador. Multidisciplinary. Diagnostic.

¹ Assistente social do Projeto Profissão Catador. E-mail: tamararocha2008@hotmail.com.

² Assistente social do Projeto Profissão Catador. E-mail: lidiapicasso@hotmail.com.

³ Assistente social do Projeto Profissão Catador. E-mail: ldeicke@unicruz.edu.br.

⁴ Coordenadora do Projeto Profissão Catador. E-mail: isadoravirgolin@yahoo.com.br.

⁵ Coordenadora do Projeto Profissão Catador. E-mail: eteixeira@unicruz.edu.br.



INTRODUÇÃO

A partir dos projetos voltados à inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis da região, a UNICRUZ vem através do Projeto Profissão Catador desempenhando um papel imprescindível para o desenvolvimento da cidadania. O objetivo geral do projeto é construir alternativas coletivas para organização dos catadores de materiais recicláveis no âmbito regional e uma das metas do projeto para que se cumpra com o objetivo proposto foi à realização do diagnóstico da situação socioeconômica da atividade de catação na região do projeto.

O Projeto Profissão Catador conta com uma equipe multidisciplinar para desenvolvimento das ações cooperativas, sendo esta equipe composta por administrador, assistentes sociais, jornalista e administração. Através do trabalho multidisciplinar desenvolvido pela equipe, realizou-se o diagnóstico com o objetivo de conhecer a realidade dos envolvidos para a construção de alternativas de enfrentamento das dificuldades encontradas nos municípios de abrangência do projeto, para a organização, criação e fortalecimento das associações de catadores.

O diagnóstico é um importante instrumento para identificação das fragilidades e obtenção do conhecimento das necessidades existentes, para estabelecer prioridades, conhecimento das causas que estão na origem dos problemas que dificultam a organização e o fortalecimento dos grupos de catadores.

O estudo/diagnóstico consiste na compreensão e na caracterização global de uma determinada situação-problema e na determinação da natureza e da magnitude de suas limitações e possibilidades. Como fase do processo de planejamento, é caracterizado pela investigação e pela reflexão, com fins operativos e sentido programático: sua finalidade é definir uma situação com vistas à intervenção, não simplesmente dar respostas de caráter teórico (BAPTISTA, 1981, p. 66).

Os municípios abrangidos pelo Projeto Profissão Catador organizado pela UNICRUZ constituíram uma proposta intermunicipal de organização dos trabalhadores com resíduos sólidos, sobretudo em função de que estes apresentam um princípio de organização com os catadores.



A metodologia usada para levantamento de dados dos municípios iniciou através da apresentação do projeto aos representantes de cada município participantes do projeto. Para o levantamento de dados dos municípios utilizou-se como fontes o IBGE, sites oficiais dos municípios, documentos utilizados para gestão das associações que apresentam uma organização, além de encontros com os gestores e representantes dos municípios e através do preenchimento do formulário para cadastramento obteve-se informações que representaram uma importante fonte de informação. Dentre essas fontes para coleta de dados pode-se contar com vinte encontros entre equipe e responsáveis do poder público pelo projeto. Através destes encontros ocorreram momentos com os catadores os quais serviram para aplicação do questionário e escuta do desenvolvimento de seu trabalho. Foram realizados cento e noventa e quatro cadastros, provenientes de onze grupos dos quatro municípios.

Para que a coleta de dados fosse realizada ocorreu à intervenção do serviço social na busca destes catadores, através de visitas domiciliares e pelas identificações dos órgãos representantes das políticas públicas. Estas ações se pautaram em divulgação nos bairros, nos órgãos públicos e mídia sendo que neste momento ocorreu a intervenção do profissional da comunicação. Após o levantamento de dados, o profissional da administração, componente da equipe de trabalho do projeto, realizou a compilação dos dados, gerando amostras de indicadores, que pautaram a análise dos dados realizada pelas técnicas do Serviço Social.

O assistente social desenvolveu sua intervenção pautada no código de ética que atua nas variadas expressões da questão social, tendo como um dos seus princípios a ampliação e consolidação da cidadania. Através deste trabalho o serviço social busca uma abordagem ao usuário como cidadão e sujeito de direito e integrante de diferentes segmentos da classe trabalhadora.

O profissional da área da administração é responsável pelo gerenciamento da rotina diária de uma organização, desde o controle dos recursos financeiros, materiais e humanos ao desenvolvimento de estratégias de mercado. Desta forma, o administrador no projeto tem a função de coordenar a equipe no cotidiano assim como instrumentalizar os trabalhadores das associações através de ferramentas de gestão.



Jornalismo é uma atividade de comunicação, consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Também se define o Jornalismo como a prática de coletar, redigir, editar e publicar informações. Com a contribuição deste profissional ocorreu o chamento para o cadastramento dos trabalhadores com materiais recicláveis. Sem esse castramento não seria possível as demais ações praticadas pelos outros profissionais envolvidos nas ações do projeto. Com a participação de profissionais de cada uma das áreas citadas, foi possível a realização do diagnóstico com a consequente análise dos dados acerca da situação dos catadores de materiais recicláveis nos quatro municípios.

Através do diagnóstico buscou-se identificar em cada município, como o poder público está realizando a inclusão social e a geração de renda da população que trabalha com a catação de materiais recicláveis, bem como conhecer a realidade vivida pelos catadores nestes municípios.

METODOLOGIA

O artigo relata a experiência da realização do diagnóstico junto aos municípios de Cruz Alta, Júlio de Castilhos, Tupanciretã e Salto do Jacuí, participantes no Projeto Profissão Catador. O diagnóstico foi realizado em etapas⁶: levantamento de dados dos municípios e aplicação de questionário com as famílias de catadores dos municípios. Após o levantamento de dados, realizou-se a compilação e análise dos dados que estão divididos em subitens que abordam: as características demográficas, a gestão dos resíduos, a organização dos grupos de catadores e as condições socioeconômicas dos catadores de cada um dos municípios.

Para a realização do artigo recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa documental, visto que os dados apresentados no mesmo encontram-se sistematizados em relatórios.

⁶ As etapas do diagnóstico estão descritas



RESULTADOS E DISCUSSÕES

MUNICÍPIO DE CRUZ ALTA

Dados Demográficos

O município de Cruz Alta está localizado na mesorregião Noroeste Rio-Grandense a 277.4216 km da Capital do Rio Grande do Sul, denominada de planalto médio. A população total de habitantes segundo dados do IBGE/2013 é de 64.125 mil habitantes em uma área de 1.360,4m², caracterizando o município como de porte médio (população de 50.001 a 100.000 habitantes). Destes 64.000 mil habitantes 29.743 são homens e 33.078 são mulheres, sendo que 55.525 do total são alfabetizados. Conforme fonte IBGE o PIB do município em 2011 foi igual a 2.014.625 sendo o PIB per capita no mesmo ano de 32.246 tendo IDH em 2010 de 0,75.

Gestão dos Resíduos

No que diz respeito à coleta de resíduos no município levantou-se os dados a seguir através do diagnóstico elaborado pelo Núcleo de Planejamento Urbano e Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, realizado para o Plano Municipal de Resíduos Sólidos deste município. Sendo assim, obtiveram-se os seguintes dados: em média a população deste município produz 34 toneladas de resíduos por dia - 500g de resíduo por pessoa/dia. Está acima da meta da ONU que é de 340g de lixo por pessoa/dia.

Na atualidade o processo de descarte dos resíduos urbanos é realizado por uma empresa terceirizada (ANSUS), que leva os resíduos para o transbordo, no aterro sanitário de Santa Maria. A Coleta Seletiva Solidária foi implantada no município de Cruz Alta em julho de 2012, através do Núcleo de Planejamento Urbano e Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente, apenas no centro da cidade, como um projeto piloto para posterior expansão pelo município. Foram dispostos dois contêineres nas ruas centrais do município, sendo um contêiner verde para o resíduo orgânico, e um amarelo para o resíduo reciclável. Após coletado o material dos contêineres específicos, são encaminhados às associações de catadores existentes no município.



Organização dos grupos de catadores

A organização dos catadores no município de Cruz Alta teve início no ano de 2005, onde se reuniram os catadores de determinada região do município. A partir desta organização surgiu a formalização da primeira associação de catadores deste município, que recebeu e vem recebendo apoio da UNICRUZ. Esta associação posteriormente recebeu apoio do poder público que disponibiliza, até este momento, um prédio para a execução do trabalho de armazenamento, triagem e comercialização do material coletado e da Coleta Seletiva.

Formalizou-se outro grupo no município que recebeu e recebe apoio da UNICRUZ e do poder público, o município disponibilizou área e foi construído um prédio também de pequeno porte com verba parlamentar, que tem a mesma função do primeiro. Com a aprovação de um novo projeto através de edital para patrocínio, tendo a UNICRUZ como coordenadora e o poder público como parceiro formalizou-se mais dois grupos de catadores e construíram-se mais dois prédios com a mesma finalidade. Para estes o município também foi parceiro na disponibilização da área para a construção dos prédios.

Atualmente o município conta com quatro associações de catadores formalizadas, espaço físico adequado e equipado para cada uma das associações em localizações distintas no município contando com um total de 130 catadores cadastrados nas quatro associações.

Dados socioeconômicos dos catadores

Destes 130 catadores cadastrados, alguns desenvolvem as atividades apenas nas associações, outros ainda utilizam-se da catação nas ruas e em pontos estratégicos. Estes catadores também desenvolvem suas atividades com os materiais recebidos através da coleta seletiva na associação e outros apenas coletam seus materiais e utilizam a associação somente para beneficiar seus próprios materiais.

Desta organização dos catadores no município de Cruz Alta obtivemos os seguintes resultados, coletados através dos 130 cadastros realizados, de Cadastro de Associados criando assim o perfil dos catadores deste município.



Destes 130 associados nas 04 Associações, 79 são mulheres, resultando assim em 60,77% do total de associados, estas com idade média entre 30 e 59 anos o que corresponde a 25 associadas sendo 32,65 % do total; a cor branca é predominante em 42 mulheres levando a um percentual 53,13% do total destas. Quanto aos homens, somam um total de 51 representando 39,23%. A idade média destes fica entre 30 e 59 anos correspondendo a 62,75% ou seja, 32 dos 130 associados, tendo a cor branca predominante entre estes.

Entre estes 130 catadores, 77 deles declaram-se solteiros totalizando 59,23% no geral, isto significa que nunca formalizaram qualquer tipo de união. Como dependentes considerou-se todos aqueles que coabitam com o associado tendo um percentual de 42,30% de famílias constituídas de 03 à 04 dependentes.

Considerando a questão do grau de escolaridade, 105 dos catadores cadastrados nas 04 associações de Cruz Alta possuem ensino fundamental incompleto o que corresponde a 80,77% do total destes. Fator este que não os impede de recolher matérias recicláveis e comercializá-los para obter renda, mas dificulta o acesso às vagas de emprego do mercado formal de trabalho. Mesmo com baixo nível de escolaridade o manuseio dos mecanismos de controles internos nas associações é administrado pelos catadores atendendo às demandas cotidianas de preenchimento e administração de tais documentos.

Ao ingressar nas associações, 56 associados apresentavam renda familiar entre zero e R\$200,00. Este dado revela que 43,07% dos catadores possuem renda familiar em torno de $\frac{1}{4}$ (R\$181,00) do salário mínimo nacional de R\$ 724,00, sendo que nesta renda declarada considera-se o percebido através do Programa Bolsa Família, que é um programa de transferência direta de renda, contribuindo para que 89 associados possuam este benefício, sendo que dos 130 associados, 19 são enquadráveis e 22 não se enquadram no programa.

Observa-se a predominância de mulheres associadas em função de que os homens estão envolvidos em outras atividades, a construção civil e o trabalho rural que ainda absorvem bastante mão de obra masculina. Como uma das formas de contribuir com o sustento da família de uma forma mais rápida rentável e com horários mais



flexíveis foi o trabalho com a catação de materiais recicláveis e com a criação das associações surgiu a oportunidade na melhoria da renda em função de beneficiarem o material e agregar valor a estes.

Obteve-se o conhecimento através deste diagnóstico o fato de que não existe um número mais expressivo de catadores desenvolvendo suas atividades nos galpões de triagem pelo fato de que estes locais, por estarem organizados, apresentam regras para que ocorra seu pleno funcionamento. Em função disto alguns catadores preferem desenvolver suas atividades individualmente, por não se adaptarem tanto a um trabalho formalizado como ao trabalho coletivo. Considera-se também a questão da imediatividade do retorno financeiro, pois atualmente as associações vendem o material quando se alcança um número x de peso. Desta forma, necessita-se de tempo necessário para que acumule o material a ser vendido, o que impede que alguns catadores se adaptem a esta metodologia de trabalho.

MUNICÍPIO DE TUPANCIRETÃ

Dados Demográficos

O município de Tupanciretã está localizado na mesorregião Centro-Ocidental Rio-Grandense a 389 km da Capital do Rio Grande do Sul, denominada de planalto médio. A população total de habitantes segundo dados do IBGE/2013 é de 23.314 mil habitantes em uma área de 2.251.8604m², caracterizando o município como município de pequeno porte 2 (população de 20.001 até 50.000 habitantes). Destes 23.000 mil habitantes, 11.417 são mulheres e 10.864 são homens. Conforme fonte IBGE o PIB per capita do município em 2011 foi igual 28. 802,61 tendo o IDH em 2010 de 0,709.

Gestão dos Resíduos no município

Em relação à gestão dos Resíduos no município, obteve-se a informação com representantes da gestão municipal, que havia um lixão a céu aberto onde eram depositados todos os resíduos, local este identificado como Abacatu. O lixão foi interditado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM. A partir deste fechamento terceirizou-se a captação a uma empresa que realiza a coleta dos resíduos



domiciliares e comerciais, e os encaminha à cidade de Santa Maria onde se localiza um aterro sanitário ambientalmente correto.

O município de Tupanciretã obteve como resultado da coleta de resíduos do município, encaminhados para o aterro, a quantidade de 1.900.000 no período de competência de fevereiro de 2013 a dezembro de 2013. Segundo a administração atual, não existem dados registrados quanto à quantificação de material que era recolhido e depositado no lixão. Não houve, no período de 2013, um levantamento de quantidade de resíduos médios por habitante. Este processo está previsto para realizar-se a partir do ano de 2014. O município tem um projeto a ser implantado que prevê a gestão dos resíduos num todo, desde a coleta seletiva de materiais recicláveis até a gestão de demais resíduos que a população produz. O projeto contará também com educação ambiental para população, mas não se obteve o contato com os responsáveis por este projeto, apenas o relato de que ele está em fase de ajustes e que será implantado após aprovação na câmara desta cidade.

Observou-se que nas avenidas centrais da cidade estão colocadas umas bombonas plásticas com indicação de ser um recipiente para coletar resíduos comerciais e domésticos. Os resíduos são depositados nestes locais, mas são coletados pela empresa que coleta os resíduos de uma forma geral.

Organização dos grupos de catadores

No município de Tupanciretã ainda não está formalizado legalmente os grupos de catadores. Mas se identificaram dois grupos de catadores, os catadores que coletavam materiais recicláveis no lixão que foi desativado, os “catadores do Abacatu”, e os catadores que coletam os materiais recicláveis nos resíduos domiciliares e comerciais, denominados por eles mesmos de “catadores da cidade”.

Os que se identificam como Catadores do Abacatu coletavam os materiais no lixo depositado naquele local. Entre eles houve um princípio de organização de um espaço de triagem naquele local. Atualmente existe a ruína de um prédio e nele uma prensa faltando peças. Nem a gestão nem os catadores souberam dar informações



precisas de como aquele local havia sido pensado e qual órgão havia construído o prédio e como seria a gestão. Com a interdição do local pela FEPAM, os catadores passaram a receber auxílio do poder público através do benefício eventual de uma cesta básica. Alguns catadores utilizam bicicletas engatadas em um “carrinho” para realizarem a coleta dos materiais. O gestor municipal comprometeu-se em providenciar, o que já está em processo de organização, a cedência de um prédio para a instalação da associação de catadores.

Dados socioeconômicos dos catadores

Identificaram-se como catadores no município de Tupanciretã 32 pessoas que ainda utilizam-se da catação nas ruas. Dos 32 cadastros realizados no município de Tupanciretã, obteve-se os seguintes resultados coletados que perfazem o perfil dos catadores deste município. Destes 32 cadastrados, apenas 06 identificaram-se no cadastro do Cad. Único como catadores. Além destes 06 existe no levantamento do Cad. Único mais 18 pessoas que identificaram sua ocupação como catadores, mas estes não aderiram ao chamamento realizado.

Dos 32 catadores cadastrados, 16 são mulheres resultando assim em 50% do total de associados, estas com idade média entre 30 e 39 anos, perfazendo 31,25% da cor branca. As demais aparecem entre pardas, indígenas, amarelas, pretas e aquelas que não informaram, pois a questão da cor/raça é autodeclaratória. Quanto aos homens, estes somam um total de 16, representando 50% da amostra. A idade média destes está na faixa etária de 30 á 39 anos, representando assim 43,75% do total de cadastrados, tendo a cor branca predominante entre estes.

Entre estes 32 catadores 16 deles declaram-se solteiros, totalizando 50% no geral, isto significa que nunca formalizaram qualquer tipo de união. Como dependentes, considerou-se todos aqueles que coabitam com o cadastrado e, dentre estes, a idade predominante é de 11 e 15, equivalendo um total de 75% do total de dependentes.

Considerando a questão do grau de escolaridade, dos 32 catadores cadastrados em Tupanciretã, 65,63% deles não possuem ensino fundamental



completo. Fator este que não os impede de recolher matérias recicláveis e comercializá-los para obter renda, mas dificulta o acesso às vagas de emprego do mercado formal de trabalho. Mesmo com baixo nível de escolaridade, o manuseio dos mecanismos de controles internos será administrado, na futura associação, pelos catadores atendendo às demandas cotidianas de preenchimento e administração de tais documentos.

Mesmo sem comprovação documental, os catadores declaram que a renda familiar é de zero até R\$ 1.000,00, mas com a compilação dos dados obtidos através dos cadastros visualizou-se que a renda destes se expressa de R\$ 200,00 a R\$ 400,00. Nesta renda declarada, considera-se juntamente o valor percebido pelo Programa Bolsa Família.

Observa-se que neste município a predominância de gênero é do sexo feminino, mas no trabalho executado pelos 32 catadores cadastrados estão em equilíbrio, pois 50% dos cadastrados são homens e 50% são mulheres. Obteve-se o conhecimento através dos cadastros e informações verbais que estas pessoas passaram a trabalhar como catadores em função da ausência de alternativas, relacionadas à economia local, baseada na agricultura, ou seja, no agronegócio. Sendo assim, a catação apresenta-se como uma alternativa de aquisição de renda e inclusão dos indivíduos no trabalho, mesmo que seja até então informalmente.

JÚLIO DE CASTILHOS

Dados demográficos

A cidade de Júlio de Castilhos tem sua fundação em 14 de julho de 1891. Está localizada na Região Central do estado do Rio Grande do Sul. A população estimada em 2013 era de 20.097 habitantes. Possui uma área territorial de 1.929,381 km², tendo uma densidade demográfica de 10,15 hab. /km², à distância da capital do estado é de 344 km. Júlio de Castilhos possui uma infraestrutura em constante crescimento, devido ao aquecimento da economia castilhense nos últimos anos, assegurada pelo binômio Trigo/Soja. Embora tenha um IDH relativamente alto, a cidade acumula bolsões de



pobreza em algumas áreas, sobretudo nas zonas rurais, onde não há um sistema de saúde e educação de qualidade.

O saneamento básico da cidade encontra diversos problemas, principalmente nas vilas, onde não há uma vigilância em relação aos problemas. A cidade ocupa o 3º lugar na produção de soja no Estado do Rio Grande do Sul. A principal economia do município é a agricultura e a pecuária.

Gestão dos Resíduos no município

Os resíduos sólidos domésticos, produzidos no município de Júlio de Castilhos desde o ano de 2010, são depositados na cidade de Santa Maria, no aterro sanitário CTR/REVITA, através de contrato de prestação de serviços. Atualmente, o município é atendido na sua maioria pelo serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos e resíduos de saúde. Para o aprimoramento do serviço, existe a intenção de se estabelecer um sistema de coleta seletiva para os resíduos sólidos urbanos.

No que diz respeito à coleta dos resíduos sólidos, foram elaborados dados a partir do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) do Ministério da Saúde. A produção de lixo é estimada em 280 toneladas ano. O levantamento elaborado apontou os seguintes dados: 83,47% dos domicílios possuem coleta de lixo; 0,34% dos domicílios possuem lixo a céu aberto; 16,19% dos domicílios têm o seu lixo queimado ou enterrado.

Organização dos grupos de catadores

O município de Júlio de Castilhos conta com 04 grupos de catadores divididos em: ACASMAR com 10 catadores, estes estão organizados em forma de cooperativa e a coleta é realizada pelos próprios catadores que contam com equipamentos e um trator para o recolhimento dos materiais em toda a cidade. ACSMR foi formada por 03 catadores que faziam parte da ACASMAR, por não terem local para realizarem o trabalho com a reciclagem, o grupo improvisou uma barraca de lona por 03 anos, com ajuda do poder público que passou a disponibilizar 4.000.00 reais por ano. Com este recurso adquiriram o local e a compra de uma prensa, onde começaram a fazer o



beneficiamento dos materiais e enfardar. Hoje este grupo conta com 02 pessoas e não mostra interesse em trabalhar com um grupo maior.

A AMARCA foi constituída por um grupo de 06 mulheres que faziam parte da ACASMAR. Não contentes com o trabalho e a baixa renda organizaram a associação em um espaço cedido por um familiar, onde não tem estrutura adequada para realizarem o trabalho com a reciclagem. O poder público municipal disponibiliza ajuda de R\$ 4.000.00 por ano, e com esse benefício adquiriram uma prensa para fazer o enfardamento dos materiais. Hoje este grupo é constituído somente por mulheres.

Os catadores individuais somam um total de 26, estes coletam os materiais em carrinhos e vendem para o atravessador. Muitos não fazem parte de um grupo por opção, outros por falta de alternativas em se inserirem nos grupos já existentes.

Dados socioeconômicos dos catadores

Os catadores cadastrados no município desenvolvem as atividades de catação nas ruas, em residências e estabelecimentos comerciais, onde buscam parcerias para as doações.

No município de Júlio de Castilhos os resultados coletados através dos 10 cadastros realizados para ingresso nas associações, o que chamamos de Cadastro de Associados, criando assim o perfil dos catadores deste município. Destes 10 associados consta que a Associação é composta na sua totalidade por 06 mulheres e 04 homens, resultando assim em 60% de mulheres e 40% de homens. A idade média dos associados é de 41 anos. Observa-se que a referida associação possui 09 integrantes da cor branca e 01 da cor negra, sendo um percentual de 90% da cor branca e 10% da negra.

Quanto ao estado civil, a associação é composta por 50% dos participantes solteiros, 30% casados e outros 20% possuem outros tipos de estado civil. Em relação ao número de dependentes, a média é de 01 filho por associado.

Considerando a questão do grau de escolaridade, 09 dos catadores cadastrados possuem ensino fundamental incompleto o que corresponde a 90% do total e 10% com ensino médio incompleto. Fator este que não os impede de recolher



matérias recicláveis e comercializá-los para obter renda, mas influencia significativamente para o ingresso no mercado formal de trabalho.

Ao ingressar na associação os 10 associados apresentavam renda familiar entre zero e R\$ 200,00, sendo que nesta renda declarada está a Bolsa Família que é um programa de transferência direta de renda.

A predominância de mulheres associadas deve-se ao fato de que os homens estão envolvidos em outras atividades como a construção civil e o trabalho rural. Estes trabalhos ainda absorvem grande parte da mão de obra masculina no município. As mulheres contribuem com o sustento da família através da catação de materiais recicláveis e a associação oportuniza a melhoria de renda devido ao beneficiamento do material, agregando valor a estes. As mulheres aparecem em predominância neste município também na reciclagem.

Após este diagnóstico observa-se que não existe número mais expressivo de catadores desenvolvendo suas atividades no galpão de triagem, pelo fato de que este local por estar organizado, apresenta regras para que ocorra o seu pleno funcionamento. Em função disso alguns catadores preferem desenvolver suas atividades individualmente por não se adaptarem tanto a um trabalho formalizado quanto a um trabalho coletivo e também há a imediatividade financeira, pois a associação vende o material quando alcança grande quantidade de material e peso, sendo assim alguns catadores não se adaptam a esta forma de trabalho.

SALTO DO JACUÍ

Dados demográficos

O município de Salto do Jacuí tem sua fundação em 12 de maio de 1982. A economia baseia-se na agropecuária (soja, milho, trigo e criação de gado), na mineração (extração de pedras preciosas) e geração de energia elétrica (Usina Hidrelétrica Leonel Brizola e Usina Passo Real). A extração da ágata está em declínio, mas Salto do Jacuí ainda é o maior produtor brasileiro. Sua população em 2013 foi estimada 12.360 habitantes, sendo 5.878 homens e 6.002 mulheres. A população residente alfabetizada soma 10.019. A área da unidade territorial é 507,423 km², a



densidade demográfica é de 23,41 haqkm², o PIB per capita é de R\$ 18.485 e o índice de Desenvolvimento Humano Municipal – 2010 (IDHM) 0,68.

Gestão dos Resíduos no município

No que diz respeito à gestão dos resíduos sólidos o município ainda não possui coleta seletiva. Sendo assim todos os resíduos são coletados por uma empresa terceirizada onde os resíduos são enviados para Minas do Leão. São coletadas, aproximadamente, 150 toneladas de resíduos por mês o que resulta em 1800 toneladas por ano, gerando um custo aproximado de R\$ 35.000,00 ao mês para o município. Todo o material coletado pela empresa antes de ter sua destinação final era encaminhado para a área de transbordo (ponto de destinação intermediária dos resíduos coletados na cidade), local onde alguns catadores realizavam suas atividades de triagem. Devido à degradação do local e às más condições de trabalho a qual estavam submetidos os catadores, o local foi interditado temporariamente para serem realizadas as adequações necessárias.

Organização dos grupos de catadores

A organização dos catadores no município iniciou, aproximadamente, no ano de 2006. O grupo desenvolvia suas atividades de trabalho no local onde funcionava a área de transbordo do município, onde realizavam a triagem e o beneficiamento do material através da confecção de fardos utilizando equipamentos disponíveis como a prensa. Esse grupo de catadores não estava formalizado enquanto associação, apenas tinham cedência do município para trabalharem no local.

No ano de 2011 foi aprovado, pela Secretaria Nacional de Economia Solidária/ Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/TEM, o Projeto Profissão Catador. Constitui-se de uma proposta intermunicipal de organização dos trabalhadores com resíduos sólidos, com o objetivo de construir alternativas coletivas no âmbito regional para organização dos catadores de alguns municípios dentre eles está o município do Salto do Jacuí, através da criação e fortalecimento de associações para coleta, separação, armazenamento e comercialização de materiais recicláveis.



Em parceria com o Poder Público, a UNICRUZ, através dos projetos voltados à inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis da região, vem desempenhando seu papel de desenvolvimento da cidadania.

Dados socioeconômicos dos catadores

Através dos cadastros realizados obtivemos o número de 20 catadores, sendo 12 do sexo feminino o que nos dá um percentual de 60% e 08 do sexo masculino que dá um percentual de 40%. A maioria com idade entre 18-29 e o restante com idade entre 30-59. Dos 20 catadores 05 consideram-se da cor branca, 05 da cor parda, 05 da cor preta e os outros 05, consideram-se indígena, constituindo um percentual de 25% de cada raça.

O estado civil predominante entre os 20 entrevistados é solteiro, sendo 60% do grupo (12 catadores), 25% são casados e 15% consideram viver uma união estável (3 catadores). O nível de escolaridade que predomina entre os 20 entrevistados é o Ensino Fundamental incompleto, totalizando 60%, 12 dos entrevistados. 10% deles concluiu o ensino Fundamental, 02 associados. 05% possui ensino médio incompleto, 01 associado. Os demais catadores entrevistados, 15%, não responderam o grau de escolaridade. E 01 catador não alfabetizado, totalizando 5%.

A composição familiar dos 20 entrevistados configura-se entre 4 e 6 pessoas por família, 30%, tendo uma renda mensal estimada em R\$ 0,00 e R\$ 400,00, conforme informações dos próprios catadores.

Após compilação dos dados observamos que o trabalho com materiais recicláveis torna-se uma alternativa de geração de renda diante a realidade social e econômica do município e da dificuldade da inserção no mercado de trabalho formal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste trabalho observou-se a importância da atuação de uma equipe multidisciplinar, visto que para realizar o diagnóstico cada um dos profissionais teve suma importância no resultado obtido. Cada profissional trabalhando simultaneamente,



mas com um objetivo em comum complementou a ação dos demais profissionais envolvidos no processo de determinado trabalho.

Certificou-se a importância de recorrer a determinadas ferramentas de atuação, como o diagnóstico através do qual se obteve uma leitura da realidade dos municípios, tornando possível estabelecer o desdobramento de múltiplas e variadas ações a serem desenvolvidas com os grupos, participantes do projeto Profissão Catador. Desta forma, o diagnóstico realizado não se constitui no fim de um processo, mas em um ponto de partida para novas ações a serem desenvolvidas com os grupos participantes do projeto.

Com a construção de um novo conhecimento a partir da leitura de uma realidade e com a crítica a esta realidade é possível ser criativo e assim subsidiar estratégias para que se alcance um novo conhecimento. Pois a realidade não é estanque, não se obtém apenas o final de um processo, mas conquista-se novo objeto e assim um novo planejamento e o processo se constitui novamente em um novo conhecimento e uma realidade a ser explorada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Myrian Veras. **Planejamento:** introdução à metodologia do planejamento social. 4ª ed. São Paulo: Moraes, 1981.

CRUZ ALTA. Disponível: http://www.cruzaltaonline.com.br/?pg=desc_noticia&id=6025&cat=11&nome=Cruz%20Alta%20produz%20em%20m%C3%A9dia%204%20toneladas%20de%20lixo%20por%20dia Acessado em: jun 2014.

DEEP ASK. Disponível: <https://www.deepask.com/goes?page=tupancireta/RS-Confira-a-coleta-de-lixo-no-seu-municipio---lixo-coletado-a-ceu-aberto-queimado-ou-enterrado>. Acessado em: Jun 2014

SALTO DO JACUÍ. **Enciclopédia Livre (wikipédia)**. Disponível: http://pt.wikipedia.org/wiki/Salto_do_Jacu%C3%AD. Acessado em: jun 2014.

FEE. **Fundação de Economia e Estatística**. Disponível: <http://www.fee.tche.br> Acessado em: jun 2014.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acessado em: jun. 2014.

UNICRUZ. **Projeto Profissão Catador:** entre o viver e o sobreviver do lixo. (2010).

MDS. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).** Disponível: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>> Acessado em: jun 2014.

PORTELLA, Vinícios, et. All. **Modelando o “tamanho” do lixo.** Disponível: <http://w3.ufsm.br/ceem/eiemat/Anais/arquivos/CC/CC_Portella_Thiago_Vinicius.pdf>. Acessado em: jun 2014.

JÚLIO DE CASTILHOS. **Portal da Prefeitura Municipal de Julio de Castilhos – RS.** Disponível: <<http://www.juliodecastilhos.rs.gov.br>> Acessado em: jun 2014.

PORTELLA, Thiago Vinícios; NETO, Nestor Oliveira; MANFIO, Carine Girardi. **SIGNIFICADOS**, Disponível: <<http://www.significados.com.br>> Acessado em: março 2015.

SILVA, Maria Lúcia Santos da (organizadora) PRAXIS. Cadernos 3. **A prática do Serviço Social.** Editora Cortez.

SOUSA, Charles Toniolo de. **A prática do assistente social:** conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. **Emancipação**, Ponta Grossa, 2008.



SIMPLIFICAÇÃO DA LINGUAGEM JURÍDICA EM RESPEITO AOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

KEITEL, Ana Luisa Moser¹; SOUZA, Antonio Escandiel de²
ALVES, Carla Rosane da Silva Tavares³; PIAS, Fagner Cuozzo⁴

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais do projeto de pesquisa intitulado “A simplificação da linguagem jurídica: um estudo sobre a visão da comunidade acadêmica da Universidade de Cruz Alta”, o qual conta com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS). Esta pesquisa, de cunho bibliográfico possui caráter investigativo com a finalidade de estabelecer um paralelo entre a linguagem jurídica, como uma barreira de acesso à justiça, contraposta aos direitos e garantias individuais e coletivos constantes na Constituição Federal de 1988. A linguagem, meio de comunicação e interação de indivíduos, tem como objetivo transmitir uma mensagem e garantir que o seu receptor a receba, tornando a comunicação eficaz. Quando o receptor não compreende a comunicação, esta se torna falha. Há, em contrapartida, estudiosos sobre o tema que tem entendimento contrário, ou seja, de que a linguagem pode servir para não comunicar, onde somente pessoas com entendimento técnico conseguem compreender. É o que acontece na linguagem jurídica entre cliente e advogado. Os textos produzidos pelos operadores jurídicos, na sua maioria, são munidos de termos técnicos de difícil entendimento para os leigos que, na condição de clientes, tem uma bagagem social, econômica e cultural diferenciada, sendo os maiores interessados no acompanhamento processual. Ademais, o acesso à justiça constitui direito fundamental assegurado constitucionalmente no artigo 5º, XXXV. Tornando-se necessária a simplificação da linguagem jurídica utilizada para que a comunicação entre parte e advogado torne-se eficaz e seja possível evitar lesividade aos direitos e garantias individuais. Percebeu-se, por meio dos resultados parciais

¹ Acadêmica do 5º Período do Curso de Direito da UNICRUZ. Bolsista do Projeto de Pesquisa apoiado pelo PROBIC/FAPERGS.. E-mail: analuisakeitel@hotmail.com

² Doutor em Linguística Aplicada (UFRGS). Docente coordenador Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado - da Universidade de Cruz Alta. Coordenador do Projeto e Líder do Grupo de Estudos Linguísticos (GEL/UNICRUZ). E-mail: asouza@unicruz.edu.br.

³ Doutora em Literatura Comparada (UFRGS). Docente coordenadora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social – Mestrado - da Universidade de Cruz Alta; Pesquisadora vice-líder do GEL-UNICRUZ e colaboradora do Projeto. E-mail: [<ctavares@unicruz.edu.br>](mailto:ctavares@unicruz.edu.br)

⁴ Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social (UNICRUZ). Integrante do GPJUR da UNICRUZ. Advogado. E-mail: fagner_pias@hotmail.com



obtidos neste estudo, que para se alcançar a simplificação, é necessária a conscientização da existência da problemática e da necessidade de resolvê-la.

PALAVRAS-CHAVE: Linguagem. Jurídica. Acesso. Justiça. Simplificação.

ABSTRACT

This article is part of the research project entitled "The simplification of legal language: a study on the view of the academic community of the University of Cruz Alta", which has the support of the Foundation for the Rio Grande do Sul Research (FAPERGS). This bibliographic nature of research has investigative character in order to establish a parallel between the legal language as a barrier to access to justice, opposed to the rights and individual and collective guarantees contained in the 1988 Federal Constitution Language, means of communication and interaction of individuals, aims to convey a message and ensure that your receiver to receive, making effective communication. When the receiver does not understand the communication, this becomes failure. There are, however, scholars on the topic that has opposing view, namely, that language can serve to not communicate, where only people with technical understanding can understand. This is the case in legal language between client and lawyer. The texts produced by lawyers, mostly, are provided with technical terms difficult to understand for the layman that the customer condition has a social luggage, economic and cultural differentiated, being the most interested in procedural monitoring. In addition, access to justice is a fundamental right guaranteed constitutionally in Article 5, XXXV. Making it necessary to simplify the legal language used for communication between lawyer and part will become effective and be able to avoid harmfulness individual rights and guarantees. It was noticed, through the partial results obtained in this study, that achieving simplification, awareness of the existence of the problem is necessary and the need to solve it.

KEYWORDS: Language. Legal . Access. Justice. Simplification.

INTRODUÇÃO

A comunicação tem como finalidade a interação entre pessoas, tendo como participantes o emissor, que emite a mensagem, o receptor, que recebe e compreende a mensagem, e o código utilizado para que ambos compreendam, tornando eficaz a comunicação. O código utilizado na comunicação é a linguagem, a qual tem de ser clara e objetiva para que seja possível alcançar plena compreensão.



O entendimento dominante é no sentido de que há uma falha na comunicação tanto nos textos como na linguagem utilizada pelos operadores jurídicos, oriunda dos termos técnicos utilizados, o que dificulta e por vezes impossibilita a compreensão desta, acarretando em uma barreira de acesso à justiça, ferindo os direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988.

Em contrapartida, há entendimentos contrários, ou seja, de que a linguagem pode servir para não comunicar, onde, repleta de termos técnicos, acaba criando um código, cuja compreensão somente pode ser alcançada por aqueles que dispõe de um linguajar técnico para tal. O universo jurídico atual encontra-se marcado pela descrença e incompreensão da sociedade no que diz respeito à justiça. Isso ocorre muitas vezes pela falta de entendimento da linguagem utilizada pelos operadores jurídicos, formada por termos técnicos de difícil compreensão para os leigos, que na condição de clientes, tem uma bagagem social, econômica e cultural totalmente diferenciada, portanto para que seja possível a simplificação faz-se necessário, primeiramente, a conscientização da problemática existente e da necessidade de resolvê-la.

Dependendo da forma como a linguagem jurídica é utilizada, pode afastar o operador jurídico da sociedade que faz uso da justiça. Embora o acesso à justiça seja direito constitucional de todos, a linguagem utilizada nos textos jurídicos tem se tornado uma barreira de acesso à justiça.

Diante desta problemática, surge a necessidade de simplificação da linguagem jurídica, ou seja, a simplificação do “juridiquês”, uma vez que para que seja alcançada a compreensão dos textos e da linguagem jurídica nele utilizada, a sociedade necessita de um advogado que, além de atuar, tenha a capacidade de traduzir a linguagem utilizada.

Nesse sentido, decidiu-se realizar este Projeto de Pesquisa intitulado “A Simplificação da Linguagem Jurídica: um estudo sobre a visão da comunidade acadêmica da Universidade de Cruz Alta”, na tentativa, além de fomentar a reflexão sobre o tema, identificar a visão da comunidade acadêmica sobre a simplificação da linguagem jurídica como forma de democratizar o acesso ao Direito/Justiça.



A linguagem que democratiza o conhecimento do Direito e aproxima os sujeitos das estruturas e mecanismos de realização da Justiça provoca necessidade de reflexão sobre a relevância da linguagem jurídica acessível e inteligível entre os atores sociais. Tem-se como objetivo principal, portanto, demonstrar a necessidade da simplificação da linguagem jurídica, bem como estabelecer um paralelo entre a linguagem jurídica como uma barreira de acesso à justiça contraposta aos direitos e garantias individuais e coletivos constantes na Constituição Federal de 1988.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para o levantamento de dados deu-se por meio de pesquisa de cunho bibliográfico com caráter investigativo, almejando, em suma, alcançar os resultados pretendidos e, para tanto, como instrumentos de coleta dos dados utilizaram-se questionários com perguntas abertas, através das quais os respondentes tiveram a oportunidade de relatar seus posicionamentos sobre a simplificação da linguagem jurídica.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Segundo Lima, M. (2014), desde épocas remotas o homem percebeu a necessidade de compartilhar informações. Para tanto era necessário que fosse criado um código para o desenvolvimento da tão almejada comunicação. Hoje, sabemos que esse código é a linguagem e que usufruímos desta nos mais diversos atos de interação. A linguagem se manifesta através de línguas, cujo estudo é indispensável para a disseminação de qualquer cultura.

Conforme descreve Bezerra (1998) há várias visões de mundo em determinada formação social, que, uma vez apresentadas mediante discurso próprio, são em consonância com as classes sociais que representam nessa formação social. Sustenta



ainda o autor “a ideologia dominante é sempre a da classe social dominante”. (BEZERRA, 1998, p. 69)

Entretanto, como assevera Lima, R.(2014), no ramo do direito constituiu-se o chamado “juridiquês”, considerado como linguagem jurídica, que embora devesse facilitar a comunicação e o acesso à justiça, afasta os operadores do direito e os atores sociais, dada a impossibilidade de compreensão da linguagem rebuscada, constituindo assim uma barreira no acesso à justiça.

Quando definimos a linguagem como meio de comunicação, estamos apenas determinando uma das múltiplas funções que ela engloba. Essa noção é simplista porque não dá conta da complexidade de fatores que envolvem o uso da língua, que pode servir tanto para comunicar como para informar, mas há casos em que a linguagem se torna obscura em que não cumpre a sua função comunicativa. Na maneira de escrever dos meios jurídicos há todo um cuidado em moldar a linguagem e ornamentá-la de uma maneira tal que ela passa a ser um código, cuja compreensão está ao alcance apenas do pequeno grupo que faz parte do universo jurídico. (LIMA, R., 2010, p. 02)

Santana (2012) ressalta que a linguagem verbal judiciária encontra-se marcada pela ambiguidade, sendo marcada principalmente pela ambiguidade⁵ das leis, denotando que o advogado, sendo o primeiro intérprete da lei, possui liberdade para interpretar da forma mais benéfica ao seu cliente e ao emitir nova opinião, surgirão novas ambiguidades permitindo recursos à quem saiu prejudicado devido à essa interpretação.

A argumentação jurídica, em seus aspectos legitimadores, é simultaneamente uma instância reprodutora de valores e tuteladora do politicamente produto-desejante assim, esse aspecto do argumento jurídico atende a três níveis retóricos: por seu intermédio,

⁵ “Ambiguidade ou anfibologia é o nome dado, dentro da linguística na língua portuguesa, à duplicidade de sentidos, onde alguns termos, expressões, sentenças apresentam mais de uma acepção ou entendimento possível. Em outras palavras, ocorre quando, por falta de clareza, há duplicidade de sentido da frase. Apesar de ser um recurso aceitável dentro da linguagem poética ou literária, deve ser na maioria das vezes, evitado em construções textuais de caráter técnico, informativo, ou pragmático.” (SANTIAGO, <http://www.infoescola.com/portugues/ambiguidade/>)



justifica-se uma decisão, um sistema de crenças ideológicas e um conjunto molecular de práticas normalizadoras. (WARAT, 1995, p. 89)

Conforme elucida Lima, R. (2010), é pela linguagem que ocorre a manifestações de vontade, os pedidos e requerimentos por parte dos operadores do direito que transformam a situação fática apresentada pelos clientes em texto jurídico. Desta forma, além da ambiguidade apresentada pelas leis, as peças jurídicas são redigidas de forma que impossibilita a compreensão pelos leigos, acarretando na necessidade de “tradução” do “juridiquês” para que a compreensão seja alcançada.

O ato comunicativo jurídico não se faz, pois, apenas como linguagem enquanto língua (conjunto de probabilidade lingüísticas postas à disposição do usuário), mas também, e essencialmente, como discurso, assim entendido o pensamento organizado à luz das operações do raciocínio, muitas vezes com estruturas preestabelecidas. (LIMA, R., 2010, p. 04)

No que se refere aos processos de argumentação jurídica: nota-se a necessidade de apoiar as premissas entinemáticas nas formas axiológicas dominantes. Os argumentos apenas resultam persuasivos, entre os juristas, quando não contradizem a ideologia dominante e as condições jurídicas que a sustentam. Isto muitas vezes encontra-se encoberto pela própria teoria da argumentação, favorecendo, desta forma, o valor dos argumentos jurídicos como estratégias de normalização (WARAT, 1995, p. 88)

Consoante a posição de Lima M. (2014), diante do contexto, acredita-se que uma forma eficiente para diminuir a problemática da compreensão baseia-se na simplificação da linguagem jurídica, pois facilitará a compreensão do texto jurídico sem a retirada de termos técnicos. Dessa maneira, saber usar a linguagem é ter habilidade de se comunicar de maneira clara, concisa e objetiva, elitizando a linguagem jurídica.

A tradição de complicar a linguagem jurídica a fim de enriquecê-la é a principal característica do “juridiquês” consoante afirma Santana (2012) “O culto à forma e ao estilo levou à perda da substância humanística que tanto custaram às ciências



jurídicas”. Os estágios obrigatórios no curso de direito é o simples aprendizado do vocabulário jurídico utilizado nas peças processuais.

É possível observar que, no âmbito jurídico, a linguagem intrincada se solidifica no discurso, tomando dimensões cada vez maiores, uma vez que a própria instituição do Direito implica uma hierarquia entre quem sabe e quem não sabe (escrever), conforme disposições de Lima, M. (2014).

Conforme Carvalho (2006), sob uma nova perspectiva, que os operadores do direito, por terem consciência da importância de fazerem parte do mundo jurídico, propositalmente tornam complexa sua linguagem, com o fim de dificultar o acesso à leigos à justiça.

Nesse sentido, Schwirkowsky (2014) refere que a linguagem do direito existe para não ser compreendida. Ela está fora do círculo natural de compreensões linguísticas. Porém, na ordem natural de compreensão não basta que o profissional demonstre seu conhecimento adquirido ao longo dos anos, mas sim precisa, principalmente, se fazer entender pelos interlocutores.

Lima, R (2010) considera que o “juridiquês” se constituiu a partir da ideia de que falar bem é sinônimo de falar difícil. Diante desta concepção, aqueles que se expressam de forma rebuscada, são considerados mais cultos, mais inteligentes e dignos de maior respeito. Sendo assim, o vocabulário utilizado no meio jurídico afasta os maiores interessados no desfecho processual: as partes.

Desta forma, a comunicação torna-se falha. Assim como considera Lima, R. (2010), uma parcela da população torna-se alheia aos dizeres jurídicos. Sendo o destinatário o cidadão, há uma necessidade de adequá-la para o entendimento deste, pois assim que uma das partes não compreende, chega-se a conclusão de que a comunicação falhou.

Carvalho (2006), sob outro viés, trata a ideia de que linguagem é uma forma comunicação, uma ideia incompleta, uma vez que há casos em que a linguagem serve para não comunicar. A maneira complexa e repleta de termos técnicos constante nos textos jurídicos é uma delas. Preocupados em moldar a linguagem, de forma que



somente operadores do direito a compreendam, fazem da linguagem um código, cuja compreensão está ao alcance somente do pequeno grupo que faz parte do universo jurídico.

A simplificação da linguagem jurídica passa a ser um instrumento fundamental que proporciona o acesso à Justiça e contribui, tanto para a compreensão dos leigos, como para compreensão do funcionamento e da atuação do Poder Judiciário como um todo. Afinal, ninguém valoriza o que não entende (PISKE, 2006).

Para a linguagem jurídica deixar de ser uma barreira de acesso à justiça, é preciso, primeiramente, que esta seja vista como um problema a ser resolvido. Em contrapartida à necessidade de simplificação, há a resistência de alguns operadores jurídicos, uma vez que esta mudança acabaria modificando a vaidade historicamente construída ao longo dos anos que faz parte integrante nos textos jurídicos.

A conscientização da necessidade de simplificar a linguagem jurídica é necessária. Lima, R. (2010), afirma que a utilização de uma linguagem mais viva, clara e dinâmica não desrespeita as normas do direito como um todo, mas sim, facilita o acesso aos leigos ao que lhes é de direito. Sendo assim, ser prolixo no mundo atual é retroceder, é tornar ineficaz a comunicação, tanto oral, quanto escrita.

A entrega da prestação jurisdicional não pode deixar de transitar por um processo, previamente regrado com uma linguagem clara, sem margem à ambiguidade na interpretação. O devido processo legal é essencial para a legitimação da atividade judicial, mas esse processo deve ser caminho de realização da Justiça, não estorvo incompreensível e inaceitável. (PISKE, 2006)

Ao passo que se denota a importância da simplificação da linguagem jurídica, há que se fazer um paralelo com alguns dos direitos e garantias emanados pela Constituição Federal de 1988.

O Brasil, conforme artigo 1º da Constituição Federal é uma República Federativa, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito, tendo como um dos fundamentos, a cidadania.



A cidadania, conforme Moraes (2008) representa um *status* e apresenta-se simultaneamente como objeto e um direito fundamental das pessoas. Já o Estado Democrático de Direito, significa a exigência de reger-se por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais. O princípio democrático, adotado no parágrafo único, do artigo 1º da Constituição Federal, aduz que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Logo, no Estado Democrático de Direito a participação popular é fundamental, devendo o direito auxiliar a busca incessante pela democracia, preceito basilar de nosso País.

Noutro viés, o Poder Judiciário, como todos os poderes, tem a função de dizer o Direito, julgando demandas conformes os ditames estabelecidos pelas leis e pela Constituição Federal.

Isto porque, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, XXXV, garante o acesso a Justiça por todo e qualquer cidadão, desde que haja ameaça ou violação do direito, independente da vulnerabilidade econômica, assim estabelecendo:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Consoante Torres (2002), o acesso à justiça previsto no aludido artigo, pode ser chamado também de princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional ou princípio do direito de ação. Ou seja, interpretando-se a lei objetivamente, significa que todos têm acesso à justiça para postular tutela jurisdicional preventiva ou reparatória relativa a um direito.

Conforme Moraes (2008) o princípio da legalidade é basilar na existência do Estado de Direito, determinando a Constituição Federal sua garantia, sempre que houver violação do direito, mediante lesão ou ameaça. Aduz, ainda, que, dessa forma,



será chamado a intervir o Poder Judiciário, que, no exercício da jurisdição, deverá aplicar o direito ao caso concreto.

Menciona, também, que só por meio das espécies normativas devidamente elaboradas conforme as regras de processo legislativo constitucional podem-se criar obrigações para o indivíduo, pois é expressão da vontade geral.

Tem-se, portanto, que a Constituição Federal elenca inúmeros direitos ao povo, os quais devem, não apenas acessá-los, mas entendê-los, sendo que a linguagem jurídica deve, neste viés, estar em consonância com a intelectualidade do povo, a fim de que o direito constitucional não seja apenas um direito abstrato, passando à popularização dos preceitos basilares do Estado Democrático de Direito.

A linguagem jurídica deve ser vista como auxiliar na compreensão da lei e também como facilitadora da comunicação jurídica. Sytia (2002) argumenta que o ponto de vista de que a palavra, no contexto jurídico, deve ser empregada de forma clara e concisa, evitando-se sutilezas semânticas e dubiedades na interpretação e na aplicação das leis.

A Constituição ao elencar os direitos fundamentais da República Federativa do Brasil, concede inúmeros direitos que os agentes sociais são possuidores. Entretanto, não basta apenas à concessão dos direitos, há a necessidade da simplificação das normas jurídicas para, posteriormente, haver a compreensão efetiva dos direitos garantidos e consagrados na Constituição Federal e nas demais leis infraconstitucionais vigentes em nosso ordenamento jurídico.

Como resultados parciais do presente estudo, pode-se afirmar, após análise preliminar dos dados, que no geral alunos e professores do curso de direito da Universidade de Cruz Alta, têm a consciência da necessidade da simplificação da linguagem jurídica como forma de democratizar o acesso à justiça. Esse ponto de vista evidenciado pelos sujeitos da pesquisa, alunos e professores, vem ao encontro do objetivo maior do estudo, fomentar a discussão e reflexão no âmbito da comunidade acadêmica sobre o tema em questão.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo tem-se que, para que ocorra efetividade da comunicação, a linguagem utilizada pelo advogado, como o primeiro intérprete da lei, deve ser no sentido de facilitar a comunicação com o seu receptor, acessível a ambos, possibilitando assim que não se apresente nenhuma barreira de acesso à justiça.

Há, em correspondência, entendedores acerca do tema que tratam a linguagem, não somente como forma de comunicação entre interlocutores, mas também como forma de não comunicação, uma vez que os emissores se utilizam de uma linguagem tão técnica que acabam por transformar o texto em códigos, onde somente profissionais que fazem parte da mesma formação conseguem alcançar o pleno entendimento. Isto ocorre com os textos jurídicos, onde os operadores do direito não se preocupam em se fazer entender, mas somente em transformar o texto técnico, repleto de termos obscuros e ambíguos. De outro lado, encontram-se os que resistem à simplificação, pelo motivo de que a simplificação acabaria com a vaidade historicamente construída dos textos jurídicos.

Desta forma, denota-se que no âmbito jurídico há uma certa ineficácia no recebimento das mensagens por parte dos atores sociais, uma vez que a linguagem que tem sido utilizada pelos operadores jurídicos é complexa demais. Neste sentido, analisou-se que os operadores jurídicos utilizam-se da linguagem conhecida como “juridiquês” para tornar o texto mais rico, ou seja, demonstrar maior inteligência e bagagem cultural, o que acarreta na inteligibilidade dos textos jurídicos pelos maiores interessados: as partes.

Entendeu-se, por meio dos resultados parciais obtidos neste estudo, que para se alcançar a simplificação, é necessária a conscientização da existência da problemática. Trata-se de uma discussão que se estende há bastante tempo sem que, entretanto, essa desejável simplificação ocorra de fato.

Emerge ainda, a necessidade de mostrar que a linguagem, de modo geral, não necessariamente precisa ser complexa para ser rica, mas sim clara e objetiva, pois a



complexidade dos termos utilizados podem fomentar a ambiguidade e o entendimento diverso do esperado.

Não obstante, a utilização de uma linguagem mais viva, clara e dinâmica não faz com que se desrespeite as normas contidas no direito, mas sim, facilita o acesso aos leigos ao que lhes é de direito, tornando assim mais eficaz a comunicação, tanto oral, quanto escrita.

A busca pela simplificação da linguagem jurídica permite a garantia do cidadão aos direitos e garantias emanados pela Constituição Federal de 1988, nos termos do que prevê o artigo 5º, XXXV da Constituição Federal de 1988, que garante o acesso a Justiça por todo e qualquer cidadão.

A linguagem jurídica deve estar em consonância com a intelectualidade do povo, a fim de que o direito constitucional não seja apenas um direito abstrato, passando à popularização dos preceitos basilares do Estado Democrático de Direito, permitindo que a linguagem jurídica utilizada pelos operadores do Direito auxilie na compreensão da lei como instrumento facilitador da comunicação jurídica entre os atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, José de Ribamar Mendes. **Análise do discurso: Uma Linguagem do Poder Judiciário**. Curitiba: HD livros, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, Adilson de. **Linguagem jurídica** - Uma porta (fechada) para o acesso à justiça. Jus Brasil: 2006. Disponível em: <<http://jf-ms.jusbrasil.com.br/noticias/140750/linguagem-juridica-uma-porta-fechada-para-o-acesso-a-justica>> Acesso em 22 de março de 2015.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. **Direito e Marxismo**. [recurso eletrônico] Economia Globalizada, modernização popular e políticas públicas. Vol. 2. Caxias do Sul – RS, EDUCS, 2014. Disponível em http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Direito_e_marxismo_Vol2_2.pdf acessado em 09 de março de 2015.



LIMA, Raimundo Ferreira de. **A simplificação da linguagem jurídica como forma de possibilitar um maior e melhor acesso à justiça pelos cidadãos de baixa instrução.** Revista Jurídica Orbis. 2010. Disponível em <<http://cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/view/44/44>> acessado em 09 de março de 2015.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 23ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SYTIA, Celestina Vitória Moraes. **O Direito e suas Instâncias Linguísticas.** Porto Alegre: Sérgio Fabris, 2002.

PASSARELLI, Luciano Lopes. **Hermenêutica Pós-giro Linguístico.** Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2213, 23 jul. 2009. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/13198/hermeneutica-pos-giro-linguistico>>. Acesso em 14 de março de 2015.

PISKE, Oriana. **Simplificação da linguagem jurídica.** Tribunal de Justiça do Distrito Federal e de todos os territórios. Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2006/simplificacao-da-linguagem-juridica-juiza-oriana-piske>> acessado em 12 de março de 2015.

SANTANA, Samene Batista Pereira. **A Linguagem Jurídica Como Obstáculo ao Acesso à Justiça:** uma análise sobre o que é o Direito engajado na dialética social e a consequente desrazão de utilizar a linguagem jurídica como barreira entre a sociedade e o Direito/Justiça. Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 105, out. 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12316&revista_caderno=24>. Acesso em: 14 de março de 2015.

SANTIAGO, Emerson. **Ambiguidade.** Info Escola. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/portugues/ambiguidade/>> acessado em: 22 de março de 2015.

SCHWIRKOWSKY, Vanessa. **Linguagem x Jurídiquês.** Jus Navigandi: 2014. Disponível em < <http://jus.com.br/artigos/28441/linguagem-x-juridiques>> acessado em 22 de março de 2015.



TORRES, Ana Flávia Melo. **Acesso à Justiça**. Âmbito Jurídico. Rio Grande. 2002.
Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4592> Acessado em 21 de março de 2015.

WARAT, Luis Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2ª Ed. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1995.



UM PANORAMA HISTÓRICO ACERCA DA INCLUSÃO RACIAL NO CENÁRIO JURÍDICO BRASILEIRO

KEITEL, Andréia Moser¹; PIAS, Fagner Cuozzo²; KEITEL, Ana Luisa Moser³; SCHMID, Josiane Cheila⁴; RUAS, Kelly Fighera⁵;

RESUMO

O presente trabalho faz parte da pesquisa que está sendo realizada no Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, do Curso de Direito, tendo como objetivo estabelecer um paralelo entre a discriminação étnico-racial encontrada no país e a legislação vigente atinente ao assunto, tendo como método a pesquisa bibliográfica e virtual, onde é encontrado um grande número de informações pertinentes ao tema. Para combater a segregação, foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro leis criando ações afirmativas de inclusão social, objetivando o desencadeamento de um processo de erradicação dessas desigualdades. Nos maiores avanços encontrados estão a criação da Resolução nº 1/2012, lei 10.639/03, lei de Cotas 12.990/2014, que vieram para abrandar um pouco a disparidade que existe entre negros e brancos no Brasil. Os negros têm enfrentado constantemente dificuldades na busca por seu espaço perante a sociedade, lutando contra a desigualdade social existente e pelos seus direitos, tentando de forma incansável que o princípio constitucional que preceitua que todos são iguais perante a lei, seja cumprido conforme dispõe a Constituição Federal/88.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação. Política de Cotas. Racismo.

¹ Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Pós-Graduada em Ciência Política pela Universidade de Cruz Alta. Graduada em Direito pela Universidade de Cruz Alta. Advogada. Docente do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Coordenadora do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Coordenadora do projeto PIBIC, intitulado “As questões étnico-raciais sob a perspectiva da resolução nº 01 de 2012: Um estudo acerca da discriminação étnico-racial e da legislação como forma de assegurar o respeito às diferenças sociais e às diversidades”. E-mail: akeitel@unicruz.edu.br

² Mestrando em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, pela Universidade de Cruz Alta. Pós-Graduado em Direito Civil e Processual Civil, pela Universidade de Cruz Alta. Pós-Graduado em Direito Previdenciário pela Universidade de Ananguera-LFG. Graduado em Direito, pela Universidade de Cruz Alta Integrante do Grupo de Pesquisa Jurídica em Cidadania, Democracia e Direitos Humanos – GPJUR, da Universidade de Cruz Alta. Advogado. Docente do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. E-mail: fagner_pias@hotmail.com

³ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Voluntária do projeto PIBIC. E-mail: analuisakeitel@hotmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Bolsista do projeto PIBIC. E-mail: josianecheila@yahoo.com.br

⁵ Acadêmica do Curso de Direito da Universidade de Cruz Alta. Voluntária do projeto PIBIC. E-mail: kfruas@gmail.com



ABSTRACT

This work is part of research being carried out in the Institutional Project Scientific Initiation Grant, the Law Course, aiming to establish a parallel between the ethnic-racial discrimination found in the country and the current legislation pertaining to the subject, with the method bibliographic and virtual research, which is found a large number of relevant information to the subject. To combat segregation, were introduced in the Brazilian legal system laws creating affirmative action for social inclusion, aiming to trigger a process of eradication of these inequalities. The greatest advances are found the creation of Resolution No. 1/2012, Law 10.639/03, Quota Law 12.990/2014, which came to slow down a little the disparity between blacks and whites in Brazil. Blacks have constantly struggled in the search for their space in society, fighting against social inequality and their rights, trying tirelessly that the constitutional principle that states that all are equal before the law, will be met as stipulated in the Constitution Federal/88.

KEYWORDS: Discrimination. Quota Policy. Racism.

INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se discute a respeito da desigualdade social existente no Brasil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, foi consolidado o princípio da dignidade humana, assegurando as garantias fundamentais, que determinam que todos são iguais perante a lei. Ainda dentre os maiores avanços encontrados na CF/88 destaca-se um dos objetivos fundamentais da República, que é o de “construir uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem de todos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, conforme descrito no art. 3º, inciso I e IV (BRASIL, 2014).

Dentre os fatores que contribuem para o alto grau de desigualdade que reflete sobre a condição do negro na atualidade, destaca-se a discriminação positiva de pessoas integrantes de grupos que estejam em situações desfavoráveis, bem como, as vítimas da discriminação e estigma social. Neste contexto, diversos fatores tem influenciado o afastamento dos negros na sociedade, posto que eles reconhecidamente compõe o segmento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais.

A estrutura das populações humanas é extremamente complexa, variando de uma região do mundo para outra, de um povo para outro. Assim, “se encontra uma infinidade de nuances originárias das constantes migrações no interior das fronteiras, e



para além destas, em todos os países, o que torna impossível a existência de limites classificatórios fixos” (ADESKY, 2001).

O objetivo dessa pesquisa é estudar a abrangência da Resolução nº 1/2012, a qual estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, bem como da Lei nº 10.639/03, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, além de outras disposições legais atinentes a matéria, a fim de proporcionar uma conscientização que possibilite um repensar na revisão dos valores que movem a sociedade como um todo, objetivando alcançar um processo de inserção do negro na sociedade, tendo em conta que o Brasil foi a última nação das Américas a ter abolido a escravidão, abolição esta que começou a ter efeito com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888.

O presente trabalho irá abordar ainda as ações afirmativas instituídas pelo Governo Federal, como forma reparatória e compensatória da histórica segregação racial no país, analisando inclusive a Lei de Cotas nº 12.990/2014, a qual reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

METODOLOGIA

Para buscar as informações necessárias para a composição do conhecimento que se alcançou através dos objetivos propostos, a metodologia foi desenvolvida por meio da pesquisa bibliográfica, de cunho exploratório e teórico, através de um enfoque histórico e crítico, tendo como instrumento de análise fundamentalmente os principais autores que trabalham com o tema explorado, os clássicos da área investigativa, bem como nos utilizamos de pesquisas virtuais, onde é encontrado um grande número de informações atinentes ao tema.

Assim, a metodologia empregada teve como objetivo mediato e imediato analisar, explicar e interpretar os fenômenos que são observados e levantados com o



uso das novas tecnologias digitais como instrumento para a transformação da participação popular nos governos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O termo “raça”, no Brasil, sempre deu muito o que falar, levantando discussões e polêmicas que perduram até os dias atuais. Como bem pontua Schwarcz (2001) antes mesmo de o *Brazil* ter virado Brasil, quando era ainda uma “América portuguesa”, em pleno século XVI, esse território já foi representado a partir de sua natureza e de seus nativos. Isto é, nas primeiras descrições das viagens dos exploradores, já havia uma forte tendência de qualificar os que aqui habitavam pela raça.

A descoberta de que os homens eram profundamente diferentes entre si sempre levou à criação de uma cartografia de termos e reações. Os romanos chamavam de “bárbaro” a todos aqueles que não fossem eles próprios. Ou seja, os inúmeros grupos que invadiam, naquele contexto, o frágil continente europeu e sobre os quais mal e mal se sabiam nomes ou procedências. O Ocidente cristão designou de pagão ao mundo todo que fugia a seu universo, como se fosse possível dividir os homens a partir de um único critério religioso. Da mesma maneira, a orgulhosa ciência, determinista e positiva de finais do século, classificou como “primitivos” aos povos que não eram ocidentais, sobretudo os estranhos povos da América. (SAMARA, 2001, p. 11-12)

Freyre (2013) afirma que se formou na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e mais tarde de negro na composição. Menciona ainda que a sociedade se desenvolveu defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política. Refere que, a indecisão étnica e cultural entre a Europa e a África parece ter sido sempre a mesma em Portugal como em outros trechos da Península.

O Português vinha encontrar na América, conforme Freyre (2013) uma terra de vida aparentemente fácil. Contudo, na verdade, difícilíssima para quem quisesse aqui organizar qualquer forma permanente ou adiantada de economia e de sociedade. O colonizador português no Brasil foi o primeiro entre os colonizadores modernos a



deslocar a base da colonização tropical da pura extração de riqueza mineral, vegetal ou animal para a criação local de riqueza, ainda que à custa do trabalho escravo.

Destarte, os povos do continente Americano, desconhecidos pelos Europeus, foram classificados como primitivos devido a sua “inferioridade” intelectual. Nas palavras de Schwarcz (2001), citando o pensamento de Corneille de Paw – *“Recherches philosophiques sur les américains, ou Mémoires intéressants pour servir à l’histoire de l’espèce humaine”* -, o europeu se referia ao homem americano como uma “besta decaída”, muito afastada de qualquer possibilidade de perfectibilidade ou civilização.

Logo, os povos nativos foram os primeiros a serem escravizados quando do começo e instalação da colonização portuguesa no Brasil. Os Portugueses obtinham escravos através de capturas, além de se aproveitarem das guerras tribais, fazendo alianças com certas tribos, oferecendo apoio militar em troca dos índios capturados, para servirem de escravos.

Nas percepções de Pinsky:

Cerca de trezentos mil indígenas foram aprisionados e escravizados, ocorrendo outras formas de escravidão, formais ou informais, inclusive a escravidão voluntária, nas quais o índio via-se obrigado a se vender ou a entregar algum familiar em troca de um prato de comida. (PINSKY, 2000, p. 18).

Posteriormente, devido a fatores como a indisposição para o trabalho e rebeldia dos índios, bem como o aumento do lucro através do tráfico negreiro, o negro africano passou a ser a mão-de-obra e objeto dos colonizadores. A pessoa do escravo passa do nativo Americano para o Africano. O continente africano passa a ser o alvo para um novo comércio que surge, e que gera lucro: o tráfico negreiro. Nas palavras de Mattozo (2003), a África era tão desconhecida dos Europeus como a América recém inaugurada e descoberta, um solo fértil para a imaginação e ambição do conquistador branco.

O homem branco considerará lucrativo e glorioso instalar-se no Brasil, nas vastidões quase desertas, que se mostrarão fáceis de conquistar e prometedoras de riquezas, enquanto a África dos reinos e tribos negras, território repleto que ninguém ainda pensa em conquistar e colonizar, aparenta ser relativamente pobre em metais nobres e vai-se deixar dessangrar em sua



força de trabalho, sua grande reserva, o homem preto, mercadoria diferente das outras. (MATTOZO, 2003, p. 17).

Ainda nas palavras de Mattozo, o Oceano Atlântico seria o caminho que o navegador europeu iria atravessar com frequência, em um tráfico lucrativo e necessário para o desenvolvimento do Novo Mundo, trazendo sangue e fortuna.

Inicialmente, a obtenção de escravos ocorria de forma mais ou menos aleatória. As expedições portuguesas iam atrás de riquezas da costa noroeste da África e o rapto de nativos, arrancados de suas casas, faziam parte do conjunto de atividades a que se dedicavam os lusitanos. (PINSKY, 2000, p. 13).

Conforme o mesmo autor, Portugal era quem detinha o monopólio do tráfico negreiro e, neste diapasão, o Brasil representava um escoadouro exigente e certo. Gizar é preciso de que o tráfico negreiro no Brasil foi exagerado e abundante. Segundo Telles (2003), os colonizadores Europeus instalados aqui escravizaram e importaram 11 vezes mais africanos do que os colonizadores da América do Norte. “Entre 1502 e 1680, mais de 9 milhões e meio de africanos foram transportados para as Américas, e o Brasil figura como o maior importador de homens pretos” (MATTOZO, 2003, p. 19).

No entendimento de Pinsky (2000), para solucionar o problema da ausência de mão-de-obra em escala suficiente, obediente e de baixo custo operacional, para que assim as grandes lavouras pudessem se estabelecer, o negro foi trazido para desempenhar esse papel de força de trabalho compulsória.

Cumprir referir ainda que por ordem de consequência, o negro ficou a mercê dos mandos e desmandos do colonizador português:

O negro era retirado de seu habitat, de sua organização social, do seu mundo. Desta maneira, o negro não conseguia definir seu espaço social, sentia-se nivelados aos demais cativos, oriundos de outras tribos, praticantes de outras religiões, de outras línguas, porém, não se identificavam entre si, sentiam-se soltos, perdidos, sem raízes, reagindo com estupor e inércias às ordens. (PINSKY, 2003, p. 36).

Conforme Malheiro, “O Pacto Fundamental nem lei alguma contemplava o escravo com cidadão, mesmo nascido no Império, apenas os libertos gozavam de



certos direitos políticos e podiam exercer algum cargo público” (MALHEIRO, 1866, p. 16).

Como Pinsky (2003) assevera, o negro reduzido à condição de escravo, era uma mercadoria e, portanto, a única lei que “defendia” o cativo era no sentido de resguardar e conservar a mercadoria, como três alimentações por dia, dois litros e meio de água e que passasse por revisão médica. No entanto, nem esse “direito” era cumprido pelos traficantes, trazendo os negros em navios com condições sub-humanas, onde a fome, a sujeira, o desconforto e a morte eram companheiros de viagem.

A vida cotidiana do escravo se desenvolvia não em função de suas próprias escolhas, mas em decorrência das tarefas que lhe eram atribuídas. Isso ocorria devido a sua condição de “coisa”, de “objeto”, de “mercadoria”. As suas únicas escolhas eram a que os seus senhores tomavam. Portanto, o negro não tinha o direito mais básico, qual seja, da liberdade, seja de locomoção, seja de pensamento, seja de iniciativa. (PINSKY, 2003, p. 47).

Como todo ser humano, cujo propósito é a liberdade, o negro não tinha jeito ou espírito de escravo, muitos se manifestavam e se insurgiam diante desta situação de exploração e abuso. Como cita Pinsky (2003) muitos negros lutavam até o fim contra o cativeiro, apelando para fugas, sós ou em grupos, muitos aquilombando-se, e, em casos mais extremos, assassinando seus senhores.

Contra essas atitudes, houve respostas violentas por parte dos senhores, porém, o negro não esmoreceu na luta pela sua liberdade e por uma vida digna:

O negro estava à margem da sociedade, não a integrando. Produzia riqueza para seu senhor, porém, não usufruía dos frutos do seu árduo trabalho. Porém, a passos lentos e desastrosos, aos poucos a escravidão foi tendo um fim, de maneira lenta e gradual. No entanto, os preconceitos de nossa sociedade tolhe aos libertos alguns direitos em relação à vida política e pública. (MALHEIRO, 1866, p. 156).

De acordo com Schwarz (2001), o Brasil carrega até os dias de hoje uma triste marca, foi a última nação das Américas a ter abolido a escravidão. Foi com a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que a abolição da escravatura começou a ter efeito. Porém, como pontua o autor acima, a abolição da escravidão no Brasil, lenta devido ao conservadorismo, nunca foi entendida pelo abolicionismo legal como questão revolucionária. Para os políticos, tratava-se apenas e tão somente pôr fim ao cativeiro,



resumindo tudo em um ato só. Não se previam projetos de incorporação da mão-de-obra que iria ficar disponível, nem ao menos ressarcimentos pelos anos de exploração.

No entanto, a abolição da escravidão trouxe inúmeras consequências, dentre elas:

A consequência e resultado dessa libertação de escravos, sem criarem políticas para adequar essa abundante mão-de-obra no mercado de trabalho, foi jogar uma imensa população, despreparada e pouco instruída, num processo de competição desigual, sobretudo com a mão-de-obra imigrante que chegava ao país. (SCHWARZ, 2001, p. 46).

No combate e minoração dessas consequências nefastas, muito se tem feito através de políticas e leis que visam garantir ao negro uma maior igualdade, uma maior participação na sociedade e, mormente, combate ao racismo.

Em 1951 foi criada a Lei Afonso Arinos, que pune qualquer ato preconceituoso. A Lei foi proposta por Afonso Arinos de Melo Franco e promulgada por Getúlio Vargas em 3 de julho de 1951, a qual proíbe a discriminação racial no Brasil, sendo o primeiro código brasileiro a incluir entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça e cor da pele (ALBUQUERQUE, 2014).

De acordo com o mesmo autor, a lei prevê igualdade de tratamento e direitos iguais, no entanto há algumas críticas quanto à aplicação da lei, principalmente em lugares de maior intimidade ou no interior do lar e que pune apenas em lugares públicos.

Ainda segundo Albuquerque, a Lei Afonso Arinos fulgurou por mais de trinta anos, como o principal instrumento de reação ao racismo, vindo ser revogada com o advento da lei nº 7437, de 20 de dezembro de 1985.

Outra lei que merece destaque é a Lei nº 7.716/1989, segundo Aquino ela define os crimes resultantes de preconceito de raça, cor e etnia, a qual dispõe em seu artigo 20 ser o racismo crime inafiançável. A mesma veio para dirimir as falhas que ficaram em decorrência da Lei Afonso Arinos.

Nas palavras de Aquino, a lei Caó, assim conhecida porque o autor do seu projeto na Câmara dos Deputados se chamava Carlos Alberto Caó, inovou ao trazer o racismo como crime e não mais como contravenção penal como na lei anterior, além



isso, a norma passou a ser considerada cláusula pétrea da nossa Constituição Federal, representando um grande avanço na luta contra o racismo.

Segundo as percepções de Adão (2003), não basta apenas dar-se conta de que vivemos em um país racista e discriminador, com um alto grau de desigualdades sociais e raciais, é necessário o desencadeamento de um processo de erradicação dessas desigualdades vivenciadas em relação ao negro.

De acordo com o autor acima, a implementação de Políticas Públicas de Ações Afirmativas brasileiras é desencadeada com a criação do grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, o chamado GTI, criado no governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que teve como objetivo colocar definitivamente a questão da população negra na agenda nacional. No que tange ao GTI, ele gerou o seguinte entendimento dessas Políticas Públicas:

As ações afirmativas são medidas especiais e temporárias, tomadas ou determinadas pelo Estado, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidades e tratamento, bem como de compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, decorrente de motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. Portanto, as ações afirmativas visam combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado. (SANTOS, 2001, p. 42).

Conforme Adão (2003), tem-se como frutos do processo histórico, especialmente no que se refere a ação das entidades e grupos do Movimento Negro e de pesquisas acadêmicas na temática étnico-racial e da participação do Brasil na Conferência de Durban, a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação em 2001, criado pelo Decreto-Lei 3.952/01, o Programa de Ação Afirmativa do Ministério da Justiça e da Secretaria Especial de Direitos Humanos, de dezembro de 2001, criado pelo Ministro da Justiça Aloysio Nunes Ferreira através da Portaria n. 1156, a instituição no novo Programa Nacional de Direitos Humanos em maio de 2002, através do Decreto n. 4.229 e ainda, a criação do programa de Ações Afirmativas no Ministério do Desenvolvimento Agrário, criada pela Portaria n. 25 pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Belens Jungmann Pinto, que previu um percentual mínimo de 20% até fins de 2002 e de 30% a partir de 2003 de negros para o



preenchimento de cargos de direção no Ministério e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

O Presidente da República José Sarney, em 13 de maio de 1988, no centenário da Abolição da Escravatura, anunciou a criação do Instituto Fundação Cultural Palmares.

Nos termos mencionados por Carneiro (2011) Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro presidente na história da República brasileira a declarar em seu discurso de posse que havia um problema racial no Brasil e que era necessário enfrentá-lo com audácia política. Logo, como consequência, conclui a autora, no seu governo as primeiras políticas de inclusão racial foram gestadas e implementadas, sendo grandemente impulsionadas pelo processo de construção da participação do Brasil na Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em Duban, África do Sul, em 2001.

Carneiro demonstra ainda que o presidente Luis Inácio Lula da Silva aprofundou o compromisso com a erradicação das desigualdades raciais, sendo que seu primeiro mandato caracterizou-se por gestos simbólicos de grande envergadura e tibieza na implementação das medidas concretas de promoção da igualdade racial, como é o caso de Joaquim Barbosa Gomes, o qual foi indicado para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Algumas políticas governamentais visam garantir o princípio da isonomia ao criar políticas de inserção de negros e pardos perante alguns pontos da sociedade. Porém, tais políticas apenas foram possíveis ao passo que negros não tinham (e na maioria das vezes não têm) as mesmas condições sociais que brancos, razão pela qual não mantinham qualquer igualdade com estes. Contudo, o efeito cascata existente é de que os negros não tendo as mesmas condições sociais que brancos, também não podem ter o mesmo nível de educação, por exemplo.

Macêdo (2009) menciona que, na tentativa de superar as desigualdades socioeconômicas e alcançar uma maior equidade social, o Brasil adotou no ano de 2000, o sistema de cotas nas universidades, sendo o Estado do Rio de Janeiro o pioneiro no país em adoção do sistema, quando aprovou a Lei N.º 3.524/00, que



garantia 50% das vagas nas universidades do estado para estudantes das redes públicas municipais e estaduais de ensino.

A autora ainda afirma que a citada lei passou a ser aplicada como uma ação afirmativa que visava recompensar determinados grupos sociais que foram prejudicados no decorrer da história, promovendo um processo de inclusão social.

Atualmente, o estado brasileiro, como forma de coibir a incidência do preconceito racial, estabeleceu no artigo 1º da Constituição Federal da República o princípio da dignidade humana, idealizada pela rubrica de um Estado Democrático de Direito.

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados, e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos.

III – a dignidade da pessoa humana

Visando à criação de políticas públicas em prol da população declaradamente preta e parda, nos termos mencionados por Silva & Silva (2012, p. 31), foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro várias leis no âmbito dos Estados, criando ações afirmativas de inclusão social, e no plano federal a lei 10.558/02, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

A lei 10.558/02, dispõe:

Art. 1º Fica criado o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

Art. 2º O Programa Diversidade na Universidade será executado mediante a transferência de recursos da União a entidades de direito público ou de direito privado, sem fins lucrativos, que atuem na área de educação e que venham a desenvolver projetos inovadores para atender a finalidade do Programa.

Parágrafo único. A transferência de recursos para entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que atendam aos requisitos do caput, será realizada por meio da celebração de convênio ou de outro instrumento autorizado por lei.

Art. 3º Revogado.

Art. 4º Fica autorizada a concessão de bolsas de manutenção e de prêmios, em dinheiro, aos alunos das entidades a que se refere o parágrafo único do art. 2o.



Art. 5º Os critérios e as condições para a concessão de bolsas de manutenção e de prêmios serão estabelecidos por decreto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

Para Silva & Ssilva (2012) o sistema de cotas é uma forma de o Estado compensar a raça negra pelos prejuízos trazidos pela escravidão, principalmente os socioeconômicos, reservando aos seus integrantes vagas em concursos públicos e nas instituições de ensino superior da rede pública.

A lei 12.288 de 2010, por sua vez, dada a necessidade de findar com as distinções raciais, instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, considerando-se, para efeitos legais, discriminação racial ou étnico-racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

O estatuto da igualdade racial prevê, ainda, no artigo 2º que é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Além dos preceitos acima mencionados, o estatuto da igualdade racial prevê uma gama de direitos a serem concedidos às pessoas negras e pardas, dos quais visam dirimir as diferenças raciais existentes dentro da sociedade brasileira.

De igual forma, a lei 7.716 de 1989 definiu os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, estabelecendo pena a quem trate de forma preconceituosa alguma pessoa, em razão de sua cor, instituindo penas que variam entre reclusão de 01 (um) a 05 (cinco) anos de prisão, além de multa, tudo em conformidade com a gravidade da conduta do agente.



A lei supracitada, conhecida também como lei Antirracismo, definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor e, em seu 1º demonstra, conforme Silva & Silva (2012, p. 55) que o intuito da lei é punir o indivíduo inescrupuloso que exerce o seu preconceito contra aqueles grupos sociais considerados vulneráveis em virtude de sua cor, raça, etnia, religião e de sua procedência nacional, transformando tais ofensas em crimes.

Daí, nos termos mencionados por Pias (2014), a importância de se verificar a problemática levantada, eis que há práticas (ainda que genéricas) instituídas visando a inserção social de negros na sociedade, garantindo-lhes, de alguma forma, acesso igualitários em relação aos brancos, o que, ainda assim, torna o mito da democracia racial evidente, pois acaba por transmitir uma impressão de que a sociedade brasileira é totalmente justa e igualitária, sem quaisquer tipos de preconceitos.

Conforme Silveira (2007) racismo e sistema penal podem ser estudados, pois, numa relação de complementaridade. Não que os mecanismos de discriminação sejam absolutamente idênticos. O preconceito racial formula o estereótipo do negro criminoso; o sistema penal reforça-o por meio de um chamamento presente ou futuro, com destaque para atuação das células policiais. No nível simbólico, ou seja, no nível das representações recíprocas que os grupos constroem interativamente, o racismo estará particularmente empenhado em pôr à mesa uma série de rebaixamentos sobre o negro, fazendo pesar-lhe a acusação de criminoso potencial.

Carneiro (2011) afirma que um Brasil para todos que aspira profundas transformações estruturais tem de romper, em seu planejamento estratégico, com os eufemismos ou silêncios que historicamente vêm mascarando as desigualdades raciais e consequentemente postergando o seu enfrentamento. A absoluta maioria dos excluídos tem cor e sexo, e a política social tem de expressar essas dimensões.

Guimarães (2005) destaca as três grandes desigualdades da implementação das políticas nas universidades. Dentre elas está a postura do Estado brasileiro na Conferência de Durban em 2001, ainda, o fato de alguns políticos, estes mais atentos a opinião pública e popular, perceberem que poderiam absorver essa demanda, uma vez que já estava suficientemente formulada e justificada, nas dimensões política, social e



cultural, e por fim, em quase todas as instituições, a iniciativa partiu das Reitorias e, apenas secundariamente, dos seus Conselhos Universitários.

Segundo Fry (2005), a implementação dessas políticas redundam na negação de um país híbrido em prol de um Brasil com raças distintas:

[...]Políticas denominadas 'ação afirmativa' são implementadas para reduzir as desigualdades 'raciais'. Mas como essas políticas exigem dos seus beneficiados uma identidade racial, a crenças em raças sai fortalecida. Por mais bem-intencionada que seja a ação afirmativa, ela tem como consequência lógica o fortalecimento do mito racial [...]. As ações afirmativas 'raciais', ao juntar os 'pardos' aos 'pretos' numa única categoria de 'negros', efetivamente produzem um Brasil de apenas três 'raças': 'negros', 'brancos' e 'índios' [...]. (FRY, 2005, p. 16-17).

O Conselho Nacional de Educação, ciente das desigualdades e discriminações existentes interpretou as diretrizes da Lei 10.639/03 e em 2003 implantou a Lei nº 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a temática "História e Cultura Afro-brasileira" e instituindo no calendário escolar o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra" (MELCHIORETTO, 2014).

A resolução nº 1, de 30 de maio de 2012 estabeleceu Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, dispondo, em seu art. 3º a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação, destacando-se, em especial, a dignidade humana, a igualdade de direitos e o reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades.

Neste contexto, Silva destaca a inserção das relações étnico-raciais:

Ao orientar a execução das referidas determinações, colocou, no cerne dos posicionamentos, recomendações, ordenamentos, a educação das relações étnico-raciais. Desta forma, configurou política curricular que toca o âmago do convívio, trocas e confrontos em que têm se educado os brasileiros de diferentes origens étnico-raciais, particularmente descendentes de africanos e de europeus, com nítidas desvantagens para os primeiros. (SILVA, 2007, p.490.).

Cumprir referir que, a Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, conhecida com a lei das cotas, estabeleceu a reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas nos



concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. A lei dispõe em seu art. 2º que poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Com o advento da referida Lei, surgiram posicionamentos divergentes quanto a política de cotas para negros nas universidades. Segundo Cunha, os opositores das cotas se utilizam do argumento de que a instituição de cotas para indivíduos da raça negra poderá criar uma cultura de segregação racial inexistente no nosso país. No entanto, essa justificativa para não instituição do programa de cotas utiliza o medo e o pânico social como sua fundamentação. Ainda que muitos insistam em afirmar o contrário, o Brasil não é uma “democracia racial”, pois o preconceito, de forma explícita ou implícita, faz parte da cultura brasileira há mais de trezentos anos. “Simplesmente deixar de criar as cotas raciais sob o pretexto de não estabelecer uma cultura de ódio racial é fugir do debate e fazer de conta que o racismo não existe. Ignorar não resolverá o problema do racismo no Brasil” (CUNHA, 2015).

No entendimento de Barbosa (2014) a instituição de cotas é um retrocesso nesse processo de percepção e orgulho da própria cor, pois após anos de esforço, as pessoas estão “enchendo a boca” para se declararem pardas e pretas. Ao se instituir tal sistema, pessoas capazes, que entraram para o serviço público por méritos, sentir-se-ão constrangidas ao serem taxadas de cotistas (menos inteligentes que os brancos), ou seja, serão percebidos como raça inferior.

Ainda de acordo com o autor acima, a Administração Pública tem como finalidade o bem comum, devendo prover seus cargos de forma a gerar melhores resultados à sociedade, para tanto, devendo prover seus cargos com as pessoas mais bem qualificadas para ocupá-los. O concurso público surgiu da necessidade de contratação dos melhores profissionais possíveis para o exercício do cargo público, sendo o instrumento encontrado para dar oportunidade a todo interessado que satisfaça



as qualificações, considerando-se somente o mérito. Portanto, o concurso público não considera cor da pele, orientação sexual, origem, sexo e idade, visto que:

É clarividente que pela interpretação literal dos dispositivos constitucionais (que traz o princípio da igualdade formal), a Lei 12.990/2014 estaria eivada de vício insanável de inconstitucionalidade. Entretanto, a literalidade do texto é insuficiente para tal análise. Cabe ainda confrontá-la com o princípio da igualdade material, existente desde os tempos de Aristóteles (tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual na medida das duas desigualdades) (Barbosa, 2014).

O art. 5º da Constituição Federal explicita que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Já o inciso I do mesmo artigo traz a igualdade entre sexos quando diz que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”. No Título I “Princípios Fundamentais”, a redução das desigualdades sociais e regionais figura, no art. 3º, como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil” (BARBOSA, 2014).

Nesse contexto, o autor acima mencionado afirma:

As políticas públicas para a diminuição de desigualdades deveriam ser focadas na minimização da distância de oportunidades entre ricos e pobres (independentemente da cor). Deve-se buscar melhora nas condições de vida das pessoas mais pobres. Melhores escolas públicas e mais oportunidades de qualificação profissional, por exemplo, gerariam maior igualdade de oportunidades em concursos públicos e na iniciativa privada sem prejudicar o mérito na admissão. (BARBOSA, 2014).

Denota-se que o Estado brasileiro, ao reservar vagas para afro-descendentes ingressarem ao serviço público, oportunizou não apenas a possibilidade de ingresso de afro-descendentes em concursos públicos, consistindo também em políticas reparatórias ou compensatórias.

Contudo, o embate jurídico a partir da edição das legislações mencionadas, as quais reservam vagas aos negros e indígenas, vige em eventual inconstitucionalidade, sob fundamento de que os candidatos no certame não estariam sendo tratados de forma isonômica, o que estaria ferindo o princípio constitucional da igualdade, previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, I, o qual prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.



Porém, tal matéria já foi objeto de manifestação por parte do Superior Tribunal de Justiça ao analisar a constitucionalidade de lei estadual que reserva vagas a candidatos afro-descendentes, tendo sido exarado o seguinte entendimento: “a reparação ou compensação dos fatores de desigualdade factual com medidas de superioridade jurídica constitui política de ação afirmativa que se inscreve nos quadros da sociedade fraterna que se lê desde o preâmbulo da Constituição de 1988. A Lei Estadual que prevê a reserva de vagas para afro-descendentes em concurso público está de acordo com a ordem constitucional vigente.” Conclui-se que os afro-descendentes estão em boa parte da história brasileira, submissos aos mandamentos do povo “branco”, sendo que por muitos anos estiveram inacessíveis em igualdade de direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as observações que foram feitas, desde o processo de inserção do negro na sociedade, percebe-se a necessidade de se tentar chegar a uma sociedade ideal, onde todos são iguais perante a lei, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

Compreendeu-se que vivemos em um país racista e discriminador, com um alto grau de desigualdades sociais e raciais em que há a necessidade de um processo de erradicação a fim de combater essas desigualdades que afastam os negros dos brancos, indo em direção a uma sociedade igualitária.

Com a implementação de ações afirmativas pelo Governo Federal, bem como, a criação de leis pertinentes ao assunto, tentou-se de forma híbrida dirimir a discriminação étnico-racial e o estigma social existente em nosso país. Desde então, os grupos constituintes do movimento negro tem enfrentado inúmeras dificuldades e percorrido os mais diversos obstáculos, na tentativa de lutar por seus direitos e princípios muitas vezes violados.

Entendeu-se que a partir de várias medidas e como tentativa de reprimir as desigualdades socioeconômicas e alcançar uma maior equidade social, o Brasil passou



a adotar soluções que beneficiassem os negros, como a lei nº 7.716 de 1989, conhecida com lei antirracismo, a adoção do sistema de cotas nas universidades, no ano de 2000, a lei nº 10.558/02, que teve como finalidade avaliar estratégias para promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, a lei nº 12.288 de 2010, que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, a resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a qual estabeleceu Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação, destacando-se, a dignidade humana, a igualdade de direitos e o reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, e ainda, a lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, conhecida com a lei das cotas, que estabeleceu a reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos.

Como visto, as leis existentes em nosso ordenamento jurídico representam um afirmativo da necessidade de se discutir os valores que movem todos os grupos sociais. Por fim, pode-se dizer que todas as ações trazidas tiveram o intuito de compensar toda a diversidade enfrentada pelo negro na sociedade, frente às dificuldades encontradas para conseguirem se inserir na sociedade, as mais diversas formas de discriminação e preconceito vivenciadas por ambos, e a luta incansável pelos seus direitos.

Conforme prevê o estatuto da igualdade racial, é dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. Dessa forma, é necessário ainda que haja uma conscientização por parte de toda sociedade, para que a classe negra possa viver de forma igualitária aos brancos, sem qualquer distinção, a fim de coibir o preconceito racial, haja vista que vivemos em um Estado Democrático de Direito.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Jorge Manoel. **O negro e as políticas públicas no Rio Grande do Sul**. In: Associação Riograndense de Imprensa. Projeto cultural: o povo negro no sul. Porto Alegre, 2003.

ADESKY, Jacques. **Racismos e Anti-Racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

ALBUQUERQUE, Reginaldo. Jus Brasil. **Breve histórico da legislação de crimes raciais no ordenamento jurídico brasileiro**. Disponível em: <http://regial.jusbrasil.com.br/artigos/111968112/breve-historico-da-legislacao-de-crimes-raciais-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 14 Mar. 2015.

AQUINO, Leandro Salerno Leyser de. **Crime de racismo e normas jurídicas atinentes**. Disponível em <http://www.epd.edu.br/artigos/2012/05/crime-de-racismo-e-normas-jur-dicas-atinentes>. Acesso em: 14 Mar. 2015.

BARBOSA, Jorge Fernando dos Santos. Jus Navigandi. **A desigualdade inconstitucional da Lei nº 12.990/2014, que estabelece cotas raciais em concursos públicos federais**. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/29472/a-desigualdade-inconstitucional-da-lei-n-12-990-2014-que-estabelece-cotas-raciais-em-concursos-publicos-federais#ixzz3TkNS5zFr>. Acesso em: 07 Mar. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Ed. Summus Editorial, 2011.

CUNHA, Helvécio Damis de Oliveira. Âmbito Jurídico. **Críticas às cotas raciais: uma fundamentação dirigida à manutenção do status quo social de exclusão dos negros e indígenas**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10197. Acesso em: 14 Mar. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Edição comemorativa. São Paulo. Editora Global, 2013.

FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das ações afirmativas no Brasil.** Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/contexto/%20hist%20F3rico%20do%20desenvolvimento%20das%20E7%F5es%20afirmativa%85.pdf>. Acesso em: 06 Mar. 2015.

MACÊDO, Márcia Andréa Durão de. **Âmbito Jurídico. Cotas raciais nas universidades brasileiras:** Legalização da discriminação. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6770&revista_caderno=9. Acesso em: 14 Mar. 2015.

MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. **A Escravidão no Brasil – Vol. I.** Digitalização de edição em papel de 1866. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1866, eBooksBrasil, 2008.

MELCHIORETTO, Albio Fabian. **Consciência negra: observar o não visto.** Rev. Filosofia. Nº 100, p. 36-43, 2014.

PIAS, Fagner Cuozzo; BIANCHI, Patrícia Dall’Agnol. **A democracia racial e as ações afirmativas.** Disponível em: <http://unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20UMA%20VIDA%20LIVRE%20DE%20VIOL%CANCIA/ARTIGO/artigo%20-%20A%20DEMOCRACIA%20RACIAL%20E%20AS%20A%C7%D5ES%20AFIRMATIVAS>. Acesso em: 15 Mar. 2015.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil.** 17ª ed., revisada e ampliada – São Paulo: Contexto, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Racismo & Racistas: trajetória do pensamento racista no Brasil.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

SCHARCZ, Lília Moritz. **Racismo no Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2001.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil.** Porto Alegre, 2007.

SILVA, Amaury; SILVA, Artur Carlos. **Crimes de racismo.** São Paulo. Mizuno, 2012.

SILVEIRA, Fabiano Augusto Martins. **Da criminalização do racismo. Aspectos jurídicos e sociocriminológicos.** Belo Horizonte. DelRey, 2007.



Di@logus



TELLES, Edward Eric. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford, 2003.